



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Leonardo Albarello Weber

**De Chávez a Maduro: as relações da Venezuela com os Estados Unidos
(1999-2018)**

Rio de Janeiro

2019

Leonardo Albarello Weber

**De Chávez a Maduro: as relações da Venezuela com os Estados Unidos
(1999-2018)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Leticia de Abreu Pinheiro

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

W373 Weber, Leonardo Albarello.
De Chávez a Maduro: as relações da Venezuela com os Estados Unidos (1999-2018) / Leonardo Albarello Weber. – 2019.
120f.: il.

Orientadora: Letícia de Abreu Pinheiro.
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos

1. Venezuela -Relações exteriores - 1999-2018 - Teses. 2. Estados Unidos - Relações exteriores -1999-2018 – Teses. 3. Chávez Frías, Hugo, 1954-2013 – Teses. 4. Maduro, Nicolás, 1962-. 5. Política internacional – Teses. I. Pinheiro, Letícia de Abreu. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CCDU 327(87:73)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Leonardo Albarello Weber

**De Chávez a Maduro: as relações da Venezuela com os Estados Unidos
(1999-2018)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de agosto de 2019.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Leticia de Abreu Pinheiro (Orientadora)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Regina Soares de Lima

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof.^a Dra. Carolina Silva Pedroso

Universidade de Ribeirão Preto

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço às instituições públicas que viabilizaram e apoiaram financeiramente esta pesquisa: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A educação é libertadora, destrói mitos, constrói capacidade de crítica e nos permite imaginar uma sociedade não como ela é, mas como poderia ser.

Meus pais, Vânia e Gilberto, tiveram um papel motivador e de apoio financeiro fundamental ao longo de toda minha formação, sempre valorizando a educação como um investimento. Minha decisão de cursar o mestrado não seria possível sem eles.

Dedico uma menção especial à equipe de pesquisadores do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) e do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE), assim como às coordenadoras Leticia Pinheiro e Maria Regina Soares de Lima. Esses dois núcleos foram essenciais à minha dissertação, como um espaço de debate, mas também pelo convívio com cientistas políticos com interesse e dedicação à América do Sul e à Análise de Política Externa. À professora Leticia, minha gratidão por ter orientado minha dissertação, refinado minhas questões de pesquisa e tornado essa tarefa mais leve, sempre com bom humor e simpatia.

Também agradeço às minhas colegas e amigas, Marília e Marcelle, pela companhia ao longo dos mais de dois anos em que morei no Rio de Janeiro e completei o mestrado. Além da mesa de bar, compartilhamos nossas pesquisas e nos tornamos mestres juntos.

RESUMO

WEBER, Leonardo Albarello. *De Chávez a Maduro: as relações da Venezuela com os Estados Unidos (1999-2018)*. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta dissertação buscou explicar os motivos da continuidade na política externa entre Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-2018), mesmo com adversidades internas e externas. Durante o governo de Hugo Chávez, a Venezuela experimentou um período de relativa bonança econômica, aumento nos preços do petróleo, avanços sociais e crescente projeção internacional. O bolivarianismo foi confirmado repetidas vezes nas urnas e ganhou simpatizantes na América Latina. As relações com os Estados Unidos, historicamente amigáveis, tornaram-se cada vez mais tensas, permeadas por críticas, acusações e uma postura abertamente antiestadunidense por parte de Caracas. Após a morte de Chávez, Nicolás Maduro ascendeu ao poder em um contexto muito distinto de seu antecessor: declínio nos preços do petróleo, perda de aliados regionais, crescimento da oposição e a primeira derrota eleitoral. Apesar das diferenças, a orientação da política externa de Maduro permaneceu inalterada, principalmente em seus atritos com Washington e a defesa da revolução bolivariana. Essa postura tem altos custos para o país, manifestos em sanções econômicas e isolamento político. A pergunta que orienta a pesquisa pode ser colocada da seguinte maneira: por que, diante de tamanhas adversidades internas e externas, Nicolás Maduro manteve sua estratégia de ruptura com os Estados Unidos? Em outros termos: por que Maduro não buscou reorientar e moderar sua política externa em relação aos Estados Unidos? A hipótese do trabalho é de que os grupos de interesse domésticos que sustentaram Chávez seguem influentes no governo Maduro, o que resulta em uma política externa sem nenhum grande redirecionamento. O tema da pesquisa é a política externa da Venezuela, delimitada às relações com os Estados Unidos no período após a ascensão de Chávez até o final do primeiro mandato de Maduro. A análise do trabalho foi feita sob a ótica teórica liberal, que permitiu compreender o papel dos grupos de interesse domésticos e das instituições políticas e sua influência na política externa da Venezuela.

Palavras-chave: Venezuela. Estados Unidos. Hugo Chávez. Nicolás Maduro.

RESUMEN

WEBER, Leonardo Albarello. *De Chávez a Maduro: las relaciones de Venezuela con los Estados Unidos (1999-2018)*. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta disertación tuvo como objetivo explicar las razones de la continuidad en la política exterior entre Hugo Chávez (1999-2013) y Nicolás Maduro (2013-2018), incluso con adversidades internas y externas. Durante el gobierno de Hugo Chávez, Venezuela experimentó un periodo de relativo auge económico, aumento de los precios del petróleo, avances sociales y creciente proyección internacional. El bolivarianismo fue confirmado repetidamente en las urnas y ganó simpatizantes en América Latina. Las relaciones con Estados Unidos, históricamente amistosas, se han vuelto cada vez más tensas, impregnadas de críticas, acusaciones y una postura abiertamente antiestadunidense de Caracas. Después de la muerte de Chávez, Nicolás Maduro llegó al poder en un contexto muy diferente al de su predecesor: la disminución de los precios del petróleo, la pérdida de aliados regionales, la creciente oposición y la primera derrota electoral. A pesar de las diferencias, la postura de la política exterior de Maduro se mantuvo sin cambios, especialmente en su fricción con Washington y la defensa de la revolución bolivariana. Esta postura tiene altos costos para el país, que se manifiesta en sanciones económicas y aislamiento político. La pregunta que guía la investigación puede plantearse de la siguiente manera: ¿Por qué, ante tales adversidades internas y externas, Nicolás Maduro mantuvo su estrategia de romper con los Estados Unidos? En otras palabras, ¿por qué Maduro no trató de reorientar y moderar su política exterior hacia los Estados Unidos? La hipótesis del trabajo es que los grupos de interés internos que apoyaron a Chávez siguen siendo influyentes en la administración de Maduro, lo que resulta en una política exterior sin ningún gran cambio de dirección. El tema de la investigación es la política exterior de Venezuela, limitada a las relaciones con los Estados Unidos en el periodo posterior a la ascensión de Chávez hasta el final del primer mandato de Maduro. El análisis del trabajo se realizó desde la perspectiva teórica liberal, lo que nos permitió comprender el papel de los grupos de interés internos y las instituciones políticas y su influencia en la política exterior venezolana.

Palabras-clave: Venezuela. Estados Unidos. Hugo Chávez. Nicolás Maduro.

ABSTRACT

WEBER, Leonardo Albarello. *From Chávez to Maduro: Venezuela's relations with the United States (1999-2018)*. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This dissertation aimed to explain the reasons for the continuity in foreign policy between Hugo Chávez (1999-2013) and Nicolás Maduro (2013-2018), even with internal and external adversities. During Hugo Chávez's rule, Venezuela experienced a period of relative economic boom, rising oil prices, social advances and growing international projection. Bolivarianism has been confirmed repeatedly at the polls and has gained supporters in Latin America. Relations with the United States, historically friendly, have become increasingly tense, permeated by criticism, accusations and an openly anti-US stance by Caracas. Following Chavez's death, Nicolás Maduro came to power in a very different context from his predecessor: declining oil prices, loss of regional allies, growing opposition and the first electoral defeat. Despite the differences, Maduro's foreign policy stance remained unchanged, especially in his friction with Washington and the defense of the Bolivarian revolution. This stance has high costs for the country, manifest in economic sanctions and political isolation. The question that guides the research can be posed as follows: Why, faced with such internal and external adversities, did Nicolás Maduro maintain his strategy of breaking with the United States? In other words, why didn't Maduro seek to reorient and moderate his foreign policy towards the United States? The hypothesis of the dissertation is that the domestic interest groups that supported Chávez remain influential in the Maduro administration, which results in a foreign policy without any major redirection. The scope of the research is Venezuela's foreign policy, limited to relations with the United States in the period after Chávez's ascension until the end of Maduro's first term. The analysis of the work was made from the liberal theoretical perspective, which allowed understanding the role of domestic interest groups and political institutions and their influence on Venezuelan foreign policy.

Keywords: Venezuela. United States. Hugo Chávez. Nicolás Maduro.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Presidentes Eleitos na Venezuela Puntofijista.....	355
Gráfico 1 - Preço do Barril de Petróleo em US\$ (1998-2012)	44
Gráfico 2 - Exportação e Importação Venezuela - Estados Unidos	47
Gráfico 3 - Preço do Barril de Petróleo em US\$ (2013-2018)	69
Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Real do PIB Venezuelano (1998-2018)	70
Gráfico 5 - Exportação e Importação Venezuela - Estados Unidos (2013-2018)	85
Gráfico 6 - Porcentagem de militares em cargos de ministro (1999-2018).....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Inflação Anual – Preços Médios ao Consumidor (1998-2018)	71
Tabela 2 – Resultados de Eleições Presidenciais (1998-2018)	95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Acnur	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AD	<i>Acción Democrática</i>
ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos
ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
CAN	Comunidade Andina
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CLAPs	<i>Comités Locales de Abastecimiento y Producción</i>
CNE	<i>Consejo Nacional Electoral</i>
COPEI	<i>Comité de Organización Política Electoral Independiente</i>
CTV	<i>Central de Trabajadores de Venezuela</i>
DEA	<i>Drug Enforcement Administration</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAES	Força de Ações Especiais
FALN	Forças Armadas de Libertação Nacional
FANB	<i>Fuerza Armada Nacional Bolivariana</i>
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
Fedecámaras	Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela
FMI	Fundo Monetário Internacional
GNB	Guarda Nacional Bolivariana
Interpol	Organização Internacional de Polícia Criminal
IRI	Instituto Republicano Internacional

MAS	Movimiento al Socialismo
MBR 200	Movimiento Bolivariano Revolucionario-200
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionária
MNB	Milícia Nacional Bolivariana
MS	Marea Socialista
MUD	Mesa de la Unidad Democrática
MVR	Movimiento V República
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NED	Fundação Nacional para a Democracia
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OLP	Operación de Liberación y Protección del Pueblo
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCV	Partido Comunista de Venezuela
PDVSA	Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima
PIB	Produto Interno Bruto
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
TSJ	Tribunal Supremo de Justiça
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UPP 89	Unidad Política Popular 89
URD	Unión Republicana Democrática
USAID	Agência Estadunidense de Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	GRUPOS DE INTERESSE E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA.....	17
1.1	A abordagem realista.....	17
1.2	A abordagem liberal.....	20
2	AS RELAÇÕES VENEZUELA – ESTADOS UNIDOS NO CONTEXTO DO GOVERNO CHÁVEZ (1999-2013).....	31
2.1	Características da Venezuela Pré-Chávez.....	31
2.1.1	<u>A importância do petróleo.....</u>	31
2.1.2	<u>O Sistema Político do Pacto de Punto Fijo.....</u>	33
2.1.3	<u>Características da política externa venezuelana antes de Chávez.....</u>	38
2.2	Da eleição ao Golpe (1999-2002): os primeiros anos do Governo Chávez.....	41
2.3	Política externa e relações com os Estados Unidos.....	45
2.3.1	<u>Relações entre Chávez e Clinton (1999-2001).....</u>	47
2.3.2	<u>Relações entre Chávez e Bush (2001-2009).....</u>	50
2.3.3	<u>Relações entre Chávez e Obama (2009-2013).....</u>	54
2.3.4	<u>A dimensão regional do chavismo antiestadunidense.....</u>	55
2.4	A base de apoio da política externa chavista.....	59
3	AS RELAÇÕES VENEZUELA – ESTADOS UNIDOS NO CONTEXTO DO GOVERNO MADURO (2013-2018).....	67
3.1	O primeiro mandato de Nicolás Maduro: da sucessão de Hugo Chávez à reeleição.....	67
3.2	Os dilemas da oposição venezuelana.....	78
3.3	Política externa e relações com os Estados Unidos.....	79
3.3.1	<u>Relações entre Maduro e Obama (2013-2016).....</u>	81
3.3.2	<u>Relações entre Maduro e Trump (2016-2018).....</u>	82
3.4	A dimensão internacional da crise venezuelana.....	86

3.5	Grupos de interesse e sustentação doméstica do governo Maduro	90
3.5.1	<u>As cisões no chavismo sob Nicolás Maduro</u>	90
3.5.2	<u>O crescimento do poder político e econômico dos militares</u>	95
3.6	Uma política externa inalterada em um contexto de crise	101
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

Desde a democratização da Venezuela, em 1958, o país experimentou momentos de maior e menor projeção externa, largamente alicerçados no uso do petróleo como ferramenta de política externa. Desde então, as relações com os Estados Unidos foram um eixo fundamental para a inserção internacional do país. Embora tenham existido momentos de distanciamento, nunca ocorreu uma tentativa de ruptura nessa relação (ROMERO, 2006, p. 79). Contudo, após a eleição de Hugo Chávez, em 1998, o país experimentou mudanças em seu sistema político e uma reformulação de sua política exterior. Chávez promoveu a refundação político-institucional da Venezuela e uma política externa voltada à construção de um mundo multipolar, no qual a integração latino-americana teria papel fundamental, e que não seria compatível com a hegemonia dos Estados Unidos.

Esse reposicionamento externo intensificou-se especialmente após 2002, ano no qual Hugo Chávez sofreu uma tentativa frustrada de golpe de Estado. É predominante na literatura a interpretação de que, nesse momento, acentuou-se a inflexão da política externa do país no sentido de um afastamento dos Estados Unidos, identificados pelo governo chavista como patrocinadores do golpe e, portanto, uma ameaça a esse governo (ROMERO, 2010, p. 5; PEDROSO, 2014, p. 66). Depois de derrotar a tentativa de golpe de Estado, Chávez venceu um referendo convocado pela oposição para revogar seu mandato, em 2004. No mesmo ano, o preço internacional do petróleo iniciou uma trajetória de ascensão, que se manteve até 2014. A vitória no referendo e o aumento continuado do preço do petróleo forneceram as bases políticas e materiais para uma política externa de distanciamento dos Estados Unidos. Foi nesse período que Hugo Chávez passou a defender o *Socialismo do Século XXI*, assumindo uma posição explicitamente antiestadunidense e bolivariana, como uma ideia de união da América Latina contra os Estados Unidos. No âmbito regional, o presidente venezuelano propôs a criação de um bloco de integração, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA – TCP), além de iniciativas em torno do comércio de petróleo (CICERO, 2015, p. 175). As iniciativas regionais encontraram um ambiente favorável em outros países latino-americanos que, assim como a Venezuela, assistiram à ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda na primeira década do século XXI. A Venezuela também construiu parcerias com países de fora da região latino-americana, das quais se destacam a aproximação com a China e a Rússia.

Após a morte de Hugo Chávez, as condições que haviam possibilitado uma política externa de oposição aos Estados Unidos alteraram-se dramaticamente. O sucessor de Chávez, Nicolás Maduro, venceu as eleições presidenciais por estreita margem em 2013, motivando o questionamento de sua legitimidade e recorrentes ondas de protesto desde o início de seu governo. Em 2015, a oposição venceu as eleições legislativas, conquistando a maioria dos assentos da Assembleia Nacional. Some-se a isso a queda vertiginosa do preço do petróleo desde 2014, gerando uma crise econômica que se manifesta através de elevados índices de inflação e na escassez de produtos básicos de consumo para a população. Em nível regional, observou-se a retração dos governos de esquerda na região, sendo que países antes aliados passaram rapidamente a críticos do governo venezuelano, resultando no crescente isolamento regional do país. Os maiores países da região, Brasil e Argentina, com quem a Venezuela vinha estreitando laços, passaram a ser governados por partidos de centro-direita. No Equador, o novo presidente, Lenín Moreno, rompeu com o bolivarianismo e vem promovendo uma reaproximação com os Estados Unidos, o que amplia o isolamento regional da Venezuela. As iniciativas de integração regional patrocinadas pela Venezuela também começam a apresentar dificuldades de sustentação, visto que eram apoiadas no petróleo como ferramenta de política externa.

Dessa maneira, os condicionantes políticos e econômicos que permitiram a Hugo Chávez buscar o distanciamento dos Estados Unidos aparentam ter desaparecido sob o governo Maduro. Contudo, o sucessor de Chávez vem mantendo sua atuação externa em defesa da revolução bolivariana e um forte antagonismo com os Estados Unidos. Muito embora o governo Maduro esteja envolto em crises constantes e precise reafirmar sua legitimidade com frequência, parece-nos equivocado qualificar sua política externa como meramente reativa ou refém das circunstâncias: o discurso mantém-se radicalizado, com tensões recorrentes com Washington, além de decisões contundentes, como a saída da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O objetivo desta dissertação é explicar os motivos da continuidade na política externa de Nicolás Maduro em relação à de Hugo Chávez. O tema da pesquisa é a política externa da Venezuela, delimitada às relações com os Estados Unidos no período após a ascensão de Chávez (1999-2013) até o final do primeiro mandato de Maduro (2013-2018). Dado o peso político e econômico de Washington para Caracas, assim como seus laços históricos, essa relação é qualitativamente interessante para compreender a inserção internacional da

Venezuela. Além disso, é também um forte parâmetro de continuidade entre Chávez e Maduro.

A pergunta que orienta a pesquisa pode ser colocada da seguinte maneira: por que, diante de tamanhas adversidades internas e externas, Nicolás Maduro manteve sua estratégia de ruptura com os Estados Unidos? Em outros termos: por que Maduro não buscou reorientar e moderar sua política externa em relação aos Estados Unidos? A hipótese deste trabalho é de que a política externa da Venezuela se mantém a mesma diante de adversidades porque a base política doméstica de sustentação de Nicolás Maduro manteve-se semelhante à de Hugo Chávez. Os grupos de interesse mais relevantes que ainda possuem influência no governo Maduro são o *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV) e a *Fuerza Armada Nacional Bolivariana* (FANB), com crescente participação do segundo grupo. Nosso trabalho reconhece a importância de ambos, mas deu prioridade à análise da FANB. Os militares apresentaram notável ascensão política dentro do governo Chávez, ocupando espaços não apenas em cargos de nomeação, mas também disputando eleições. No primeiro mandato de Maduro, o controle de numerosas atividades econômicas também foi entregue a militares.

A pesquisa justifica-se pela relevância da pergunta colocada e pela incipiente produção acadêmica no tocante ao governo de Nicolás Maduro. Dada a crise na qual a Venezuela se encontra, as diferenças entre Chávez e Maduro são mais fáceis de compreender. Por outro lado, as semelhanças entre ambos, mantidas mesmo sob intensa contestação interna e externa, é que se apresentam como um paradoxo que motiva e justifica esta pesquisa. Em um contexto no qual até mesmo países com históricos muito mais longos de atrito com os Estados Unidos, como Cuba, Irã, e Coreia do Norte, buscam ou buscaram normalizar suas relações com esse país, responder a essa pergunta não é algo trivial e coloca-se como um problema relevante de pesquisa. A dissertação contempla tanto uma dimensão descritiva como analítica, especialmente no que tange ao governo Maduro que, pela sua contemporaneidade, ainda foi pouco estudado. Buscamos sistematizar informações de diferentes fontes sobre o primeiro mandato de Maduro e analisá-las sob a ótica teórica liberal, apresentada no Capítulo 1. Desse modo, contribuiremos para a continuação dos estudos existentes sobre a política externa da Venezuela.

Para responder à pergunta formulada e sustentar a hipótese apresentada, analisaremos a política externa de Chávez e de Maduro para os Estados Unidos, assim como a dinâmica política doméstica sob os dois presidentes venezuelanos. Desse modo, buscaremos atestar que a base política de ambos permaneceu a mesma, embora existam diferenças entre os períodos

observados. Como metodologia, empregamos a revisão da literatura especializada no tema. Como fontes, foram usados documentos oficiais da política externa venezuelana e, dada a proximidade temporal do governo de Nicolás Maduro, foram também utilizadas fontes jornalísticas e análises de conjuntura¹. A partir disso, foram feitas interpretações sobre o processo de continuidade da política externa entre os dois governos.

O trabalho está organizado em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. No Capítulo 1, elaboramos uma revisão teórica e apresentamos as abordagens liberais de Andrew Moravcsik e Helen Milner, escolhidas para explicar a política externa venezuelana nos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro. Introduzimos brevemente a tradição realista, que possui limitações no tocante à análise de política externa e não oferece uma explicação satisfatória para o caso venezuelano. A abordagem liberal, por sua vez, coloca a ênfase analítica sobre variáveis domésticas, especialmente sobre os grupos de interesse que se encontram representados nas instituições políticas e como isso se manifesta na política externa.

No Capítulo 2, abordamos a ascensão de Hugo Chávez e as mudanças introduzidas por seu governo no sistema político venezuelano, na política externa e nas relações com os Estados Unidos em particular. Esse capítulo estabelece algumas características históricas da política externa da Venezuela e de seu sistema político, mas seu foco está no período do governo Chávez até sua morte (1999-2013).

No Capítulo 3, afirmamos como os grupos de interesse que sustentam Maduro internamente são os mesmos de Chávez, o que explica a continuidade da política externa, mesmo que sob condições desfavoráveis. É importante destacar que, no governo Maduro, a crise doméstica ocupou um espaço central na compreensão da política externa. Ou seja, buscamos inserir as relações da Venezuela com os Estados Unidos no contexto mais amplo do cenário doméstico e seus condicionantes. Esse capítulo cobre apenas o primeiro mandato de Maduro (2013-2018). Os Capítulos 2 e 3 envolvem descrições do processo político interno da Venezuela em cada período, assim como aspectos gerais da política externa de Chávez e Maduro. Nas Considerações Finais, reafirmamos a hipótese do trabalho, assim como perspectivas futuras de continuação da pesquisa.

¹O trabalho de coleta e sistematização de notícias de jornais, tanto venezuelanos como internacionais, foi feito dentro das atividades do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) e do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE), onde o autor trabalhou como pesquisador ao longo do curso de mestrado (2017-2019). A cobertura mensal do processo político na Venezuela foi publicada na plataforma Conjuntura Latitude Sul, que pode ser acessada em: <http://latsul.org/>.

1. GRUPOS DE INTERESSE E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

A Análise de Política Externa (APE), subárea das Relações Internacionais, emergiu com mais clareza após a Segunda Guerra Mundial, quando a política externa passou a ser vista como uma parte da dinâmica política geral, e não como um domínio distinto e secreto, guiado pela razão de Estado, como era tratada pela tradição europeia de estadistas e diplomatas. No entanto, o contexto da Guerra Fria permitiu aos teóricos do Realismo predominarem na área, impedindo que as correntes liberais, das quais a APE é uma derivada, ganhassem terreno no campo (CARLSNAES; GUZZINI, 2011). Neste Capítulo 1, buscou-se sintetizar a discussão entre essas duas tradições: realista e liberal. Foram priorizadas as abordagens que trazem um arcabouço teórico acerca de processos de continuidade ou mudança de política externa para avaliar a pertinência dessas abordagens à análise da política externa de Hugo Chávez e Nicolás Maduro. As abordagens liberais de Andrew Moravcsik e Helen Milner mostraram-se mais adequadas para analisar a continuidade na política externa da Venezuela.

1.1 A abordagem realista

O Realismo Clássico tem em Hans Morgenthau seu maior expoente. Seu livro, *Politics Among Nations*, publicado em 1948, estabeleceria de modo estruturado premissas do pensamento realista. A obra de Morgenthau interpreta o Estado como ator unitário, racional e protagonista da política internacional, agindo com base em seus interesses nacionais, dentre os quais os mais básicos seriam a própria sobrevivência e a integridade de seu território e soberania. O autor também tratou de temas como a formação de balanças de poder entre Estados e de diferentes estratégias adotadas pelos Estados na busca pelo seu interesse nacional.

O Realismo receberia uma influência marcante a partir da obra *Theory of International Politics*, de Kenneth Waltz, publicada em 1979. Conhecido como Realismo Estrutural, o campo inaugurado por Waltz elaborou uma teoria realista sistêmica. A intenção de Waltz não era a de analisar a política externa em particular, mas sim a dinâmica mais ampla da política no sistema internacional e quais os efeitos das interações entre as unidades desse sistema, os

Estados. Nesse sentido, o autor afirma que, dada a multiplicidade de variáveis incidindo sobre a política externa de um país, construir uma teoria de política externa seria uma tarefa muito complexa. O sistema internacional é visto como anárquico porque carece de uma autoridade supranacional, sendo habitado por unidades monolíticas que agem racionalmente em busca de seus interesses. No Realismo Estrutural de Waltz, a política internacional é mais do que a soma das políticas externas individuais. As unidades que interagem nessa estrutura são funcionalmente semelhantes e seu interesse principal é sua sobrevivência. Alterações na estrutura desse sistema só ocorrem através de mudanças na distribuição de poder entre as unidades.

Como se pode observar, o Realismo Clássico e o Realismo Estrutural oferecem poucos instrumentais analíticos para o caso venezuelano. O Realismo Estrutural, especialmente, enfatiza demasiadamente os constrangimentos externos como definidores da política externa dos Estados, assim como a distribuição relativa de capacidades materiais. Se essa abordagem for adotada, não será possível compreender como a política externa de Nicolás Maduro para os Estados Unidos mantém-se mesmo sob intensa crise e isolamento internacional. Como afirmado na Introdução e como será mais bem desenvolvido no Capítulo 3, a Venezuela enfrenta uma série de adversidades de natureza externa, como a queda do preço do petróleo e a perda de aliados regionais. Se esses fatores fossem determinantes, seria razoável esperar uma política externa retraída por parte de Maduro, o que não ocorreu.

A partir das limitações do Realismo Clássico e do Realismo Estrutural, surgiu o Realismo Neoclássico, que buscou construir uma teoria realista da política externa (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 46). Em comparação às outras correntes realistas, o Realismo Neoclássico oferece mais ferramentas para compreender processos de continuidade e mudança na política externa de um país. Ele diferencia-se por buscar incorporar explicitamente variáveis externas e internas na análise do comportamento estatal. Como explica Gideon Rose (1998), os realistas neoclássicos afirmam que as ambições de um Estado são dirigidas principalmente pela sua posição no sistema internacional e especificamente por suas capacidades de poder material relativamente a outros Estados. Nesse sentido, assemelham-se aos realistas clássicos e estruturais, contudo, afirmam que o impacto dessa distribuição de poder na política externa de um determinado país ocorre de maneira complexa e indireta. As pressões sistêmicas são as variáveis independentes da análise, mas, antes de determinarem diretamente o comportamento estatal, passam por variáveis intervenientes no nível da unidade, ou seja, no plano doméstico. Ou seja, para o Realismo Neoclássico não há

uma “correia transmissora” clara entre as capacidades materiais e a política externa nacional, o que requer uma análise mais detalhada das especificidades que cada Estado apresenta.

Duas variáveis intervenientes no nível doméstico são destacadas por Rose: as percepções dos líderes e a estrutura estatal. A primeira variável relaciona-se com a leitura que cada líder ou grupo de tomadores de decisão faz acerca do sistema internacional em um dado momento. Embora a percepção da realidade envolva aspectos objetivos e materiais, a anarquia internacional é muitas vezes nebulosa e a capacidade de analisar a distribuição relativa de poder fica comprometida. Por isso, as decisões de política externa envolvem não apenas questões materiais, mas também o acesso a informações atualizadas, uma interpretação adequada delas e certo grau de subjetividade inerente às pessoas envolvidas na formulação de política externa. A segunda variável refere-se à estrutura estatal e às especificidades de cada Estado. Mesmo que possuam vastos recursos materiais, os líderes nem sempre dispõem da liberdade ou dos mecanismos necessários para extrair tais recursos da sociedade e alocá-los na ação externa do país. Por isso, a análise de política externa deveria levar em conta a força e estrutura dos Estados frente às sociedades, porque isso determina o quanto do poder nacional de fato pode ser traduzido em ferramentas de política externa. Isso significa que países com capacidades materiais brutas semelhantes podem resultar em comportamentos diferentes, se levadas em conta estruturas estatais distintas.

O principal prognóstico do Realismo Neoclássico é o de que, à medida que houver um aumento do poder relativo de um determinado Estado, aumentarão também suas pretensões sobre o cenário internacional, e o contrário também é verdadeiro. Dito de outra maneira: capacidades moldam interesses. Contudo, diferenciando-se do Realismo Estrutural, os realistas neoclássicos pedem pela introdução de variáveis intervenientes de caráter doméstico, para compreender como as pressões ou incentivos sistêmicos são trazidos para dentro do Estado e transformados em decisões de política externa. O referido aumento de capacidades não será um processo necessariamente gradual e uniforme em direção a uma política externa mais ativa, isso dependerá das variáveis intervenientes. Em síntese, o Realismo Neoclássico afirma que a análise de política externa deve partir do nível sistêmico, passando ao nível estatal como uma segunda etapa, chegando então à formação da política externa do país².

²Dentre os exemplos de estudos que se enquadram no Realismo Neoclássico, destacam-se: Fareed Zakaria (1998), que buscou explicar porque o aumento de poder dos Estados Unidos no século XIX não refletiu em uma política externa expansionista; William Wohlforth (1994), que analisou as causas do fim pacífico da União Soviética e da Guerra Fria; Randall Schweller (2004), que tratou de compreender porque não houve a formação de uma balança de poder eficiente no período entre guerras para conter a ascensão da Alemanha Nazista.

Embora o Realismo Neoclássico introduza variáveis importantes na análise de política externa, seu prognóstico sobre a relação entre capacidades e ambições não encontra correspondência no caso venezuelano. O Realismo Neoclássico teria um encaixe teórico adequado se o governo de Hugo Chávez fosse analisado separadamente. Sob seu governo, a Venezuela assistiu à ascensão dos meios materiais à sua disposição e também fez uma reforma do Estado, o que aprimorou sua capacidade de manipular recursos e canalizá-los para a ação externa. Ou seja, é possível compreender a política externa bolivariana de Chávez pelas lentes do Realismo Neoclássico, mas o mesmo não vale para seu sucessor, Nicolás Maduro. O declínio dos meios materiais do Estado na Venezuela, principalmente pela queda do preço do petróleo, e a dificuldade que Maduro enfrenta para governar e controlar a sociedade e seus recursos deveriam resultar em uma política externa retraída e menos ambiciosa do que fora no passado. Como se verá, isso não ocorreu, pois Maduro continua mantendo um perfil ativo em sua política externa e não buscou uma acomodação ou normalização das relações com os Estados Unidos. Em suma, o principal prognóstico do Realismo Neoclássico não se realizou na Venezuela pós-Chávez. Por isso, buscamos abordagens não realistas para a política externa, apresentadas a seguir.

1.2 A abordagem Liberal

Jeffrey Legro e Andrew Moravcsik, em seu trabalho *Is Anybody Still a Realist?* (1999), propõem um debate crítico com as diferentes correntes do Realismo e questionam a fidelidade delas ao núcleo duro da tradição teórica realista. Segundo eles, o Realismo degenerou-se metodológica e teoricamente, passando a adotar, de maneira pontual, interpretações que, ou não têm nenhuma relação com as premissas mais básicas do Realismo, ou estão mesmo em contradição com elas. Assim, a teoria estaria sendo reformulada pelos próprios realistas, que mantiveram premissas como a da anarquia do sistema internacional e da racionalidade das unidades estatais, porém inseriram outras variáveis *ad hoc*, como a das preferências dos Estados, crenças e instituições internacionais. Nesse sentido, afirmam que: “O conceito de “realismo” foi assim estendido para incluir premissas e mecanismos causais de paradigmas alternativos, embora sem esforço para reconciliar as contradições resultantes”

(LEGRO; MORAVCSIK, 1999, p. 7, tradução nossa³). É neste sentido que criticam abordagens como a do Realismo Neoclássico que, na visão de Legro e Moravcsik, estaria utilizando ideias mais próximas da teoria liberal para explicar casos em que Estados não responderam às pressões sistêmicas da maneira que o Realismo previu.

Considerando as limitações que o Realismo apresenta e as inconsistências teóricas de algumas de suas correntes, a abordagem liberal pode oferecer um instrumental analítico mais adequado para interpretar processos de continuidade e mudança de política externa, especialmente para o caso de Hugo Chávez e Nicolás Maduro. Andrew Moravcsik (1997), em seu artigo *Taking Preferences Seriously*, argumenta em favor da retomada e reformulação da tradição liberal das relações internacionais de maneira não utópica e não ideológica. Segundo o autor, o Liberalismo não está necessariamente associado a uma visão benigna e otimista do sistema internacional e pode contribuir para a explicação do comportamento estatal. São as preferências que definem, fundamentalmente, as escolhas de política externa, e não a distribuição de capacidades, como argumenta o Realismo em suas diferentes vertentes. A tradição realista não ofereceria, na visão do autor, explicações teóricas plausíveis para as variações substantivas de política externa dos Estados. O Liberalismo, por sua vez, permite entender por que a política muda mesmo quando as capacidades permanecem constantes, ou porque ela permanece a mesma em um cenário internacional em transformação, caso do presidente Nicolás Maduro.

A afirmação central da teoria liberal das relações internacionais estabelece que a relação entre Estados e seu entorno social (doméstico e internacional) no qual estão inseridos é o que molda o comportamento estatal. Isso ocorre porque a relação entre Estado e sociedade, incluído aqui o meio internacional, influencia os objetivos sociais subjacentes às preferências estatais. Moravcsik fraciona essa afirmação geral em três premissas que tratam da natureza dos atores sociais, da natureza do Estado e da natureza do sistema internacional.

A primeira premissa diz respeito à primazia dos atores sociais. Esses atores são indivíduos e grupos privados que, em média, são avessos a riscos e organizam-se coletivamente para promover interesses diferenciados, sob constrangimentos como escassez material, valores conflitantes e influência social variante. A noção de interesses de atores sociais é central ao Liberalismo porque se trata da rejeição de uma harmonia automática ou

³Do original, em inglês: The concept of “realism” has thus been stretched to include assumptions and causal mechanisms within alternative paradigms, albeit with no effort to reconcile the resulting contradictions (LEGRO; MORAVCSIK, 1999, p. 7).

natural entre indivíduos e grupos na sociedade. A escassez de recursos e diferenças de valores, por sua vez, tornam a interação social potencialmente competitiva. Ademais, essa primeira premissa aponta que os atores são avessos ao risco, o que significa que agirão defendendo investimentos ou ganhos já existentes, mas serão mais receosos para assumirem novos riscos em busca de ganhos incertos.

A segunda afirmação refere-se ao Estado como representação de interesses de alguma parte da sociedade doméstica. Na concepção liberal, o Estado não é um ator autônomo e unitário, mas uma instituição representativa, seja ela democrática ou não, e constantemente submetida à captura feita por coalizões de atores sociais. As instituições de representação são a verdadeira “correia de transmissão” através da qual indivíduos e grupos traduzem suas preferências em políticas estatais. As identidades, os interesses e o poder desses atores sociais constroem a política governamental e os tomadores de decisão para que busquem políticas de acordo com suas preferências. Os indivíduos voltam-se para o Estado porque separadamente não atingiriam seus interesses. Moravcsik enfatiza que tal visão não se trata de uma idealização do Estado como instância plural de representação da sociedade. Essa concepção engloba a possibilidade de o Estado representar pequenas camadas da burocracia ou mesmo ditadores que concentrem praticamente todo o poder. Ou seja, contemplam-se extremos como a tirania e a democracia plena. Entre esses dois polos ideais, há uma infinidade de instituições possíveis e práticas políticas. Por isso, a natureza das instituições estatais, juntamente com os interesses sociais, é uma determinante chave para compreender a atuação internacional dos Estados. Essa compreensão é fundamental para entender a política externa do governo de Nicolás Maduro, visto que, se tivéssemos meramente uma noção unitária de um Estado diante das vicissitudes do sistema internacional, sem levar em conta a dinâmica política doméstica, não conseguiríamos compreender satisfatoriamente suas escolhas em política externa.

Tomadas juntas, a primeira e segunda afirmações demonstram que os Estados não maximizam segurança, soberania ou riqueza de maneira automática. Na verdade, eles são funcionalmente diferentes e suas preferências particulares são definidas pelos grupos domésticos que estão mais bem posicionados nas instituições representativas. A política externa resultante pode vir a ser uma combinação de segurança nacional, bem-estar e crescimento econômico, por exemplo.

A terceira e última premissa aponta que a configuração de preferências estatais interdependentes determina o comportamento estatal. Isso significa que as preferências podem

variar, mas que os Estados não buscarão atingir tal preferência de maneira ideal, sem atentar aos outros Estados. Seja para provocar um conflito, buscar cooperação ou tomar outra ação de política exterior, os Estados levarão em conta limites definidos na relação Estado-sociedade e na relação com o meio internacional. Assim, cada Estado buscará atingir seus objetivos ideais, mas submetidos a constrangimentos variados resultantes da ação de outros Estados, os quais também agem de acordo com suas preferências. Assim, as preferências estatais não são tomadas como permanentes e inexoráveis, como o Realismo propõe, mas sim variantes.

Em essência, o Liberalismo afirma que “aquilo que os Estados querem é o determinante primário do que eles de fato fazem” (MORAVCSIK, 1997, p. 521, tradução nossa)⁴. Tal frase pode parecer senso comum, mas não é isso que as abordagens realistas afirmam. Segundo Moravcsik, as outras correntes teóricas afirmam que os Estados são levados a priorizarem sua segurança, mesmo que essa não seja sua primeira nem segunda prioridade, como se as preferências não importassem. Enquanto o Realismo coloca sua ênfase nos meios, o Liberalismo está atento aos fins. Por exemplo, se um determinado Estado deseja tomar o território de outro Estado, mas não possui capacidades militares para realizar tal objetivo, o Realismo prevê que essa ação provavelmente não será tomada. O Liberalismo, contudo, aponta que, a depender da intensidade desse objetivo, o Estado em questão colocará suas preferências em prática, mesmo que em circunstâncias adversas. Nesse sentido, a abordagem teórica do Liberalismo mostra-se adequada à interpretação da política externa sob o governo de Nicolás Maduro, que mantém um perfil ativo, antiestadunidense e em defesa da revolução bolivariana, mesmo diante de um cenário claramente desfavorável, não apenas externo, como também interno.

Moravcsik identifica três tipos principais de Liberalismo: Ideacional, Comercial e Republicano. O Liberalismo Ideacional enfatiza a influência que o conflito e a compatibilidade de valores sociais coletivos e as identidades sociais têm no comportamento do Estado. Essa corrente identifica as identidades sociais como o conjunto de preferências compartilhadas por um determinado grupo de indivíduos no que tange ao escopo e provisão de bens públicos, qual o papel do Estado na sociedade e quem pertence a essa sociedade. Não se toma posição, contudo, em relação à origem dessas identidades, podendo ser tanto resultado de um processo histórico longo, como de uma construção mais intencional do

⁴Do original, em inglês: “what states want is the primary determinant of what they do” (MORAVCSIK, 1997, p. 521).

próprio Estado ou de um grupo específico. Também não se especifica se as identidades são necessariamente reflexo de fatores materiais ou ideacionais.

O Liberalismo Comercial, por sua vez, aborda o impacto dos ganhos e perdas a indivíduos e grupos gerados pelo intercâmbio econômico internacional no comportamento do Estado. A partir disso, tais indivíduos e grupos pressionam o governo doméstico para facilitar ou bloquear iniciativas relativas à política externa econômica. Mais do que assumir que a estrutura de mercado sempre cria incentivos à cooperação entre atores sociais e Estados, como algumas ideologias liberais o fazem, essa corrente apresenta a estrutura de mercado como uma variável que gera conflitos distributivos e, por isso, gera incentivos tanto ao fechamento como à abertura econômica de um determinado país.

O Liberalismo Republicano, por fim, enfatiza o impacto de diferentes formas de representação e os incentivos resultantes para grupos na sociedade se engajarem em comportamentos rentistas (*rent-seeking*) na relação com o Estado. A variável chave nessa corrente é o modo de representação política doméstica, que determina quais preferências sociais serão institucionalmente privilegiadas. Quando a representação política é enviesada em favor de alguns grupos em particular, há a tendência de que eles capturem as instituições governamentais, destinando-as a seus fins apenas, sistematicamente passando por cima dos custos e riscos gerados a outros atores sociais. A previsão mais simples que resulta dessa corrente é de que a coalizão governante ou os grupos domésticos mais poderosos serão os beneficiados pela política externa escolhida:

Assim, o comportamento agressivo - o recurso voluntário à política externa dispendiosa ou arriscada - é mais provável em instituições não democráticas ou desiguais nas quais os indivíduos privilegiados podem facilmente repassar os custos para os outros (MORAVCSIK, 1997, p. 531, tradução nossa)⁵.

Assim, o Liberalismo Republicano oferece uma chave analítica adequada para compreender a política externa de Nicolás Maduro. Se analisarmos os impactos gerados pelas posições do governo na economia nacional e no bem-estar da maior parte da população, teremos dificuldade em compreendê-la, visto que é uma política de alto risco, mas que segue sendo mantida. Especificamente nas relações com os Estados Unidos, a política externa de Maduro vem resultando em sanções econômicas contra a Venezuela e isolando o país em sua

⁵Do original, em inglês: If, following assumption 1, most individuals and groups in society, while acquisitive, tend also to be risk-averse (at least where they have something to lose), the more unbiased the range of domestic groups represented, the less likely they will support policies that impose high net costs or risks on a broad range of social actors. Thus aggressive behavior—the voluntary recourse to costly or risky foreign policy—is most likely in undemocratic or inequalitarian polities where privileged individuals can easily pass costs on to others (MORAVCSIK, 1997, p. 531).

própria região. Moravcsik explica como uma política externa agressiva e arriscada como a de Maduro é mais provável e compreensível sob instituições pouco democráticas, onde alguns grupos específicos são beneficiados, em detrimento de outros grupos ou mesmo da maior parte da população. Ou seja, a política externa corresponde às preferências e interesses de determinados grupos, que se encontram representados no Estado.

Como afirmado na Introdução, a hipótese deste trabalho é que a política externa da Venezuela para os Estados Unidos mantém-se a mesma diante de adversidades porque os grupos que governam o país e sustentam Nicolás Maduro tem a ganhar com a manutenção da atual política externa. Como explicaremos nos Capítulos 2 e 3, as vantagens em permanecer ao lado de Maduro estão relacionadas com influência política e vantagens econômicas. A *Fuerza Armada Nacional Bolivariana*, em especial, avança cada vez mais sobre a condução da política econômica do país, como a exploração de petróleo e minérios. Também está presente em atividades do dia a dia da população, como a distribuição de alimentos. Além disso, os riscos associados a uma eventual queda de Maduro são altos: os agentes de segurança do Estado são acusados de corrupção, narcotráfico e violação de direitos humanos, muitos deles pessoalmente sancionados pelos Estados Unidos. Esse grupo tem, portanto, importantes incentivos para manter seu apoio ao presidente Maduro.

Além de Moravcsik, Helen Milner (1997), em seu livro *Interests, Institutions and Information: Domestic Politics and International Relations*, fez uma importante contribuição a esse debate ao reafirmar a importância de fatores políticos domésticos no estudo das relações internacionais. Sua principal reivindicação é a de que “[...] Estados *não* são atores unitários; ou seja, não são estritamente hierárquicos ou anárquicos, mas poliárquicos, compostos por atores com preferências variáveis que compartilham poder sobre o processo decisório” (MILNER, 1997, p. 11, tradução nossa, grifo no original)⁶. A poliarquia seria um sistema político presente em um *continuum*, em cujos extremos estariam a hierarquia completa e a anarquia completa.

Embora a intenção de Milner seja avaliar como a dinâmica política doméstica impacta em negociações de acordos internacionais de cooperação, seus apontamentos também são úteis ao caso venezuelano, porque demonstram que a política externa pode ter ganhadores e perdedores no âmbito doméstico:

⁶Do original, em inglês: [...] states are not unitary actors; that is, they are *not* strictly hierarchical but are polyarchic, composed of actors with varying preferences who share power over decision making (MILNER, 1997, p. 11).

Meu argumento central é que a cooperação entre as nações é menos afetada pelo receio de ganhos relativos ou trapaça de outros países do que pelas *consequências distributivas domésticas* de esforços cooperativos. Os acordos cooperativos criam vencedores e perdedores internamente: portanto, eles geram defensores e oponentes. A luta interna entre esses grupos molda a possibilidade e a natureza dos acordos de cooperação internacional (MILNER, 1997, p. 9-10, tradução nossa, grifos no original)⁷.

Os interesses e preferências dos atores domésticos, as instituições domésticas e a distribuição de informação entre os atores são variáveis cruciais para que o processo decisório na poliarquia seja compreendido. A autora refuta a ideia de que estadistas são pessoas que necessariamente pesam os custos e benefícios de qualquer política em um cálculo que preze o bem-estar econômico e o interesse nacional. Ou seja, diferentes interesses, assim como o formato das instituições e as informações disponíveis podem se articular e contribuir para um resultado distinto daquele previsto pela tradição realista. A coalizão ou grupo vencedor da disputa interna definirá a política externa, podendo também redefinir o que se considera interesse nacional, que está em constante disputa. Aquilo que tiver efeitos distributivos domésticos assimétricos sobre diferentes grupos não poderia ser considerado interesse nacional e, por isso, estaria em aberto.

Os interesses dos atores sociais e políticos são uma variável independente central no trabalho de Milner. A autora define os interesses como fixos, mas cujas preferências podem variar. O interesse é o objetivo fundamental, enquanto as *policy preferences* do ator em questão podem variar a depender da situação. Por exemplo, um determinado partido político pode ter o interesse em chegar ao poder, mas dentro desse objetivo adotar diferentes estratégias políticas. Atores sociais e políticos têm preferências diferentes porque são afetados de maneira distinta pelas políticas públicas. Nos casos analisados por Milner, serão afetados assimetricamente por acordos de cooperação internacional, pressionando o governo a favor ou contra, a depender da questão. É nesse ponto que a premissa do ator unitário é refutada, assim como a de um interesse nacional unificado.

Como observa Maria Regina Soares de Lima (2000, p. 283), reconhecer as limitações da tradição realista é necessário para que se debata a política externa como uma política pública, sem uma separação ontológica entre ela e as demais esferas da administração pública. Tal separação contribuiu não apenas para uma análise que considera o Estado como uma

⁷Do original, em inglês: My central argument is that cooperation among nations is affected less by fears of other countries' relative gains or cheating than it is by the *domestic distributional consequences* of cooperative endeavors. Cooperative agreements create winners and losers domestically: therefore they generate supporters and opponents. The internal struggle between these groups shapes the possibility and nature of international cooperative agreements (MILNER, 1997, p. 9-10).

caixa-preta impenetrável, mas também para distanciar a política externa do debate público e do controle democrático. Nesse sentido, Lima reafirma que existem especificidades na política externa, mas que isso não deve impedir uma análise do processo decisório nela envolvido, muito menos mecanismos de prestação de contas e responsabilização dos governantes no tocante à política exterior, visto que:

A tensão permanente entre autoridade e controle democrático constitui o cerne das democracias e caracteriza sua operação quotidiana. Sendo assim, o problema da suposta incompatibilidade entre política externa e democracia remete a uma questão perene do experimento democrático (LIMA, 2000, p. 284).

Deste ponto de vista, nosso trabalho busca também contribuir para uma compreensão menos rígida de política externa, sempre sob a decisão última dos mandatários, mas permeável às disputas políticas existentes em qualquer sociedade, até mesmo nos regimes mais autoritários. Dessa maneira, não desejamos refutar a relevância de variáveis estruturais na política externa venezuelana, mas pretendemos lançar uma atenção maior à dinâmica política doméstica que sustentou o governo de Hugo Chávez e ainda sustenta o governo de Nicolás Maduro. Nossa análise reconhece o governo como responsável principal pela implementação da política externa, mas considera que essa é uma arena aberta para disputa, assim como as outras políticas públicas. Milani e Pinheiro (2013) sintetizam essa abordagem analítica, afirmando que:

[...] ao assumirmos a política externa como uma política pública, estamos trazendo a política externa para o terreno da *politics*, ou seja, reconhecendo que sua formulação e implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política. Em decorrência, estamos retirando a política externa de uma condição inercial associada a supostos interesses nacionais autoevidentes e/ou permanentes, protegidos das injunções conjunturais de natureza político-partidária. Estamos, portanto, despidendo a política externa das características geralmente atribuídas ao que se chama de política de Estado, que nos levava a lhe imputar uma condição de extrema singularidade frente às demais políticas públicas do governo (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 24).

Voltando às contribuições feitas por Milner (1997), a autora vai ao encontro do que foi afirmado por Moravcsik (1997). Ao abordar a importância das instituições políticas domésticas, demonstra que as regras institucionais podem levar a uma maior representação de certos grupos, enquanto outros ficam sub-representados. Os interesses dos grupos privilegiados terão, assim, vantagens na tomada de decisão:

As instituições políticas moldam o processo pelo qual as preferências são agregadas internamente. Dentro de um país, as preferências de todos os grupos não têm o mesmo impacto na política. As preferências de alguns grupos têm mais peso em qualquer processo de tomada de decisão e [...] parte do motivo é a estrutura

institucional. As instituições criam uma mobilização de tendências em favor de certos atores (MILNER, 1997, p. 18, tradução nossa)⁸.

Milner afirma que as preferências são primordiais porque circunscrevem a maneira como as instituições podem interagir e produzir variações nos resultados do jogo político. Contudo, acerca da relação entre preferências e instituições, conclui que “Embora, por definição, as instituições sejam mais difíceis de mudar do que as preferências, elas podem se tornar parte do jogo doméstico. Quem controla as escolhas institucionais será muito poderoso” (MILNER, 1997, p. 19, tradução nossa)⁹. Tal constatação está de acordo com a hipótese que formulamos, ou seja, ela indica que é possível existir um viés institucional em favor de determinados grupos. Se esses grupos tiverem prerrogativas ou mecanismos de influenciar o processo decisório em seu favor, a política externa resultante refletirá seus interesses, mesmo que seja prejudicial à maior parte da população do país. No caso em questão, a política externa defendida pelo alto escalão da *Fuerza Armada Nacional Bolivariana* e pelo *Partido Socialista Unido de Venezuela* orienta o país para uma postura antiestadunidense, mesmo que isso traga sanções econômicas que prejudicam a maior parte da população. Como veremos, há autores (CORRALES; ROMERO, 2013) que afirmam que, mais do que uma centralização decisória, existiu um retrocesso no regime democrático na Venezuela e a instalação de um regime semi-autoritário, que contribuiu para que certas decisões sejam tomadas e mantidas, mesmo que seus efeitos distributivos sobre vários setores sejam negativos.

De modo geral, a literatura acadêmica sobre a política externa venezuelana não utiliza a abordagem liberal em sua integralidade para compreender e explicar o direcionamento do país nos anos de governo de Hugo Chávez. Contudo, fazem uso parcial ou pontual de aportes teóricos que dialogam com o liberalismo.

No artigo *From Chávez to Maduro: Continuity and Change in Venezuelan Foreign Policy*, Carlos Romero e Víctor Mijares (2016) usam os moldes do Realismo Neoclássico combinados com a Teoria da Escolha Racional para analisar a transição entre Chávez e Maduro. Entretanto, recorrem a outros fatores explicativos não previstos por essas teorias e lhes dão grande relevância, como a personalidade e carisma do presidente, apoio partidário e

⁸Do original, em inglês: Political institutions shape the process by which preferences are aggregated domestically. Within a country every groups' preferences do not have the same impact on politics. Some groups' preferences are weighed more heavily in any decision making process and [...] part of the reason is the institutional structure. Institutions create a mobilization of bias in favor of certain actors (MILNER, 1997, p. 18).

⁹Do original, em inglês: Although by definition institutions are harder to change than preferences, they can become part of the domestic game. Whoever controls institutional choices will be very powerful (MILNER, 1997, p. 19).

controle da indústria petrolífera e das Forças Armadas. Ou seja, fazem uso *ad hoc* de elementos teóricos não realistas.

Andrés Serbin e Andrei Serbin Pont (2016), em *The Bolivarian Republic of Venezuela: The Limits of Ideological Diplomacy and Regional Leadership*, interpretam a política externa da Venezuela para os Estados Unidos a partir de conceitos realistas: *hard balancing* e *soft balancing*. Enquanto o primeiro conceito refere-se a parcerias militares com outros países e fortalecimento militar interno, o segundo trata de iniciativas não militares, voltadas a minimizar, frustrar ou atrasar as ações de um Estado hegemônico, como os Estados Unidos. Ou seja, há uma compreensão marcadamente realista da política externa, onde o comportamento do Estado é analisado como parte da dinâmica da balança de poder.

Um dos poucos trabalhos que possui uma abordagem claramente liberal é o de Rafael Duarte Villa (2004): *Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez*. O autor utiliza aportes teóricos de Helen Milner (1997) e, principalmente, Robert Putnam (2010). Villa aplica o modelo do “jogo de dois níveis” de Putnam para situações específicas dos primeiros anos de governo de Hugo Chávez, mostrando como o presidente atuava como negociador tanto na dinâmica de poder interna como externa, e como atores domésticos são relevantes para a compreensão da política exterior do país.

Carolina Pedroso (2018), por sua vez, articula diferentes teorias para analisar a intrincada relação de Caracas com Washington sob o governo Chávez. Em seu trabalho, “Entre o Bolivarianismo e a Adesão à Hegemonia: a relação de Venezuela e Estados Unidos durante o Chavismo (1999-2013)”, a autora também mobiliza os aportes de Putnam e Milner para tratar de grupos de interesse internos, embora os considere classes ou frações de classe. O trabalho de Pedroso traz conclusões interessantes no que tange à atuação desses grupos. Segundo a autora, tanto oposição quanto governo encontraram na inimizade com os EUA uma situação conveniente, utilizando essa hostilidade em sua disputa de poder interna.

Tendo em vista os exemplos acima citados, a contribuição de nosso trabalho reside em dois pontos principais. Um deles é o de reforçar a abordagem liberal proposta e, dessa maneira, preencher lacunas que a tradição realista não contemplou. Assim, nossa intenção não é a de refutar os trabalhos existentes na área, mas de contribuir com a expansão dos estudos sobre a Venezuela e sua inserção internacional. O segundo ponto é o de descrever e analisar um período sobre o qual a produção acadêmica ainda é incipiente: o governo de Nicolás Maduro. Passados mais de seis anos – um mandato presidencial completo –, não se pode mais tratar a Venezuela sob Maduro como meramente um período “pós-Chávez” ou um “chavismo sem Chávez”, embora ambas as expressões sejam inicialmente interessantes. Em nosso

entendimento, Nicolás Maduro deu continuidade a uma série de políticas de seu antecessor, mas reforçou e inovou em algumas de suas características, principalmente na guinada autoritária de seu governo e numa aproximação e priorização cada vez maiores dos setores militares. São ainda escassos os trabalhos acadêmicos que tratem desse processo de maneira detalhada. Reconstituir factualmente os seis anos do primeiro mandato de Maduro e analisá-lo sob a ótica teórica liberal apresentada neste capítulo foi um dos principais resultados do trabalho.

No capítulo seguinte, buscamos analisar a política externa de Hugo Chávez para os Estados Unidos dentro de um contexto mais amplo, que contempla a dinâmica política doméstica, as relações regionais e extrarregionais da Venezuela, dentre outros aspectos. No capítulo 3, fizemos o mesmo para o governo de Nicolás Maduro, embora o contexto doméstico e externo apresente constrangimentos muito maiores do que o período Chávez.

2. AS RELAÇÕES VENEZUELA – ESTADOS UNIDOS NO CONTEXTO DO GOVERNO CHÁVEZ (1999-2013)

Este capítulo é destinado a analisar a política externa do governo de Hugo Chávez para os Estados Unidos. Contudo, como a eleição de Chávez é um divisor de águas na sociedade venezuelana, foram retomados alguns tópicos referentes à dependência econômica do petróleo, o sistema político do *Pacto de Punto Fijo* e características gerais da política externa antes de Chávez. Em seguida, foi feita uma descrição dos anos iniciais do governo chavista. Por fim, foi analisada a relação de Chávez com os Estados Unidos e as bases de sustentação doméstica dessa política externa.

2.1 Características da Venezuela Pré-Chávez

2.1.1 A importância do petróleo

A dependência da Venezuela em relação ao petróleo remonta ao início do século XX, em um período dominado pela alternância de períodos democráticos e autoritários, forte instabilidade política e disputa entre caudilhos pelo controle do país. A ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935) já havia inserido dois elementos centrais para o futuro da Venezuela: a dependência econômica do petróleo e a proximidade com os Estados Unidos. Foi durante esse período ditatorial que se iniciou a exploração de petróleo em escala econômica e construiu-se uma estrutura viária, em um processo vinculado ao capital estrangeiro (MONTEIRO, 2007, p. 123). A vinculação da economia venezuelana à exploração de petróleo e seus derivados é a linha condutora da história do país ao longo do século XX até a atualidade. O economista brasileiro Celso Furtado (1957), ao escrever sobre a economia venezuelana ainda no final da década de 1950, apontava para os problemas gerados pela bonança petroleira, seguindo como uma análise ainda válida para compreender o país. Segundo o economista, o setor petroleiro e exportador estava deslocado do restante da economia, não contribuindo para sua modernização. Embora internamente dinâmico, não contribuía para que a maior parte da sociedade fosse beneficiada, visto que apenas uma pequena parcela da população trabalhava neste setor, o restante ficando em atividades de

menor produtividade. Ao contrário de outros países latino-americanos, que buscavam estratégias de industrialização limitadas pela falta de divisas, a Venezuela apresentava um fenômeno particular em que o subdesenvolvimento convivia com divisas em abundância.

O diagnóstico de Furtado seria comprovado nas décadas seguintes. Mesmo após o primeiro *boom* do petróleo, em 1973, o autor afirmou que a Venezuela se tornaria um país socialmente mais instável e dependente das importações de alimentos e das flutuações dos mercados internacionais. A Venezuela seria, assim, rica como país, porém continuaria socialmente subdesenvolvida (FURTADO, 1974). De maneira categórica, Furtado afirma que nada seria mais perigoso para um país pobre do que uma chuva de dinheiro – situação que a Venezuela experimentaria tanto na década de 1970, como nos anos 2000¹⁰. Como afirma Cabrujas (1987 *apud* CORONIL, 1997), o petróleo teve um efeito ilusionista sobre a elite do país e mesmo sobre o imaginário popular de um futuro próspero e de um Estado que poderia prover tudo que fosse desejado:

O surgimento do petróleo como indústria criou na Venezuela uma espécie de cosmogonia. O estado rapidamente adquiriu um matiz "providencial". Passou de um desenvolvimento lento, tão lento como tudo o que tem a ver com a agricultura, para um desenvolvimento "milagroso" e espetacular [...] O petróleo é fantástico e, portanto, induz o "fantasioso". O anúncio de que éramos um país do petróleo criou a ilusão de um milagre na Venezuela. Ele criou na prática a "cultura do milagre". A riqueza do petróleo tinha a força de um mito [...] O país não progrediu, é claro. O país engordou [...]. (CABRUJAS, 1987, *apud* Coronil, 1997, p. 13, tradução nossa)¹¹.

O desenvolvimento da economia em torno do petróleo teve um efeito devastador sobre a agricultura do país e gerou o esvaziamento do poder das elites rurais, que não foram substituídas por uma classe burguesa empreendedora. Não existiram, assim, “barões do petróleo” na Venezuela, visto que até 1976 eram empresas multinacionais que controlavam a exploração de petróleo no país e, a partir desse ano, o setor seria estatizado. Assim foi criada a *Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima* (PDVSA), pedra angular da economia venezuelana. De início, a PDVSA estava legalmente submetida ao Ministério de Minas e Energia. Contudo, a empresa ganhou autonomia diante do Ministério e do poder público

¹⁰Discussão semelhante ocorre em relação à chamada “doença holandesa”, processo pelo qual a descoberta de um recurso natural leva ao atrofiamiento dos outros setores da economia. A entrada excessiva de dólares nos Países Baixos na década de 1960, gerada pela euforia com a descoberta de gás natural, levou à valorização continuada do câmbio, dificultando a exportação de outros produtos e levando à desindustrialização do país.

¹¹Do original, em espanhol: La aparición del petróleo como industria creó en Venezuela una especie de cosmogonía. El Estado adquirió rápidamente un matiz “providencial”. Pasó de un desarrollo lento, tan lento como todo lo que tiene que ver con la agricultura, a un desarrollo “milagroso” y espectacular [...] El petróleo es fantástico y por lo tanto induce a lo “fantasioso”. El anuncio de que éramos un país petrolero creó en Venezuela la ilusión de un milagro. Creó en la práctica la “cultura del milagro”. La riqueza petrolera tuvo la fuerza de un mito [...] El país no progresó, desde luego. El país engordó [...] (CABRUJAS, 1987, *apud* Coronil, 1997, p. 13).

como um todo, estabelecendo diretrizes próprias, inclusive garantindo a seus funcionários um padrão de vida mais alto do que da maioria da população. As empresas internacionais que atuavam no setor até 1976, dentre elas a *Exxon*, a *Shell* e a *Mobil*, seguiram como filiais da PDVSA. Por suas características peculiares, a PDVSA ficou conhecida como “um Estado dentro do Estado” (MARINGONI, 2009, p. 66).

Como a importação de bens industrializados e de alimentos tornou-se barata, devido ao câmbio valorizado e à alta entrada de divisas no país, a Venezuela viu sua produção agrícola decair dramaticamente e seu setor industrial ainda nascente atrofiar. Como consequência, ocorreu um intenso êxodo rural e um processo de urbanização, tornando a Venezuela o segundo país mais urbanizado da América Latina e o único importador líquido de alimentos da região (WILPERT, 2007, p. 11). Esse processo auxilia a compreender por que o país tende a passar por crises de abastecimento, mesmo dos produtos mais básicos, visto que seu consumo depende majoritariamente daquilo que consegue importar com as divisas geradas pela venda de petróleo e derivados. Aumentando a exportação de petróleo, aumenta a capacidade de importação e consumo doméstico; caindo a exportação, também tende a cair o poder de compra e consumo do país.

2.1.2 O Sistema Político do *Pacto De Punto Fijo*

Para que se compreenda a ascensão de Hugo Chávez, é importante avaliar o sistema político-partidário que o precedeu, visto que a eleição de Chávez traria mudanças aos alicerces desse sistema. Também cabe compreender quais experiências políticas de esquerda existiram previamente no país.

Como observa Romero (2006, p. 79), embora a Venezuela tenha iniciado o século XX sob um contexto autoritário, viria a se tornar um modelo de democracia para a América Latina na década de 1960 até o fim do século. O país vivenciou uma ditadura militar e caudilhista liderada por Juan Vicente Gómez (1908-1935), seguida por mais uma década de regimes autoritários (1935-1945), um curto período conhecido como *Trienio Democrático* (1945-1948) e uma nova ditadura, desta vez mais institucionalizada, liderada por Marcos Pérez Jiménez (1948-1958). Embora tenha apresentado crescimento econômico nos anos iniciais, essa última experiência ditatorial começou a enfrentar dificuldades orçamentárias e oposição política. Contra Jiménez foi criada a Junta Patriótica, composta pelo *Partido Comunista de*

Venezuela (PCV), a *Unión Republicana Democrática* (URD), o *Acción Democrática* (AD) e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI). Com mobilizações estudantis e greves gerais, assim como o apoio de parte do empresariado, o regime caiu em janeiro de 1958, com a instalação de um governo militar provisório. Em outubro do mesmo ano, foi firmado o *Pacto de Punto Fijo*, tendo como signatários o AD, o COPEI e a URD. O acordo estabelecia normas para o funcionamento da democracia no país, o respeito às eleições e um programa de governo mínimo comum. Na prática, tratou-se de uma articulação que levaria a governos de relativo consenso entre o AD, o COPEI e uma terceira força política, a depender do resultado de cada eleição.

Em linhas gerais, o *Acción Democrática* definia-se como um partido socialdemocrata, enquanto o COPEI colocava-se mais à direita, como um partido democrata-cristão. De acordo com Maringoni (2009, p. 59), o *Partido Comunista de Venezuela* foi intencionalmente excluído do pacto, assegurando uma transição conservadora para um tipo de democracia que perduraria com estabilidade por três décadas, até 1989, entrando em crise aguda até o final da década de 1990, quando ocorreria a ascensão de Hugo Chávez, um intruso nesse arranjo político. Posteriormente ao *Pacto de Punto Fijo*, essa alternância no poder entre AD e COPEI seria estendida também à divisão pactuada da presidência da Câmara e do Senado, assim como da Corte Suprema de Justiça e do Procurador-Geral da República. Com eleições periódicas, partidos estruturados e a futura repressão a movimentos armados, a Venezuela ostentou uma sólida imagem democrática e estável em uma América Latina permeada por golpes de Estado e ditaduras militares.

A despeito de suas características oligárquicas, a Venezuela do Pacto de Punto Fijo conseguiu assegurar melhorias na qualidade de vida da população, de maneira contínua, mesmo que lenta. A relativa prosperidade da década de 1970, com a bonança petroleira, garantiu apoio popular ao sistema. Uma comissão tripartite entre governo, empresários e trabalhadores auxiliava na tomada de decisões mais sensíveis, como legislação trabalhista e previdenciária. Contudo, a representatividade da sociedade nesse tipo de discussão ficou quase monopolizada por duas instituições: a *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* (Fedecámaras) e a *Central de Trabajadores de Venezuela* (CTV). Ademais, não havia eleições diretas para prefeito e governador, o que lança questionamentos sobre o quão democrática a Venezuela *puntofijista* de fato foi (MARINGONI, 2009, p. 67). O Quadro 1, abaixo, mostra a alternância entre AD e COPEI na presidência até 1994, com clara predominância da AD.

Quadro 1 – Presidentes Eleitos na Venezuela *Puntofijista*

Presidente	Partido	Período
Rómulo Betancourt	<i>Acción Democrática</i>	1959-1964
Raúl Leoni	<i>Acción Democrática</i>	1964-1969
Rafael Caldera	COPEI	1969-1974
Carlos Andrés Pérez	<i>Acción Democrática</i>	1974-1979
Luis Herrera Campins	COPEI	1979-1984
Jaime Lusinchi	<i>Acción Democrática</i>	1984-1989
Carlos Andrés Pérez ¹²	<i>Acción Democrática</i>	1989-1993
Rafael Caldera ¹³	<i>Convergencia</i>	1994-1999

Fonte: MARINGONI, 2009. Elaboração do autor.

Como afirmado, o *Partido Comunista de Venezuela* foi excluído do *Pacto de Punto Fijo*. O primeiro governo eleito após o fim da ditadura, de Rómulo Betancourt, do *Acción Democrática*, perseguiu movimentos sociais e guerrilheiros, numa tentativa de isolar a esquerda da política de modo geral. O PCV, em particular, foi colocado na clandestinidade de 1963 até 1968. Dentro do próprio partido de Betancourt, surgiu uma dissidência armada, o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR), em 1960. O MIR atuaria em conjunto com o braço armado do PCV, as Forças Armadas de Liberação Nacional (FALN). Entretanto, ao contrário da vizinha Colômbia, onde as guerrilhas teriam longevidade, os movimentos armados venezuelanos foram derrotados ou esvaziados ao longo da década de 1960. Na década seguintes, partes desses grupos políticos constituiriam partidos e viriam a disputar eleições. De divisões internas ao PCV, surgiriam dois outros agrupamentos de esquerda relevantes: o *Movimiento al Socialismo* (MAS) e *La Causa Radical*, conhecida como *La Causa R*. O MAS foi criado em 1971, com uma visão crítica do marxismo e uma postura mais

¹²Carlos Andrés Pérez sofreu impeachment no início de seu quinto ano de mandato, tendo como presidentes interinos Octavio Lepage e Ramón José Velásquez, do *Acción Democrática*.

¹³O presidente Rafael Caldera, que governou entre 1969-1974, embora tenha sido eleito para mais um mandato (1994-1999), candidatou-se pelo partido *Convergencia*, dissidente do COPEI, demonstrando o esgotamento do *Pacto de Punto Fijo*.

conciliadora¹⁴. No mesmo ano, surgiu *La Causa R*, que tinha um caráter mais popular e menos ortodoxo que o PCV (MARINGONI, 2009, p. 83). Enquanto o MAS buscou apresentar-se como terceira força política do sistema, *La Causa R* fomentou um sindicalismo mais radical com trabalhadores da indústria do aço e de independência frente ao Estado. Contudo, nenhuma dessas experiências da esquerda venezuelana construiu uma força eleitoral que ameaçasse a hegemonia do pacto entre AD e COPEI (BERNARDES, 2015, p. 126).

Esse cenário começaria a mudar no final da década de 1980, com o retorno de Carlos Andrés Pérez ao poder, em 1988. Pérez havia feito um governo mais nacionalista em seu primeiro mandato (1974-1979), marcado pela nacionalização da indústria de ferro e de petróleo. Em sua tentativa de voltar à presidência, porém, elegeu-se com um discurso de mudança diante da crise que se abatia sobre o país, “*El Gran Viraje*”, mas sem antecipar o conteúdo neoliberal de seu programa de governo, “*El Paquete*”. No início de seu mandato, em 1989, fez um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para concessão de um empréstimo de 4,5 bilhões de dólares. Para recebê-lo, o governo precisaria aplicar um pacote de medidas que envolviam: desvalorização cambial, redução do crédito e do gasto público, liberação de preços, congelamento de salários e elevação no preço de produtos básicos. Além disso, deu início à chamada Abertura Petroleira, projeto para abrir o setor de petróleo à exploração estrangeira e deixar para a PDVSA um papel minoritário. A gasolina sofreu um ajuste de 100% e seria o principal estopim para uma revolta urbana nacional, conhecida como *Caracazo* (BARROS, 2009, p. 82).

Apesar do nome, o *Caracazo* não se limitou à capital da Venezuela. Os protestos iniciaram-se contra o aumento nos preços das passagens de transporte, resultado do aumento da gasolina. Com maior presença estudantil, gradualmente os protestos receberam adesão do resto da sociedade, que se manifestava contra o conjunto de medidas de Pérez como um todo. A revolta envolveu a construção de barricadas, o incêndio de ônibus e o saque a estabelecimentos comerciais. No segundo dia de protestos, o presidente anunciou um toque de recolher e a suspensão das garantias constitucionais. A repressão violenta das Forças Armadas resultou na morte de centenas de pessoas. Embora tenha sobrevivido politicamente ao ocorrido, o governo de Pérez seria o último presidente eleito pelos marcos de *Punto Fijo*. Seu governo continuaria até 1993, quando sofreria impeachment por mau uso do dinheiro público

¹⁴O *Movimiento al Socialismo* na Venezuela diferencia-se do partido de mesmo nome na Bolívia. O MAS demonstrou um comportamento errático nas últimas décadas. O partido viria a apoiar o segundo governo de Rafael Caldera (1994-1999) e posteriormente Hugo Chávez, mas logo passaria à oposição.

e fraude financeira. Antes do fim, contudo, Pérez deu continuidade a seu pacote de medidas: abriu o setor petrolífero ao capital privado, eliminou regulações bancárias, reduziu controles de preços e fez amplas privatizações (MARINGONI, 2009, p. 72-73).

O impacto mais profundo do *Caracazo* foi, entretanto, nas Forças Armadas. Cresceu dentro do Exército um incômodo com o uso dos militares para reprimir a população, assim como um descontentamento com a política venezuelana em geral. Antes mesmo do *Caracazo*, havia sido criado o *Movimiento Bolivariano Revolucionario-200* (MBR-200), em 1982, em homenagem aos 200 anos do nascimento de Simón Bolívar e voltado à discussão interna das Forças Armadas. Hugo Chávez, fundador do MBR-200, era paraquedista do Exército e vinha simpatizando com movimentos de esquerda, como *La Causa Radical* (MARINGONI, 2009, p. 90). O bolivarianismo está associado à ideia de união dos povos latino-americanos. À época de Simón Bolívar, a união servia para contrapor a Europa colonialista, evitando a reconquista do hemisfério. Sua versão atualizada para o século XXI, por Chávez, elege como adversário os Estados Unidos. Contudo, como será mostrado, essa hostilidade para com os EUA não estava presente com clareza no início de seu governo, manifestando-se apenas após o golpe fracassado de 2002.

Voltando aos impactos do *Caracazo* nos círculos militares, dois golpes de Estado abalariam o sistema político de *Punto Fijo*. Em 1992, na continuidade das dificuldades econômicas e com o surgimento de denúncias de corrupção no governo e no alto escalão das Forças Armadas, Chávez liderou uma tentativa fracassada de golpe de Estado, que o levou à prisão. Ao negociar sua rendição, contudo, Chávez exigiu que pudesse fazer um breve pronunciamento na televisão. Nele, assumiu a responsabilidade pelo movimento bolivariano, pediu a seus aliados que também se rendessem e projetou-se como líder político nacional¹⁵. No ano seguinte, Pérez sofreria impeachment e, em 1994, Rafael Caldera voltaria à presidência, eleito por uma coalizão distinta das tradicionais, que incluía o *Movimiento al Socialismo* e o *Partido Comunista de Venezuela*. A votação foi altamente pulverizada, mostrando o desgaste de *Punto Fijo* e a dificuldade de atingir a maioria dos votos, mas já apontava a decadência da AD e do COPEI. Caldera presidente concederia um indulto aos golpistas de 1992. Sua eleição foi um prenúncio da ascensão de Hugo Chávez:

A vitória de Caldera a partir de um movimento amplo, mas institucionalmente pouco consolidado, e os anos de falhanço [sic] econômico, dariam um novo alento às

¹⁵No mesmo ano, uma nova tentativa de golpe foi feita, dessa vez liderada por Hernán Grüber, um vice-almirante da Marinha e Francisco Visconti Osório, da Força Aérea. A repressão a essa segunda tentativa foi mais violenta e resultou na morte de 170 pessoas.

forças oposicionistas em torno da liderança de Chávez. Ao mesmo tempo, o Presidente torna-se alvo de duras críticas após a implementação da Agenda Venezuela para a reestruturação econômica e financeira do Estado e a privatização do setor petrolífero, alinhadas com o FMI. Neste contexto, consolida-se um discurso antipartidário que é bastante favorável à ascensão de líderes carismáticos, sem carreira político-partidária e concorrentes em movimentos eleitorais amplos e ideologicamente heterodoxos (BERNARDES, 2015, p. 127).

Em 1997, ocorreram cisões no MBR-200 e *La Causa R*. A partir disso, Chávez criaria o *Movimiento V República* (MVR), recebendo o apoio do MAS. Os partidos AD e COPEI aprofundaram suas divisões internas e não conseguiram emplacar um candidato forte. Em um ato desesperado para evitar a eleição de Chávez, apoiaram o candidato Henrique Salas Römer apenas quatro dias antes do pleito, do partido Projeto Venezuela, que havia sido criado especialmente para a disputa à presidência. Römer terminou em segundo lugar na eleição, com 39,97% dos votos, contra 56,20% de Chávez, da coalizão Polo Patriótico (BERNARDES, 2015, p. 127-128).

2.1.3 Características da política externa venezuelana antes de Chávez

Embora não seja objetivo desta seção fazer um resgate exaustivo da política externa que antecedeu o governo Chávez, é possível traçar alguns marcos tradicionais da atuação externa do país para a seguir examinarmos a política externa deste último. De acordo com Carlos Romero (2003, p. 323), quatro características principais estiveram presentes nas décadas em que o *Pacto de Punto Fijo* vigorou, estimuladas pela Constituição de 1961: i) o caráter pacífico do país, a busca pela integração econômica e a defesa da democracia, além de outros princípios presentes na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU); ii) a discricionariedade do presidente da república em matéria de política externa; iii) o caráter petroleiro do país, mas em vias de diversificar a economia; e iv) a construção de várias identidades de política exterior: andina, caribenha, amazônica, hemisférica e terceiro-mundista. Além disso, a Venezuela se mostraria um parceiro confiável para os Estados Unidos, devido à sua estabilidade democrática e às grandes reservas de petróleo, que a qualificaram como um importante fornecedor de petróleo aos EUA. Romero faz a ressalva de que, apesar dessa aliança prioritária com Washington, a Venezuela buscou diferenciar-se da grande potência no plano multilateral, construindo um papel ativo na Organização das Nações Unidas e assumindo posições divergentes dos EUA em questões delicadas, como na

intervenção na República Dominicana, em 1965, e no apoio dos EUA ao Reino Unido na Guerra das Malvinas, em 1982 (ROMERO, 2006, p. 79).

Segundo Saraiva e Briceño-Ruíz (2009, p. 157), a multiplicidade de identidades de política externa acima mencionada explica, em grande medida, as variações na inserção do país em sua região:

A *Cuenca* do Caribe lhe é um espaço vital, sendo uma área de enorme importância geopolítica e geoeconômica onde o país sempre exerceu influência política. É parte da sub-região andina pois, apesar de apenas três estados fazerem parte da Cordilheira dos Andes, o país está historicamente ligado a esta zona do continente. Os laços históricos com a Colômbia – país com o qual a Venezuela tem uma intensa relação – são às vezes conflitivos, às vezes cooperativos, mas têm um forte conteúdo societal devido às interações crescentes entre suas populações. Por fim, a Venezuela é um país com uma fachada amazônica, certamente a menos desenvolvida, mas que não por isto é pouco relevante (SARAIVA; BRICEÑO-RUIZ, 2009, p. 157).

Em relação a essas distintas identidades de política exterior, Ojeda Medina (2010, p. 154-156) afirma que a Venezuela conseguiu moldar sua imagem internacional de acordo com a necessidade do momento vivido pelo país. Por exemplo, isso permitiu que o país adotasse uma rígida postura quanto a direitos humanos na década de 1960, conhecida como Doutrina Betancourt, nome do presidente da época, Rómulo Betancourt (1959-1964). Segundo a Doutrina, a Venezuela só reconheceria governos resultantes de eleições justas, num momento em que ela mesma vivenciava um novo período democrático. Permitiu também que o país adotasse uma imagem de prosperidade na década de 1970, quando foi beneficiada pelo *boom* dos preços do petróleo, e inversamente uma imagem de país terceiro-mundista, na década de 1980, quando foi afetada pela crise da dívida externa, assim como outros países latino-americanos. Na Venezuela de Hugo Chávez, o país passaria por uma redefinição de sua imagem, mais radical que as anteriores, como uma nação revolucionária e bolivariana.

Nos primeiros anos da Venezuela redemocratizada, a Doutrina Betancourt gerou certo isolamento regional do país, levando ao rompimento das relações com Cuba, após a Revolução Cubana de 1959, e com o Brasil, após o golpe militar de 1964. Betancourt participou também da criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960, voltada à coordenação da produção de petróleo. Também foi mantida uma política de defesa nacional pensada contra uma eventual ingerência cubano-soviética, postura dominante também no governo seguinte, de Raúl Leoni (1964-1969) (ROMERO, 2003, p. 324). Esse panorama de isolamento na região se alteraria com o presidente Rafael Caldera (1969-1974). Tendo sido o primeiro político eleito pelo COPEI, da oposição, Caldera gozava de estabilidade interna. Ocorreu uma transição tranquila entre partidos opositores, a redução do receio de uma insurreição militar, e a desmobilização das guerrilhas que ainda existiam no

país, como afirmado na seção anterior. Foi nesse contexto favorável que Caldera pôde reformular a política externa do país, flexibilizando a Doutrina Betancourt e operando um afastamento moderado dos Estados Unidos. O presidente aproximou-se de países socialistas e reduziu as críticas ao governo cubano. Também neste momento, a Venezuela buscou aproximar-se de países centro-americanos e caribenhos, alguns dos quais recém descolonizados, numa região que permanece central à inserção internacional da Venezuela até hoje. O Grupo Andino, hoje Comunidade Andina, também foi criado sob o governo de Caldera, através do Acordo de Cartagena, em 1969, com a Colômbia, o Equador, o Peru e o Chile¹⁶.

Contudo, foi na presidência de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) que a Venezuela experimentou o momento de maior projeção internacional do século XX. Pérez nacionalizou a exploração de cobre, aço e petróleo. Além disso, a Venezuela foi altamente beneficiada pelo aumento dos preços do petróleo. Foi neste momento que o país promoveu o Acordo de Porto Ordaz, em 1976, que previa a venda de petróleo em condições facilitadas a países centro-americanos e caribenhos. Este acordo foi o primeiro de uma série de iniciativas voltadas para a América Central e o Caribe. Posteriormente a ele, seriam assinados: o Pacto de São José, em 1980, que incluía o México como exportador de petróleo; o Grupo dos Três, em 1994, que incluía Venezuela, Colômbia e México e objetivava promover uma maior integração entre os países centro-americanos e caribenhos, através da liderança dos três maiores países da região; o Acordo Energético de Caracas, em 2000, já no governo de Hugo Chávez; e a criação da *PetroCaribe*, em 2005. Também data do governo Pérez o surgimento do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), em 1975, sediado em Caracas¹⁷. Na década de 1980, o país entraria em uma crise econômica resultante da baixa dos preços do petróleo e que levou a uma retração da atuação externa do país, assim como a um contexto de crise política, descrita na seção anterior, que levaria à ascensão de Chávez.

¹⁶O Chile retirou-se do grupo em 1977 e a Venezuela fez o mesmo em 2006.

¹⁷O SELA é sediado em Caracas e integrado por 26 países da América Latina e Caribe. Seu propósito inicial era de promover um sistema de consulta e coordenação em matéria econômica para os países da região.

2.2 Da Eleição ao Golpe (1999-2002): os primeiros anos do Governo Chávez

A despeito da vitória presidencial de Chávez nas eleições de 1998, o novo mandatário não obteve maioria parlamentar. A AD elegeu o maior número de deputados, seguida pela coalizão de Chávez, pelo COPEI e pelo Projeto Venezuela, nessa ordem. Assim, o governo precisava de uma nova maioria para sustentar seu programa de governo. Para superar sua falta de apoio no Poder Legislativo e aplicar as reformas que defendia, Hugo Chávez convocou um referendo sobre a realização de uma Assembleia Constituinte, a qual também era um compromisso de campanha. Vitorioso na consulta, foi realizada a Constituinte, na qual obteve uma larga vantagem: sua coalizão obteve 119 das 131 vagas. O processo daria origem a uma nova Constituição, que substituiria o texto de 1961, dando início à Quinta República: a República Bolivariana da Venezuela.

A Constituição da República Bolivariana alterou o sistema político venezuelano: além de mudanças nos três poderes tradicionais, Executivo, Legislativo e Judiciário, foram criados o Poder Eleitoral e o Poder Cidadão, sendo o primeiro responsável pela realização de eleições e o segundo correspondente ao Ministério Público e à Procuradoria Geral da República existentes em outros países. O Senado foi extinto, tornando a Venezuela um país unicameral. O texto também incluiu mecanismos de participação social no sistema político venezuelano, prevendo numerosas possibilidades de referendos e plebiscitos, que se tornariam uma bandeira importante de Chávez: a defesa da “*democracia participativa e protagónica*” como a vanguarda em relação à democracia representativa liberal. Além disso, a nova carta proibiu a privatização da PDVSA, colocando freios à discussão de Abertura Petroleira que vinha ocorrendo no país desde o governo Pérez. Também foram incluídos pela primeira vez os direitos dos indígenas, os direitos ambientais e foram ampliados os direitos sociais (MARINGONI, 2009, p. 113-121).

Com base em uma nova Constituição, foram também feitas novas eleições, em 2000, que Chávez venceu com quase 60% dos votos válidos (CNE, 2000). No ano seguinte, foi feita uma emenda constitucional relevante, que dava ao presidente o poder de legislar sobre matéria econômica e financeira através de decretos, as chamadas Leis Habilitantes. Dentre esses decretos, que totalizaram 49, destacam-se aqueles que alteraram o regime fundiário do país, o regime fiscal e, especialmente, a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos, que ampliava o controle do Executivo sobre a PDVSA. A diretoria da empresa ganhara notável autonomia nos últimos anos de *Punto Fijo* e repassava cada vez menos do seu lucro ao Estado. A nova

lei buscava reverter esse descolamento da empresa frente à administração pública e à cobrança de impostos. Esse conjunto de alterações entre 2000 e 2002 foram cruciais para que houvesse uma reação das elites econômicas tradicionais, que apoiaram um golpe de Estado contra Chávez em abril de 2002 (MARINGONI, 2009, p. 113-121).

A nova Constituição também estabeleceu os princípios gerais que regem as relações internacionais do país: independência, igualdade entre os Estados, autodeterminação, não intervenção, solução pacífica de conflitos internacionais, cooperação, respeito aos direitos humanos e solidariedade entre os povos na luta pela emancipação e bem-estar da humanidade. Embora o texto apontasse a América Latina e o Caribe como prioridade das relações externas do país, não havia diretrizes específicas em relação aos Estados Unidos ou a uma política externa mais ativa (VENEZUELA, 1999, p. 36). Essas diretrizes seriam lançadas no *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)*. Ao contrário da Constituição, esse plano continha referências explícitas à redefinição da ordem mundial, à defesa da construção de um mundo multipolar e um novo desenho para a segurança hemisférica. Além da América Latina e do Caribe, que se mantêm como prioridade, há referência à aproximação com países de todos os continentes, incluindo os Estados Unidos, e também à rearticulação da OPEP e de grupos regionais, como a Comunidade Andina e o Grupo do Rio (VENEZUELA, 2001, p. 155-162). A despeito dessas diretrizes, é importante destacar que os anos iniciais do chavismo não presenciaram uma política externa tão ativa e multilateral, sendo mais dedicados à reforma constitucional e à grave crise que o país enfrentaria com uma tentativa de golpe de Estado 2002 e uma greve patronal-petroleira entre 2002 e 2003. O ativismo internacional que marcaria o chavismo só seria uma realidade concreta depois do enfrentamento desses problemas.

Na área econômica, também não houve uma guinada nesse primeiro momento. A Venezuela encontrava-se em uma difícil situação fiscal e queda do Produto Interno Bruto, somadas às desconfianças em torno da figura de Chávez e ao declínio do preço do petróleo. Por isso, a política macroeconômica dos primeiros anos de governo, a despeito das mudanças constitucionais citadas acima, manteve traços ortodoxos, no que foi chamada “Política Econômica de Transição”. Para dissipar receios de uma guinada radical na economia, a Ministra das Finanças do governo anterior, Maritza Izaguirre, foi mantida no cargo por nove meses (BARROS, 2007, p. 88-89).

Como afirmado, as mudanças introduzidas pelo novo governo não foram feitas sem reação política. De acordo com Carolina Pedroso (2014, p. 62-64), os partidos de oposição

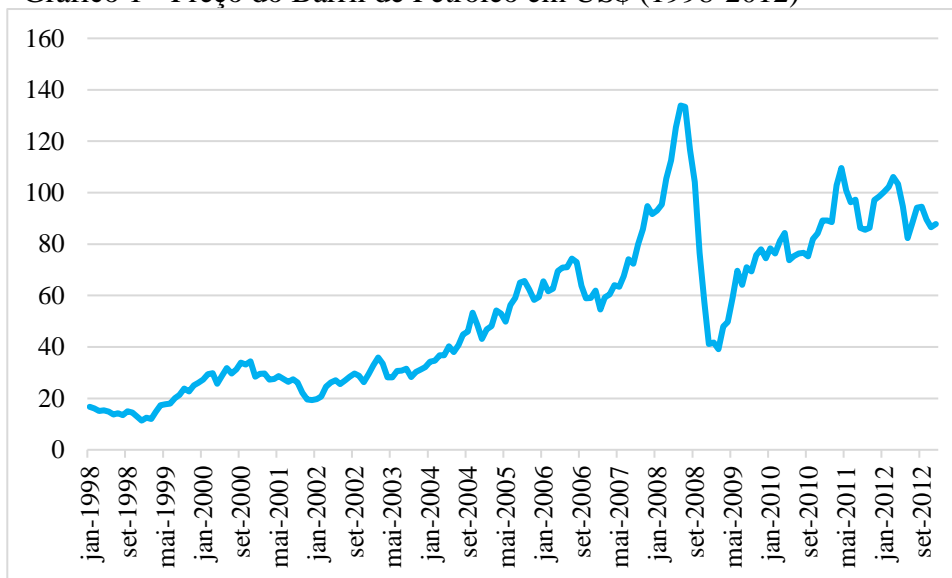
não conseguiram fazer frente ao governo Chávez de maneira eficiente, visto que sua legitimidade diante da população estava em declínio, associados às décadas de *Punto Fijo*. Esse papel acabaria sendo assumido, em parte, pela mídia do país, assim como pelo empresariado, aglutinado na *Fedecámaras*. A eles também se uniram a *Central de Trabajadores de Venezuela*, maior sindicato do país, ligado ao partido *Acción Democrática*, assim como alguns círculos militares e a maioria dos executivos da PDVSA. Esse conjunto de atores acusava Chávez de atacar a propriedade privada e de desejar implantar um regime castrista no país. Protestos foram convocados desde dezembro 2001, culminando em um golpe de Estado em 11 de abril 2002, que afastou Chávez do poder por cerca de três dias. Em seu lugar foi empossado Pedro Carmona, presidente da *Fedecámaras*. Carmona revogou a Constituição vigente, as 49 Leis Habilitantes, dissolveu o parlamento, cassou os deputados e suspendeu as atividades do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ). Contudo, com a repercussão internacional e a reação popular nas ruas, o golpe seria derrotado. Apenas os Estados Unidos, a Espanha e o Peru saudaram o governo Carmona. Um setor do Exército colocou-se contra a derrubada do governo e tratou de recolocar Hugo Chávez no Palácio de Miraflores (MARINGONI, 2009, p. 136).

Mesmo com a frustração do golpe, a Venezuela passaria por um período mais longo de crise, em razão de uma greve patronal do setor de petróleo entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003. Conhecido como “*El Paro*”, o boicote levou o país a uma crise de abastecimento de combustível e produtos de consumo básicos. Parte do comércio aderiu à greve, afetando diretamente a rotina da população. Os meses de paralisação também geraram queda nas exportações e fuga de capitais. Liderado pela oposição, a *Fedecámaras*, a *Central de Trabajadores de Venezuela* e a diretoria da própria PDVSA, “*El Paro*” gerou desgaste das forças opositoras, que acabariam pondo fim à greve depois de 63 dias. O golpe de 2002 e “*El Paro*” são um divisor de águas no governo de Hugo Chávez, interna e externamente. Tal interpretação é majoritária na literatura (BRICEÑO-RUIZ, 2017, p. 180; MARINGONI, 2009, p. 141-143; PEDROSO, 2014, p. 69-70; VILLA, 2004, p. 40), que aponta que, a despeito da crise gerada pela ruptura democrática, o chavismo contornaria as dificuldades e experimentaria seu melhor momento nos anos seguintes. Uma das principais medidas de Chávez foi demitir 18 mil de um total de 42 mil funcionários da PDVSA, visto que a diretoria da empresa havia apoiado a greve. Foi revisto também o marco regulatório da estatal que, como afirmado anteriormente, era um “Estado dentro do Estado” e ainda refletia as bases políticas de *Punto Fijo*. A partir de então, o governo teria maior controle sobre a direção da

PDVSA, que se tornaria a maior ferramenta de políticas públicas do governo, desde a realização de políticas sociais, conhecidas como *Misiones*, até uma política externa baseada na diplomacia do petróleo (MARINGONI, 2009, p. 141-143).

Em 2004, a oposição convocou um referendo sobre a continuidade do mandato presidencial, uma espécie de *recall*, previsto pela nova constituição. Contudo, o resultado foi favorável à Chávez, que ganhou maior legitimidade política na vitória do referendo, com quase 60% dos votos (CNE, 2004). No mesmo ano, iniciou-se um processo de alta nos preços internacionais do petróleo, assim como de outras *commodities*. Como se observa no Gráfico 1 abaixo, o petróleo apresentaria trajetória sustentada de crescimento até 2008, ano em que sofreria forte queda com a crise do *subprime* nos Estados Unidos. O preço do produto voltaria a subir em 2009, mas se manteria em patamares inferiores ao período pré-crise¹⁸. Esse conjunto de fatores possibilitaria uma política externa mais ativa para Chávez, e também levaria a níveis mais altos de antagonismo com os Estados Unidos.

Gráfico 1 - Preço do Barril de Petróleo em US\$ (1998-2012)



Nota: Foi utilizado como referência o preço do petróleo bruto negociado em West Texas Intermediate (WTI), da região do Golfo do México, onde estão as principais refinarias compradoras da Venezuela.

Fonte: Energy Information Administration, 2018. Elaboração do autor.

¹⁸A invasão do Iraque (2003) e a própria greve na Venezuela (2002-2003), contribuíram para elevação do preço do petróleo, visto que geraram diminuição da oferta do produto, em contraste com a elevação da demanda chinesa no início do século. Após a crise de 2008, haveria nova elevação do preço com o advento da Primavera Árabe, em 2011 (NEXO, 2016).

2.3 Política externa e relações com os Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos são um eixo central na inserção internacional da Venezuela. Inserção não apenas econômica, mas também política, tendo em vista o papel desempenhado pelo país durante a Guerra Fria. Essa associação lhe permitiu sustentar uma imagem de enclave democrático – e até mesmo ocidental – na América Latina permeada por autoritarismos. No início de seu governo, Hugo Chávez assumiu uma postura crítica da ordem internacional, mas sua posição era mais revisionista do que propriamente revolucionária. As relações com os Estados Unidos foram mantidas dentro da cordialidade nessa primeira etapa, mas entraram em um processo crescente de antagonismo, o que permanece até a atualidade, com breves períodos de distensão na relação bilateral. Nesse ponto, é possível discutir exatamente em qual momento houve uma guinada na política externa da Venezuela para com os Estados Unidos. Entretanto, é evidente o fato de que o antiamericanismo não estava presente no governo Chávez desde seu princípio (OLIVEIRA, 2011, p. 87). Fazer essa observação é essencial para a hipótese deste trabalho, visto que demonstra que as relações entre os dois países já foram diferentes das atuais, hoje marcadas por conflitos, acusações, sanções econômicas e diplomáticas.

Briceño-Ruíz (2017, p. 180) sintetiza o conjunto de mudanças na relação bilateral afirmando que a política externa chavista passou de uma crítica ao unilateralismo estadunidense para uma postura anti-imperialista, e de uma crítica ao neoliberalismo para uma crítica ao capitalismo como um todo. O golpe de 2002 é o marco mais utilizado para delimitar essa guinada na política externa que, na visão de Villa (2004, p. 22), passaria a perder parte de seu pragmatismo e se tornaria mais ideológica do que na fase anterior. Na seção sobre grupos de interesse, abordaremos como a política interna foi importante para o reordenamento após o golpe, quando Chávez buscou identificar quem estava com ele e quem estava contra ele, configurando assim um arco de alianças distinto e mais radical em sua base de apoio, o que influenciou a inflexão observada na relação com os Estados Unidos e na política externa em geral.

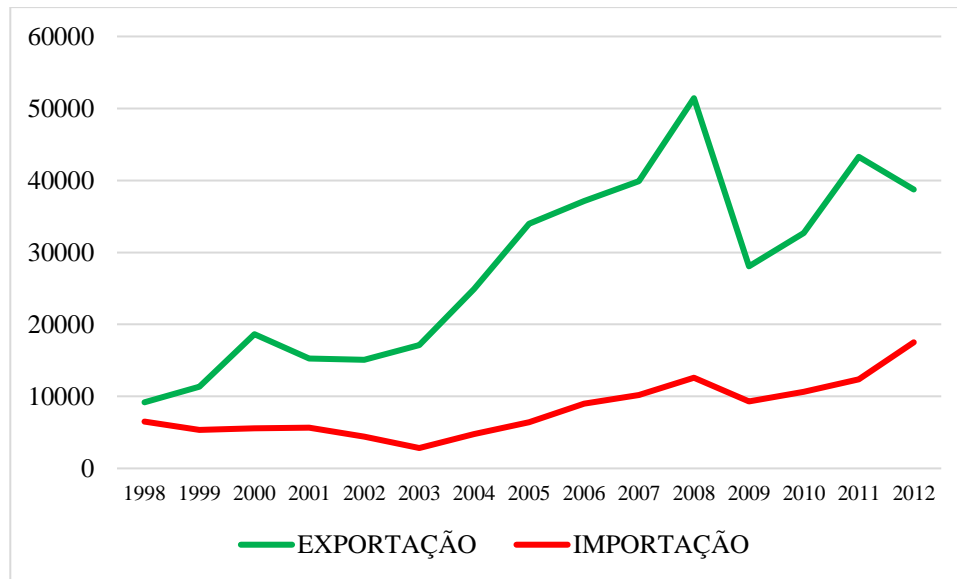
A despeito dessa radicalização, a Venezuela seguiu sendo uma exportadora constante de petróleo para os Estados Unidos, assim como uma importadora voraz de produtos e serviços norte-americanos. A relação comercial não apenas se manteve, como se ampliou ao longo dos 14 anos de governo Chávez, como demonstrado no Gráfico 2, abaixo. Assim, a política externa de confrontação frente aos Estados Unidos no governo Chávez conviveu em

paralelo com uma política comercial extremamente pragmática e que não sofreu abalos. Leonardo Valente (2012, p. 83-84) propôs o conceito de “revisonismo periférico antagônico” para definir a política externa chavista para os Estados Unidos. Ou seja, uma estratégia de redefinição das relações externas do país e de questionamento do *status quo* a partir da periferia global que estabeleceu antagonismos com Washington. Valente observa, contudo, que embora o caráter revisionista tenha sido uma constante em todo o governo Chávez, o antagonismo não foi. Nos primeiros anos (1999-2002) e nos anos finais (2009-2013) foi mantida uma postura menos antagônica pelo presidente. O paradoxo de uma relação política permeada por atritos e acusações mútuas e de uma relação comercial abundante e contínua levou Valente a resumi-la na expressão “inimigos sim, negócios à parte”. O cientista político venezuelano Carlos Romero (2006, p. 78), por sua vez, classificou a relação como esquizofrênica.

O Gráfico 2 abaixo apresenta as trocas comerciais entre Venezuela e Estados Unidos entre 1999 e 2012. Observe-se que a exportação da Venezuela aos EUA cresceu no período, ampliando o déficit comercial para os EUA. Embora a Venezuela tenha buscado diversificar suas relações externas com uma ampla gama de países, havia limitações ao comércio de seu principal produto, o petróleo. Por exemplo, a exportação de petróleo à China, que ascenderia como um parceiro comercial importante da América Latina nos anos 2000, esbarrou no custo elevado e na complexa logística de transporte. Esse é um dos motivos pelos quais o país asiático nunca ameaçou a posição de Washington como maior parceiro comercial de Caracas, muito embora tenha se consolidado entre as primeiras posições¹⁹. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos conseguiram reduzir sua dependência energética frente à Venezuela e diversificar a origem de suas importações de petróleo.

¹⁹Embora os Estados Unidos sigam sendo o primeiro parceiro comercial da Venezuela até hoje, Pequim desempenha papel relevante na manutenção do governo de Nicolás Maduro, sendo seu principal credor financeiro. Essa relação será melhor analisada no Capítulo 3, sobre o governo Maduro.

Gráfico 2 - Exportação e Importação Venezuela - Estados Unidos (1998-2012)



Nota: Valores em milhões de dólares

Fonte: United States Census Bureau, 2018. Elaboração do autor.

Pedroso (2018, p. 173) divide a política externa de Hugo Chávez para os Estados Unidos em três fases: a primeira, como mencionado, de baixo perfil e sem componentes anti-imperialistas e anticapitalistas claros, de 1999 a 2002/2003; a segunda, em que a Venezuela criou diferentes iniciativas de integração regional e assumiu uma postura clara de defesa do socialismo, entre 2004 até 2008; e a terceira, a partir de 2009, inicia uma fase de abrandamento nas relações com os Estados Unidos, com a eleição de Barack Obama, embora seja discutível o nível de redirecionamento feito nesse momento. Nas seções seguintes, analisaremos tais relações periodizadas com as mudanças de governo nos Estados Unidos. Ou seja, organizamos dentro dos três mandatos presidenciais no período em que Chávez governou: Bill Clinton (1999-2001), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2013).

2.3.1 Relações entre Chávez e Clinton (1999-2001)

Ao longo da década de 1990, os Estados Unidos vinham buscando uma relação mais propositiva com a América Latina, através do lançamento da Iniciativa para as Américas, do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA) e da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), que estavam voltadas para liberação do comércio, o estímulo ao investimento privado e à redução da elevada dívida externa dos países da região. É importante recordar que, no momento em que Hugo Chávez chega ao poder, tais propostas tinham

relativo apoio por parte dos governos da região, que haviam aderido, mesmo que parcialmente, aos preceitos do Consenso de Washington. A eleição de Chávez é a primeira de uma série de vitórias eleitorais de candidatos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, fenômeno conhecido como “Onda Rosa” ou “Maré Rosa” (PANIZZA, 2006, p. 1), analisado adiante neste capítulo. Contudo, em seus primeiros anos, Chávez estaria sozinho em suas críticas ao neoliberalismo e ao unilateralismo dos Estados Unidos, o que explica em parte o caráter pragmático e de baixo perfil de sua política externa inicial. Sua base de apoio doméstica também era mais heterogênea neste momento e só passaria por uma radicalização nos anos seguintes.

Hugo Chávez era visto com sérias reservas pelo governo democrata de William “Bill” Clinton (1993-2001) em virtude do golpe de Estado que Chávez liderou em 1992. Após a vitória nas eleições de 1998, os Estados Unidos dispensaram pouca atenção e certo nível de indiferença a Chávez. Em sua primeira viagem internacional, Chávez definiu como destino final os Estados Unidos, mas com uma penúltima parada em Cuba. Apesar as insistências do governo americano para que a visita a Havana não fosse feita, Chávez não mudou seu itinerário. Em resposta, Clinton recebeu Chávez pela porta dos fundos da casa branca, usando uma calça jeans, sem a presença da imprensa e durante apenas 15 minutos. Além disso, o enviado para a posse de Chávez foi o Ministro de Energia do país à época, o que repercutiu mal em Caracas (MIRANDA, 2012, p. 169). Apesar desses gestos que carregam certo simbolismo, as relações permaneceram dentro da normalidade e cordialidade por parte de ambos.

Segundo Villa (2004, p. 39), o governo de Clinton tinha como preocupação principal alguma ruptura democrática na Venezuela, mas optou por aguardar as ações do governo chavista quanto ao respeito ao Estado de Direito, à propriedade privada e ao cumprimento dos contratos, não tomando nenhuma atitude caso Chávez mostrasse que atuaria dentro da lei. Como afirmado, os anos iniciais de fato foram de cautela. As primeiras divergências surgiriam com a tentativa de Chávez em rearticular a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esse desejo incluía aproximação com governos considerados párias pelos Estados Unidos, como o Iraque e a Líbia, ainda governados por Saddam Hussein e Muammar Kadhafi, respectivamente, que receberam visitas oficiais de Chávez no ano 2000.

Ainda sob o governo Clinton foi lançado o Plano Colômbia, que visava a combater o narcotráfico na região. A Venezuela possui um passado colonial comum com a Colômbia e afinidades socioculturais relevantes, mas também um histórico de relações intensas, alternando entre a cooperação e a rivalidade. Por isso, o projeto de guerra às drogas não foi

bem recebido na Venezuela. O desconforto com o Plano Colômbia, que incluía estreita cooperação militar com os Estados Unidos, chegou ao ponto de o governo Chávez negar a utilização de seu espaço aéreo para trânsito estadunidense. De acordo com Villa (2004, p. 29-30), a decisão refletiu a desconfiança por parte das Forças Armadas da Venezuela de que o Plano Colômbia fosse exclusivamente voltado ao combate do narcotráfico e que ele poderia contribuir para a militarização da região andina e amazônica. Além disso, havia a compreensão pelos militares de que o problema poderia ser enfrentado pelos governos latino-americanos sem ajuda externa.

Além das questões de cunho militar, Pedroso (2018, p. 180) aponta que a aproximação da Venezuela com o Brasil desagradava o governo Clinton²⁰. Naquele momento, o Brasil ainda era governado por Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), cuja orientação era de centro-direita e representava a aplicação do neoliberalismo no país. Contudo, na etapa final de seu governo, Cardoso caminhara para uma visão menos otimista diante da globalização e também da proposta da ALCA, posição que encontrava eco no governo Chávez, crítico da iniciativa. Ademais, havia a possibilidade de adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), pedido já feito durante a gestão de Rafael Caldera, quando presidiu o país pela segunda vez (1994-1999). Pedroso afirma que, com essas posições, Chávez buscava evitar a “mexicanização” do comércio exterior, ou seja, evitava criar um vínculo comercial com os EUA tão estreito quanto o que o México criara com a assinatura do NAFTA. No caso venezuelano, essa preocupação era ainda maior, dada a profunda especialização de sua pauta exportadora, cujo principal parceiro era os Estados Unidos. Entretanto, seria a partir do governo de George W. Bush que a política externa de Chávez aumentaria o antagonismo frente aos Estados Unidos, tanto no discurso quanto na prática.

²⁰Embora as relações entre Brasil e Venezuela tenham ganhado impulso sob a parceria de Hugo Chávez e Lula da Silva, a aproximação vinha desde o final da década de 1980. Em trabalho anterior (WEBER, 2015, p. 33), já analisamos esse processo, que acabou preterido pela integração do Brasil com a Argentina. Brasil e Venezuela chegaram a firmar, junto com o México, um protocolo para constituição da *Petrolatina*, uma empresa transnacional de petróleo. Em 1994, o ex-presidente José Sarney, por sua vez, defendeu a criação do Mercado Comum do Norte, com Colômbia, Guiana, Venezuela e Caribe, que teria centro na Zona Franca de Manaus. Nenhum dos dois projetos tornou-se realidade.

2.3.2 Relações entre Chávez e Bush (2001-2009)

Com o início do governo republicano de George W. Bush (2001-2009), e especialmente após o atentado contra o *World Trade Center*, a política externa dos Estados Unidos entraria em uma nova fase, na qual a Guerra ao Terror teria papel central. Os atentados de 11 de setembro de 2001 aumentaram as atitudes unilaterais dos Estados Unidos, o que já era objeto de críticas de Chávez. A invasão do Afeganistão, em 2001, e do Iraque, em 2003, são os principais exemplos do intervencionismo estadunidense nesse momento. A Doutrina Bush, como ficou conhecido o conjunto de visões da política externa do presidente republicano, estabelecia o chamado Eixo do Mal, grupo de países inimigos dos Estados Unidos e aliados do terrorismo.

Romero (2006, p. 86) afirma que, nesse contexto, a América Latina perdeu importância relativa para os Estados Unidos frente a outras regiões e que Washington passou a ter uma posição mais errática e reativa quanto aos problemas latino-americanos. Sobre o 11 de setembro, o presidente Chávez afirmou que os atentados haviam sido forjados pelo próprio governo americano para justificar agressões a países do Oriente Médio e também à Venezuela. Também nesse contexto, em 2002, a Venezuela pôs fim a um tratado de cooperação militar entre os dois países que já durava cinco décadas (PEDROSO, 2018, p. 223).

Esse contexto internacional somou-se ao golpe de Estado sofrido em 2002 por Chávez, descrito anteriormente. O rápido apoio de Bush ao efêmero governo de Pedro Carmona criou uma desconfiança permanente de que os Estados Unidos desejavam a saída de Chávez do poder. Mais do que isso, há farta documentação no que tange à relação da oposição venezuelana com instituições americanas. Através da Agência Estadunidense de Desenvolvimento Internacional (USAID), da Fundação Nacional para a Democracia (NED) e do Instituto Republicano Internacional (IRI), os EUA fizeram financiamentos milionários a grupos opositores já existentes e auxiliaram também o surgimento de novos, como o partido *Primero Justicia* e a ONG *Súmate*. Tal proximidade entre os EUA e a oposição antichavista seria um dos motivos da guinada na política externa de Chávez, cujo centro estava na relação com os EUA (PEDROSO, 2018, p. 225-235; WILPERT, 2007, p. 169-174). Em relação ao papel dos Estados Unidos no financiamento à oposição, destaca-se a hipótese de Pedrosa (2018, p. 27, 238). Na visão da autora, a inimizade de Chávez com os Estados Unidos foi conveniente para seu discurso de um inimigo externo. Contudo, as relações hostis

também foram convenientes para a oposição, que buscava promover outro projeto de política externa: Chávez defendia o bolivarianismo e o anti-imperialismo, enquanto a oposição defendia a adesão à hegemonia americana, ambos disputando seu próprio eleitorado doméstico.

Após o golpe, observa-se uma mudança discursiva, muito mais crítica por parte de Chávez do que vinha sendo nos anos anteriores. Contudo, o aumento de tensões com os Estados Unidos iria muito além de provocações retóricas. Nos anos seguintes, com a vitória política no referendo revogatório de 2004, sustentado por uma maior estabilidade interna e pelo ciclo e alta das *commodities*, já mencionado, Chávez poderia lançar uma política externa antiestadunidense e bolivariana que iria além do discurso. Uma das facetas mais claras dessa mudança seria a proposta de integração regional Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), que será descrita na última seção deste capítulo.

Em 2004, foi lançado o documento “Novo Mapa Estratégico da Revolução”, que continha um compilado de intervenções feitas pelo presidente em novembro do mesmo ano, no qual avaliava o contexto internacional e identificava amplas oportunidades para um papel mais destacado para a Venezuela no mundo. Chávez fez uma série de considerações sobre o momento de transformação global, avaliando que:

Na Ásia, também está se levantando com força outro polo. No mundo existem cinco polos ou agrupamentos de força. África, Ásia, Europa e neste continente dois, o polo da América do Norte e o polo da América do Sul. Esse é o mundo ideal para nós, um mundo pluripolar [sic] (FRÍAS, 2004, p. 24, tradução nossa)²¹.

Ademais, o presidente afirmou que: a União Europeia estava se consolidando e poderia ser um parceiro interessante por debilitar a posição americana; a Ásia e, em especial, a China e a Índia, emergiam como gigantes econômicos com muitas oportunidades econômicas para a Venezuela; novos ventos começavam a soprar na América Latina; a Venezuela deveria ser solidária aos países do continente africano; por fim, seria necessário conhecer melhor os aliados dentro da OPEP (FRÍAS, 2004, p. 23-26). Nos anos seguintes, a Venezuela de fato buscava explorar as oportunidades identificadas no Novo Mapa Estratégico. Chávez passaria a defender um mundo multipolar, no qual os Estados Unidos seriam apenas um dos polos, e não o país dominante. A contribuição da Venezuela a esse novo mundo seria a integração regional, buscando fazer da América Latina um polo ascendente e unido contra a dominação

²¹Do original em espanhol: En Asia también se está levantando con fuerza otro polo. En el mundo hay cinco polos o agrupaciones de fuerza. África, Asia, Europa, y en este continente dos, el polo de Norteamérica y el polo de Suramérica. Ese es el mundo ideal para nosotros, un mundo pluripolar (FRÍAS, 2004, p. 24).

externa. Esse discurso encontraria terreno fértil na região latino-americana, onde diferentes partidos, mais ou menos críticos à hegemonia americana, chegavam ao poder e se somariam a Chávez no rechaço à ALCA e na defesa de um regionalismo sem a tutela dos Estados Unidos.

Além da América Latina, Caracas buscou estabelecer parcerias com países de fora da região. Após a reeleição de Chávez, em 2006, para um novo mandato, Chávez liderou a criação do *Partido Socialista Unido de Venezuela*, que unificou parte de sua base aliada na Assembleia Nacional e substituiu o *Movimiento V República*. O governo também elaborou o *Proyecto Nacional Simón Bolívar: Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación* (2007-2013), no qual especificava os objetivos a serem perseguidos nas relações com diferentes países do mundo. O nome do documento já aponta para uma guinada no governo Chávez: a autoidentificação como um político socialista e a proposição do “Socialismo do Século XXI”. A definição do que seria esse novo modelo de sociedade, contudo, não é muito clara. Neves (2010) aponta que o termo congrega diferentes simbolismos, alguns contraditórios entre si:

Polissêmico, o termo é uma conjunção de diversas fontes simbólicas, principalmente a marxista, a indigenista e a católica cristã, para caracterizar a superação da opressão e a concessão a setores sociais marginalizados dos instrumentos necessários para forjar um novo pacto social, em bases mais solidárias e justas (NEVES, 2010, p. 69).

No que tange à política externa, o Projeto Nacional Simón Bolívar estabelecia intenções distintas para cada região do globo: no caso de China, Vietnã e Malásia, a parceria foi motivada por oportunidades econômicas, como atração de investimento e ampliação do comércio; no caso de Rússia, Irã, Síria e Bielorrússia, parcerias nas áreas de tecnologia, defesa nacional e também alinhamento em organismos internacionais; no caso do continente africano, solidariedade e ampliação da cooperação sul-sul; no caso da OPEP, estreitamento de vínculos e intercâmbio tecnológico e comercial; no caso do continente europeu, havia maior interesse na aproximação com partidos e movimentos sociais do que com governos propriamente ditos; e no caso dos EUA, estabelecer laços com setores socialmente excluídos, movimentos e personalidades que tenham interesse na causa bolivariana, assim como a divulgação da revolução em meios alternativos de comunicação (VENEZUELA, 2007, p. 46-47).

Em setembro de 2006, Hugo Chávez fez um polêmico discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, amplamente difundido, que ilustra o antagonismo entre os dois países nesses anos:

O diabo, o próprio diabo está nesta casa. Ontem o diabo veio aqui [...]. Neste mesmo lugar, o enxofre ainda cheira nesta mesa, de onde eu falo. Ontem, senhoras e senhores, desta mesma tribuna, o senhor presidente dos Estados Unidos, a quem eu

chamo “o diabo”, veio aqui, falando como dono do mundo. Um psiquiatra não seria demais para analisar o discurso de ontem do presidente dos Estados Unidos. Como porta-voz do imperialismo, veio dar suas receitas para tratar de manter o atual esquema de dominação, de exploração e de saque aos povos do mundo. Seria bom para um filme de Alfred Hitchcock, inclusive eu proponho um título: “a receita do diabo”. (*informação verbal, traduzido do original em espanhol*²²).

Os Estados Unidos, por sua vez, ao longo do governo Bush, passariam a ver o governo Chávez com cada vez mais reservas por uma série de motivos: a aproximação do país com Cuba, a defesa da democracia participativa, a construção de um modelo econômico de orientação estatal e as alianças estratégicas com países com quem os Estados Unidos não têm boas relações, muitos considerados párias (ROMERO, 2006, p. 89). Além das relações da Venezuela com outros países, Washington tinha a desconfiança constante dos laços de Chávez com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), sendo por isso atrelado ao narcotráfico e mesmo à promoção do terrorismo (VILLA, 2004, p. 30). No mesmo ano em que o discurso acima foi feito, os Estados Unidos impuseram limitações à venda de produtos e serviços de defesa para a Venezuela, argumentando que o país não estava cooperando plenamente com os EUA na Guerra ao Terror (USA, 2018).

Um dos momentos mais críticos na relação dos EUA com a Venezuela ocorreu durante a tensão separatista na Bolívia, em 2008, em que as chamadas províncias da Meia Lua pediam por mais autonomia frente ao governo de Evo Morales, aliado de Chávez. Com as suspeitas de que o Escritório para Iniciativas de Transição (*Office of Transition Initiatives*) dos EUA havia repassado milhões de dólares aos movimentos separatistas, Morales expulsou o embaixador americano de La Paz. Em solidariedade a Morales, Chávez fez o mesmo, declarando o embaixador Patrick Duddy *persona non grata* na Venezuela. O governo Bush reagiu reciprocamente, expulsando o embaixador Bernardo Alvarez Herrera de Washington. Ambos os diplomatas voltariam ao cargo nove meses depois, sob a gestão de Barack Obama (THE WASHINGTON POST, 2008).

Dessa maneira, o período de convivência entre Bush e Chávez foi permeado por atritos diplomáticos, declarações públicas de ampla repercussão e tensão política, assim como pelas retaliações de Bush e sua proximidade com a oposição venezuelana:

Assim, criou-se uma dinâmica que se retroalimentava: a intensificação das tensões, causada por incidentes diplomáticos e/ou o uso de uma retórica mais agressiva; ações no sentido de isolar internacionalmente a Venezuela; Chávez, aproveitando-se das sanções para justificar seu discurso antiestadunidense e anti-imperialista (PEDROSO, 2018, p. 196).

²²Trecho de discurso obtido em gravação feita na Assembleia Geral da ONU, em 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P6rx7Z1SQYw>>. Acesso em 27/11/2018.

2.3.3 Relações entre Chávez e Obama (2009-2013)

A chegada de Barack Obama ao poder vinha carregada de promessas de mudança, inclusive da renovação da sociedade estadunidense e o papel dos Estados Unidos no mundo. Houve também sinais de transformação na relação com a Venezuela. Um evento simbólico da disposição ao diálogo entre Obama e Chávez foi o aperto de mãos trocado na Cúpula das Américas sediada em Trinidad e Tobago, em 2009, na qual Chávez deu o livro “As veias abertas da América Latina”, do uruguaio Eduardo Galeano, como presente a Obama, e afirmou que gostaria de ser seu amigo. Contudo, a atuação dos Estados Unidos após o golpe contra o hondurenho Manuel Zelaya e a negociação de um tratado de cooperação em defesa com a Colômbia, prevendo a instalação de mais bases militares, frustraram desde o início uma perspectiva mais otimista para a relação bilateral (PEDROSO, 2018, p. 199-201).

Na interpretação de Valente (2012, p. 126-127), Caracas deu sinais de disposição ao diálogo, o que, na visão do autor, seria resultado de uma conjugação de fatores. O preço do petróleo apresentaria forte queda após a crise financeira de 2008, despencando a menos da metade do valor: em julho de 2008, havia chegado ao preço máximo de US\$ 133 por barril de petróleo bruto, mas em fevereiro do ano seguinte havia caído a US\$ 39²³. Além disso, a oposição interna a Chávez finalmente mostrava sinais de maior dinamismo político, conquistando cerca de 40% dos cargos nas eleições regionais de 2008 e lançando Henrique Capriles como líder político nacional de maneira exitosa (CNE, 2008). Cabe observar, contudo, que não houve mudança radical na política externa venezuelana, mas um abrandamento de suas críticas e do tom que antes havia sido utilizado contra George W. Bush. Carolina Pedroso sintetiza os últimos anos do governo Chávez e sua relação com Obama:

De maneira resumida, esse período (2009-2013) compreendeu a crise financeira nos Estados Unidos; variações significativas no preço do barril do petróleo; o surgimento de novos esquemas regionais; novos desafios domésticos nos dois países e, por fim, a enfermidade que levaria à morte do presidente Hugo Chávez. Em um contexto global, hemisférico e nacional *tão sui generis*, as relações entre Venezuela e Estados Unidos durante o governo de Barack Obama davam a entender que haveria mudanças profundas que, todavia, não ocorreram. Por conseguinte, ainda que menos antagônica, houve a continuidade do revisionismo periférico por parte da diplomacia chavista (PEDROSO, 2018, p. 203).

²³Foi utilizado como referência o preço do petróleo bruto negociado em West Texas Intermediate (WTI), da região do Golfo do México, onde estão as principais refinarias compradoras da Venezuela.

2.3.4 A dimensão regional do chavismo antiestadunidense

As propostas de integração regional criadas por Chávez tiveram especial importância em sua política externa antiestadunidense. Por isso, nesta seção, é explicado como Chávez articulou apoio contra a ALCA e, mais do que isso, criou seu próprio bloco regional.

A partir do ano de 2004, Chávez criou diferentes iniciativas de integração regional. Entre elas, destacam-se a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP)²⁴ e as iniciativas em torno do comércio de petróleo. A ideia de uma proposta como a ALBA-TCP começou como uma forma de fazer oposição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta dos Estados Unidos, ainda no governo Clinton. Muito mais do que um mecanismo de integração comercial, a ALCA previa mudanças profundas na ordem jurídica dos países latino-americanos, para além da esfera comercial. As negociações em torno da ALCA começaram oficialmente na II Cúpula das Américas, em 1998, que contava com todos os países das Américas, com exceção de Cuba. Já na III Cúpula, em 2001, quando Hugo Chávez já governava a Venezuela, o governo fez uma série de ressalvas à Declaração Final e ao Plano de Ação do encontro. Naquele momento, os países mais interessados na ALCA desejavam que esta estivesse operando no máximo até 2005. Diante desse contexto, Hugo Chávez viria a propor a construção da ALBA no final de 2001, como uma alternativa ao que vinha sendo discutido. Embora a ALBA não tenha obtido uma repercussão muito positiva entre os governos da região, o cenário político latino-americano começava a se alterar, com a eleição de líderes de esquerda e centro-esquerda nos anos seguintes. De fato, a ALCA receberia a oposição de um número maior de países na IV Cúpula das Américas, em Mar Del Plata, em 2005, e acabaria abandonada nos anos seguintes (GIACALONE, 2016, p. 107-108).

Venezuela e Cuba já haviam lançado as bases da ALBA-TCP em 2004, ao assinarem seu acordo fundador, o qual receberia a adesão gradual de outros países. O bloco propõe-se a ser um modelo diferente de integração regional, assentado em temas sociais e não puramente comerciais. Seus acordos são permeados por expressões como “diplomacia dos povos”, “intercâmbio solidário” e “*grannacional*”, este último usado para grandes projetos que

²⁴A ALBA-TCP é um bloco de integração regional formado por Cuba, Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Santa Luzia, São Cristóvão e Neves e Granada. Honduras retirou-se da ALBA-TCP após o golpe de Estado contra o presidente Manuel Zelaya, em 2009. Inicialmente, o grupo se chamava Alternativa Bolivariana para as Américas e só recebeu o Tratado de Comércio dos Povos após a entrada da Bolívia e do presidente Evo Morales, que sugeriu o tratado.

envolvam diferentes países, evitando o termo transnacional, associado pejorativamente ao neoliberalismo. Pedroso (2014, p. 97-102) avalia que a ALBA-TCP permaneceu como uma iniciativa predominantemente política, mesmo que possua instituições e projetos sociais, deixando também em segundo plano uma maior integração comercial. Na visão de Serbin e Serbin Pont (2016, p. 266) a ALBA-TCP insere-se na estratégia de *soft balancing* de Chávez. Ou seja, uma maneira alternativa de contrabalançar a hegemonia americana na região através de iniciativas não militares, que seriam *hard balancing*.

No que tange especificamente aos projetos sociais, criou-se um mecanismo denominado Fundo ALBA-CARIBE. O fundo foi criado em 2005 e contou inicialmente com um aporte de 50 milhões de dólares pela Venezuela. Os programas financiados pelo fundo incluem alfabetização, saúde e moradia, além de projetos sócio-produtivos para cooperativas e pequenas e médias indústrias. O capital acumulado desde sua criação até 2016 foi de 179 milhões de dólares, direcionados a 85 projetos e 11 países da região (GIACALONE, 2016, p. 114). Antes mesmo da criação da ALBA-TCP e do Fundo ALBA-CARIBE, a Venezuela já vinha realizando a internacionalização de políticas sociais, conhecidas como *Misiones*, em parceria com Cuba. As *Misiones* mais propaladas pelo governo como exemplo de sucesso são a *Misión Milagro*, que providenciou atenção médica e cirurgia gratuitas para pessoas com alguma deficiência visual, e a *Misión Yo Sí Puedo*, voltada à alfabetização, estimando um alcance de cinco milhões de pessoas. Tais projetos são exemplos da parceria entre Cuba e Venezuela, visto que os recursos financeiros vêm principalmente da Venezuela, mas a execução tem maior protagonismo cubano (BRICEÑO-RUÍZ, 2017, p. 183).

Além da ALBA-TCP, Chávez buscou lançar uma grande articulação hemisférica, a *PetroAmérica*, que deveria se tornar uma espécie de empresa “*grannacional*”, articulando diferentes empresas de petróleo do continente, organizando o comércio de petróleo e promovendo a integração energética entre os países da região. Contudo, um projeto desse tamanho não se mostrou viável, optando-se por versões sub-regionais da *PetroAmérica*: a *PetroSur*, a *PetroAndina* e a *PetroCaribe*.

A *PetroSur* e a *PetroAndina* foram destinadas à região do Cone Sul e dos Andes, respectivamente, contudo, apresentaram baixo grau de sucesso e quase nenhum nível de institucionalização. A *PetroSur* alcançou apenas acordos bilaterais da Venezuela com países do MERCOSUL, à exceção do Paraguai. Com o Brasil, firmou-se um acordo entre a PDVSA e a Petrobras para construção da refinaria pernambucana Abreu e Lima. Com o atraso nas obras e o aumento do custo de construção, a Petrobras incorporou a obra em sua totalidade. A

parceria com a Argentina, por sua vez, também se fez através da PDVSA com a empresa *Energía Argentina S.A* (ENARSA) e a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*. Os acordos firmados trataram da exploração conjunta de campos de gás e petróleo na Argentina e da faixa petrolífera do rio Orinoco, na Venezuela.

A *PetroAndina*, por sua vez, enfrentou outro tipo de obstáculos. Inicialmente pensada dentro da Comunidade Andina de Nações (CAN), o projeto enfrentou resistência por parte da Secretaria Geral da própria CAN, que à época priorizava a articulação com empresas privadas e a promoção de energias renováveis. Ademais, a política externa peruana e colombiana, orientadas a acordos de livre-comércio com grandes economias como a China e os Estados Unidos, iam de encontro aos traços gerais do projeto chavista. Cicero (2015, p. 189) também aponta que, além das divergências entre governos, havia limitações estruturais às pretensões chavistas sobre a região andina. Ao contrário da região caribenha e centro-americana, os países da CAN são capazes de suprir parte de sua necessidade energética com gás, energia hidrelétrica ou mesmo petróleo, o que resulta em menor adesão às ofertas chavistas de integração energética. Esse conjunto de obstáculos levou a Venezuela a retirar-se do bloco em 2006 e a pedir ingresso no MERCOSUL.

Ao contrário da *PetroSur* e da *PetroAndina*, a *PetroCaribe*²⁵ obteve maior sucesso, tanto econômico quanto institucional. Reeditando experiências anteriores, a *PetroCaribe* trata-se da venda de petróleo em condições vantajosas para países da América Central e do Caribe. A Venezuela não apenas oferece um preço inferior ao praticado no mercado, como também taxas de juros baixas e longo prazo de pagamento. (OLIVEIRA, 2011, p. 139-140). O acordo da *PetroCaribe* surgiu em 2005 e possui semelhanças com os acordos anteriores que a Venezuela fez com a região da América Central e do Caribe, mas contém condições ainda mais vantajosas para os países importadores de petróleo. A diferença está na possibilidade de conversão de parte da fatura petroleira em créditos para projetos de desenvolvimento. Outra diferença é que os países importadores firmam acordos bilaterais com a Venezuela e podem pagar sua dívida com bens e serviços. O acordo financia a construção de centros de distribuição de combustíveis, refinarias e infraestrutura portuária, tornando os custos de transporte e processamento do petróleo bruto venezuelano mais baratos e competindo com outros exportadores de petróleo da região, como Estados Unidos e Trinidad e Tobago

²⁵Os membros do acordo são: Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, República Dominicana, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Santa Luzia e Venezuela.

(GIACALONE, 2016, p. 152). Por fim, segundo Ojeda Medina (2010, p. 165), a *PetroCaribe* distingue-se de acordos e iniciativas anteriores porque pretende estreitar as relações políticas e comerciais com os vizinhos da Venezuela e de fato articular a política energética dos países membros.

Como afirmam Benzi e Zapata (2013, p. 75), embora a *PetroCaribe* e a ALBA-TCP não sejam a mesma coisa, é notável a estreita relação entre os dois esquemas, que representam os projetos mais desenvolvidos do bolivarianismo para a América Central e o Caribe. O texto dos acordos que os constituem também revela uma grande coincidência de expressões e conteúdo. A *PetroCaribe* totaliza 19 membros, enquanto a ALBA-TCP, que tem um conteúdo ideológico mais explícito, possui 11 membros.

O uso do petróleo como ferramenta de política externa faz parte da chamada “diplomacia do petróleo”. A estatal PDVSA, especialmente, é o verdadeiro pivô da inserção internacional do país, não apenas pelo comércio de petróleo, mas também pelo seu uso em programas sociais, as quais a empresa financiou, tanto dentro da Venezuela, quanto fora do país, em um verdadeiro processo de internacionalização de políticas públicas. Por outro lado, a centralidade do petróleo na economia e política externa do país demonstram o baixíssimo grau de diversificação da estrutura produtiva venezuelana. A venda de petróleo e derivados responde por cerca de 95% das receitas de exportação do país (MARTHOZ, 2014, p. 3).

O projeto de integração regional da Venezuela, contudo, não foi o único que prosperou na América Latina nesse período. Como afirmado, Chávez foi o primeiro líder eleito de um fenômeno conhecido como “Onda Rosa” ou “Maré Rosa”. Após a Venezuela, outros países elegeram líderes de esquerda e centro-esquerda: Ricardo Lagos foi eleito no Chile, em 2000; Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002; Néstor Kirchner na Argentina, em 2003; Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2004; Evo Morales na Bolívia, em 2005; Rafael Correa no Equador, em 2006; e Fernando Lugo no Paraguai, em 2008. Silva (2014, p. 5), propôs diferenciar esse grupo de países em dois: os “refundadores”, que chegaram ao poder em uma crise política e institucional e se propõem a alterar as bases de fato de seus Estados, caso de Venezuela, Bolívia e Equador; e os “renovadores”, representados por partidos políticos mais institucionalizados e que já faziam parte do sistema político de seus países antes de chegarem ao poder, caso do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Enquanto o primeiro grupo teve um discurso e prática de ruptura, o segundo mostrou maior gradualismo e moderação no governo e na proposta de políticas públicas.

No que tange à política externa e à integração regional, também existiram diferenças de abordagem entre esses governos. Embora houvesse convergência em relação a grandes objetivos, como a importância da integração, os meios para alcançá-la foram distintos. Há farta produção acadêmica buscando comparar essas iniciativas. Burges (2007, p. 1355) aponta que Lula da Silva e Hugo Chávez possuíam modelos econômicos distintos para a região: enquanto o Brasil apresentava maior abertura a uma economia de mercado, mesmo que com investimentos públicos estratégicos, a Venezuela orientava-se mais diretamente a uma economia centrada no Estado. Carolina Pedroso (2014) também fez uma comparação entre os projetos políticos de Lula e Chávez: o primeiro materializado na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2008, e o segundo tendo criado a ALBA-TCP. Na interpretação da autora, Lula conseguiu conciliar todos os líderes sul-americanos em torno de uma instituição única, a UNASUL, com ênfase no diálogo e no consenso na resolução de crises, enquanto a ALBA-TCP possuiria orientação ideológica mais enfática e por isso uma adesão menor na região. Amado Cervo (2009, p. 27), por sua vez, observa o que chama de “paradigmas de Estado” na América do Sul na primeira década do século XX. Além dos paradigmas venezuelano e brasileiro, Cervo também aponta o modelo chileno de desenvolvimento, mais aberto comercialmente do que os outros dois. É importante que se saliente a existência de tais lideranças e projetos, que de modo geral propunham maior cooperação e mesmo integração regional, mas também possuíam diferenças relevantes.

2.4 A base de apoio da política externa chavista

Nesta seção, buscaremos abordar a dinâmica doméstica e as alterações institucionais operadas por Chávez. Como mencionado, o golpe de Estado fracassado em 2002 foi um divisor de águas nas relações internacionais da Venezuela, especialmente com os Estados Unidos. Contudo, a despeito do impacto do golpe, Saraiva e Briceño-Ruíz (2009, p. 158-159) afirmam que já havia uma mudança se processando no interior do governo ao menos desde 2001. Entre o primeiro ano de mandato e o golpe de 2002, não havia uma orientação tão clara de qual seria o projeto de Chávez, visto que seu grupo não era hegemônico no parlamento, nem homogêneo internamente. Esse caráter dúbio e também mais cauteloso e moderado refletiu-se na política econômica e na política externa do período, como mencionado. Segundo os autores, os anos iniciais do chavismo foram marcados por disputas entre três grupos: um deles inspirado em ideias bolivarianas, incluindo militares que participaram da

tentativa de golpe em 1992; um segundo grupo, mais pragmático, que incluía o *Movimiento al Socialismo* (MAS), políticos tradicionais e até mesmo empresários; e um terceiro grupo, com militantes de partidos de extrema esquerda, minoritários na Venezuela. Contudo, ocorreriam mudanças na composição do governo:

Desde o final de 2001 o cenário foi se delimitando com mais clareza. Neste ano, um grupo dos nacionalistas bolivarianos, movimentos políticos como o MAS e setores empresariais distanciaram-se do governo. O setor radical do chavismo começa a se impor, incrementando-se a crítica à ordem mundial e distanciando-se dos Estados Unidos. A partir de 2003 Chávez declara seu governo como anti-imperialista e se propõe a desenvolver um projeto político descrito como “Socialismo do Século XXI” (SARAIVA; BRICEÑO-RUÍZ, 2009, p. 159).

Esse processo de retirada de alguns grupos também foi observado por Carlos Romero (2016, p. 71). Parcelas do empresariado, dos militares, do setor sindical e mais setores da classe média profissional começaram a abandonar o governo, movimento seguido também por uma parcela mais ampla da sociedade civil. Na opinião do autor, isso se deveu à percepção gradual de que Chávez não representava uma esquerda democrática e reformista, mas um governo de tendência autoritária.

Com a ruptura democrática de 2002, essa tendência acentuou-se. Recolocado no poder por um setor do Exército que não concordara com o golpe, Chávez tomou providências para alijar do poder os apoiadores de sua queda que se encontravam dentro da instituição:

No entanto, o retorno do chavismo ao poder, depois desse curto intervalo, tornou-se uma lição para o chavismo. Em um primeiro momento, ficou claro para Chávez e seus seguidores que um "arrastão" era necessário na estrutura de poder na Venezuela. O primeiro passo foi aproveitar a situação vivida e a divisão da liderança militar para definir de uma vez por todas que as Forças Armadas não deveriam ser neutras, muito menos opositoras ao governo de Chávez. O processo de purificação dentro dessa instituição foi direto e concreto, não apenas em termos pessoais contra os oficiais e tropas comprometidos com "el Carmonazo" (como se chamou o golpe de Estado de abril de 2002), mas em termos de uma doutrina militar diferente, uma politização permanente da instituição e um controle interno (ROMERO, 2016, p. 72, tradução nossa)²⁶.

O caso do general Raúl Isaías Baduel ilustra esse processo de “purificação”. Baduel foi fundador do *Movimiento V República*, junto com Hugo Chávez. Foi também um dos

²⁶Do original, em espanhol: Sin embargo, el retorno del chavismo al poder, luego de ese corto intermedio se convirtió en una lección para el chavismo. Desde un primer momento, a Chávez y a sus seguidores les quedó claro que era necesario un “revolcón” en la estructura del poder en Venezuela. El primer paso fue aprovechar la coyuntura vivida y la división del liderazgo militar para definir de una vez por todas, que las Fuerzas Armadas no debían ser neutrales ni mucho menos opositoras al gobierno de Chávez. El proceso de depuración en el seno de esa institución fue directo y concreto, no sólo en términos personales en contra de los oficiales y tropas comprometidos con “el Carmonazo” (tal como se conoció el golpe de Estado de abril de 2002), sino en términos de una doctrina militar diferente, una politización permanente de la institución y un control interno (ROMERO, 2016, p. 72).

militares que recolocou Chávez no poder em 2002. Contudo, também se opôs à orientação claramente socialista assumida pelo governo, à centralização na figura do presidente e ao papel que ele deu às Forças Armadas nesse processo (NEVES, 2010, p. 72). Mesmo tendo sido Ministro da Defesa entre 2006 e 2008, Baduel acabaria preso por corrupção em 2009. O general obteve liberdade condicional em 2015, mas acabaria sendo preso novamente em 2017, acusado de planejar a derrubada do governo de Nicolás Maduro (EL NACIONAL, 2019).

A hipótese que desenvolvemos vai ao encontro da interpretação proposta por Miranda (2012, p. 19-20), que afirma que os antigos atores da política externa na Venezuela acabariam deslocados pelos militares. Assim, os partidos políticos mais antigos e o empresariado venezuelano (representado na *Fedecámaras*) perderam espaço no governo Chávez. Essa crescente militarização da política venezuelana também foi apontada por Fidel Pérez Flores. Segundo Flores (2015, p. 6), os militares se tornaram o ator doméstico realmente decisivo na definição da agenda externa da Venezuela, com exceção do presidente, ofuscando a própria chancelaria, outros ministérios e também o Poder Legislativo.

No que tange à chancelaria, Flores aponta que desde o início do governo Chávez promoveu-se a reestruturação da maneira como as negociações internacionais eram coordenadas. Assim, as decisões de política externa foram cada vez mais concentradas no Ministério das Relações Exteriores, conhecido como *Casa Amarilla*. Além de retirar prerrogativas de outros ministérios, como o Ministério da Produção e Comércio, Chávez nomeou 50 novos representantes em embaixadas e consulados. A nomeação de Nicolás Maduro como chanceler, em 2006, fez parte da intenção de reordenar a burocracia diplomática sob a visão de mundo bolivariana (FLORES, 2015, p. 6).

Quanto ao Poder Legislativo, poderíamos esperar que os parlamentares tivessem uma atuação destacada. A Constituição da República Bolivariana da Venezuela deu poderes importantes aos deputados da Assembleia Nacional: aprovação de tratados e convênios internacionais, contratos com entidades oficiais estrangeiras e autorização de missões militares e viagens presidenciais. A carta também prevê que os parlamentares podem destituir o vice-presidente e os ministros através de um voto de censura de três quintos dos deputados. Ou seja, estaria prevista a possibilidade de destituir o chanceler, se houvesse tal maioria. Contudo, como observou Flores, o período em que Chávez mais se dedicou à política externa foi também aquele em que o parlamento foi dominado pelo governo, inclusive conquistando a totalidades dos assentos em 2005, quando a oposição tentou boicotar a eleição não participando dela. Nesse sentido, o Poder Legislativo não representou um espaço de disputa

pela agenda internacional ou de maior participação política em sua construção ao longo do governo de Hugo Chávez (FLORES, 2015, p. 9-10).

Do ponto de vista legal, a Constituição de 1999 já apontara mudanças importantes no papel político dos militares e em suas relações com o poder civil. A Constituição deu a permissão para que militares fossem nomeados para cargos políticos, o que era proibido pela Constituição de 1961. No Artigo 132, a carta magna de *Punto Fijo* impunha claras limitações aos militares, definindo as Forças Armadas Nacionais como apolíticas, obedientes e não deliberantes. Além disso, seus membros não poderiam votar, pertencer a partidos ou exercer alguma atividade política enquanto estivessem na ativa (VENEZUELA, 1961, p. 20).

Além da Constituição, uma série de novos documentos viria a delimitar a atividade diplomática, como a Lei Orgânica de Administração Pública, de 2001, o Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, de 2004, e a Lei de Serviço Exterior, de 2005. Uma das alterações feitas em 2005 permitia que o presidente nomeasse 100% dos cargos de embaixadores, o que antes era limitado a 50% (OLIVEIRA, 2011, p. 91-93). Desse modo, as novas legislações abriram espaço para que os novos funcionários tivessem uma orientação política mais clara de compromisso com o governo:

Incluída nas mudanças estava a modificação da Academia Diplomática Pedro Gual, para que os profissionais que ingressassem no serviço diplomático também tivessem que realizar um exercício social que lhes permitisse conhecer em primeira mão a estrutura das missões sociais bolivarianas e reconhecer o impacto dessas atividades sobre a revolução (Illera Correal 2011). A mudança da Lei do Serviço Exterior e, portanto, o processo de recrutamento do Ministério tinha a intenção de vincular estreitamente a política interna e internacional para promover a revolução bolivariana (Ibid.). (SERBIN; SERBIN PONT, 2016, p. 278)²⁷.

Em 2007, Chávez tentou aprofundar o protagonismo das Forças Armadas, com um projeto de emenda à Constituição de 1999 em vários temas. O projeto propunha a alteração de 69 artigos, inclusive a possibilidade de reeleição presidencial indefinida, mas acabou derrotado em sua totalidade em um referendo submetido à população. No que tange aos militares, propunha que as Forças Armadas fossem definidas como um órgão popular, patriótico e anti-imperialista. Propunha também criar a Milícia Nacional Bolivariana,

²⁷Do original, em inglês: Included in the changes was the modification of the Pedro Gual Diplomatic Academy so that professionals entering the diplomatic service would also have to undertake a social exercise to allow them to know firsthand the structure of the Bolivarian social missions and to acknowledge the impact of these on the revolution (Illera Correal 2011). The change of the Foreign Service Law and therefore the recruitment process of the Ministry was intended to tightly link domestic and international politics to further the Bolivarian revolution (Ibid.). (SERBIN; SERBIN PONT, 2016, p. 278).

substituindo a Reserva Militar. Anos depois, em 2009, um novo referendo apenas sobre a possibilidade de reeleição, viria a permitir que esta ocorresse indefinidamente.

Após a derrota no referendo de 2007, o governo utilizaria o Tribunal Supremo de Justiça para garantir que as propostas rejeitadas pelo voto fossem implementadas com anuência do Poder Judiciário. Segundo Romero (2016, p. 74), esse processo também teve continuidade em um sentido mais amplo do Socialismo do Século XXI, ao ampliar o controle do Estado sobre a economia e criar um grupo de empresários afeitos ao governo, que seria conhecido como boliburguesia, a burguesia do bolivarianismo.

Rafael Villa (2005, p. 168-170) critica as inovações políticas do chavismo e afirma que a democracia foi tratada pelo governo Chávez como um instrumento para a busca de fins políticos, e não como um fim em si. Villa afirma que o processo de derrocada das instituições políticas de *Punto Fijo* não levou à construção de um novo pacto democrático e de partidos altamente institucionalizados, como existira antes. Dessa maneira, ocorreu um processo de centralização política em torno do presidente, mas com respaldo popular às políticas chavistas, garantindo vitórias eleitorais sucessivas.

Javier Corrales e Carlos Romero (2013, p. 118) fazem uma crítica mais contundente a Hugo Chávez, apontando para a construção de um regime híbrido, semiautoritário. Segundo esses autores, as alterações institucionais foram essenciais para garantir a representação de interesses que não correspondem à maior parte da sociedade. A mudança de regime analisada pelos autores seria a transformação da democracia pluralista – mesmo que defeituosa – de *Punto Fijo* em um sistema que combina mecanismos democráticos e autoritários. Nesse sistema, existe liberdade política e competição nas eleições, mas o sistema de balanços e contrapesos não opera de maneira eficiente. As alterações institucionais feitas entre 1999 e 2003 incluíam não apenas o fortalecimento do Executivo com a nova Constituição, mas também a erosão da autonomia da Suprema Corte, do conselho eleitoral e do setor energético. No que tange especificamente à política externa, Corrales e Romero observaram a exclusão de determinados grupos. Chávez teria promovido a monopolização da política externa, assim como assegurado que as instituições políticas do país fossem ocupadas por grupos e indivíduos que pensavam como ele. Assim, instituições como a PDVSA, o Banco Central e o Ministério das Relações Exteriores teriam sido objeto de reestruturações, demissões e aparelhamento político.

Pode-se argumentar que o processo [de monopolização da política externa] ocorreu na Venezuela sob Chávez e libertou o poder executivo do estrangulamento de múltiplos veto players. Nos anos 90, a política externa da Venezuela envolvia uma

ampla gama de atores: partidos políticos tradicionais, grupos empresariais (especialmente exportadores), grupos de trabalhadores, diplomatas profissionais, intelectuais, gerentes da PDVSA, líderes de setores financeiros e tecnocratas. Com o surgimento da autocracia na Venezuela, esses atores começaram a ser excluídos das decisões de política externa. Assim, o poder executivo não precisava mais negociar com múltiplos atores, aumentando sua discricção (CORRALES; ROMERO, 2013, p. 126, tradução nossa)²⁸.

A exclusão dos partidos políticos tradicionais, de grupos exportadores e do Congresso teria sido a mais significativa no sentido de reorientar a política externa do país em rota de colisão com os Estados Unidos. No lugar desses atores, Chávez teria favorecido as Forças Armadas dentro de seu governo. Existem alegações crescentes de que os militares tenham participação em atividades comerciais lícitas e ilícitas. Nomes importantes das Forças Armadas e também do governo Chávez já foram acusados pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos de agirem passiva ou ativamente em prol do tráfico de drogas e contrabando de mercadorias na fronteira com a Colômbia²⁹. Desse ponto de vista, os militares seriam movidos mais por estímulos econômicos do que políticas ou revolucionárias. Em contrapartida, Chávez retribuiu com a ampliação do orçamento do setor de defesa, assim como aumento salarial substantivo ao longo dos anos. Dessa maneira, os autores observaram uma dependência crescente de Chávez frente aos militares, que poderia se voltar contra o próprio presidente:

À medida que os militares se tornaram um importante ator econômico com grandes participações no comércio lícito e ilícito da Venezuela sob Chávez, podemos ver uma espécie de efeito Frankenstein, no qual a criação se volta contra o criador. Ao conceder aos militares leis tanta discricção para adquirir bens e uma grande presença em assuntos econômicos, os militares agora talvez sejam uma força indomável que realmente dita os termos para o presidente, e não o contrário (CORRALES; ROMERO, 2013, p. 133, tradução nossa)³⁰.

²⁸Do original, em inglês: One can argue that the opposite process—monopolization—took place in Venezuela under Chávez and liberated the executive branch from the stranglehold of multiple veto players. In the 1990s, Venezuela's foreign policy involved a broad array of actors: traditional political parties, business groups (especially exporters), labor groups, professional diplomats, intellectuals, PDVSA managers, finance sectors leaders, and technocrats. With the rise of autocracy in Venezuela, these actors began to be excluded from foreign policy decisions. Thus, the executive branch no longer needed to negotiate with multiple actors, enhancing its discretion (CORRALES; ROMERO, 2013, p. 126).

²⁹Dentre os acusados estão Hugo Armando Carvajal Barrios, diretor do Diretório Militar de Inteligência, Henry Rangel Silva, Ministro da Defesa, e Diosdado Cabello, político chavista que já ocupou diferentes postos, dentre eles Vice-Presidente da República e Presidente da Assembleia Nacional.

³⁰Do original, em inglês: As the military became a major economic actor with huge stakes in Venezuela's licit and illicit trade under Chávez, we may see a sort of Frankenstein effect, in which the creation turns against the creator. By granting the loyal military so much discretion to acquire assets and a major presence in economic affairs, the military now perhaps is an indomitable force that actually dictates terms to the president, rather than the other way around (CORRALES; ROMERO, 2013, p. 133).

Como exemplo, os autores citam um episódio no qual Chávez negociou com a Colômbia a extradição de um narcotraficante venezuelano, Walid Makled, preso na Colômbia, em troca de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), presos na Venezuela. Makled havia sido detido na Colômbia, em 2010, pela Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). O narcotraficante então testemunhou que fizera pagamentos mensais a militares venezuelanos como suborno para permitirem o tráfico de drogas na fronteira. O governo norte-americano pedia à Colômbia que Makled fosse extraditado para os Estados Unidos. Contudo, com a pressão dos militares venezuelanos, Chávez negociou a referida troca entre Caracas e Bogotá. Dada a suposta proximidade de Chávez com as FARC, os autores apontam esse evento como um exemplo no qual o presidente teria preterido os guerrilheiros colombianos em favor dos militares venezuelanos (CORRALES; ROMERO, 2013, p. 133-134).

A análise dos autores acerca de mudança de regime político na Venezuela vai ao encontro de nossa hipótese. Corrales e Romero afirmam que as mudanças institucionais permitiram que Chávez reorientasse a política externa venezuelana contra a tradição histórica do país e mesmo contra outros grupos de interesse, como o empresariado e partidos de oposição. A manutenção dessa postura só foi possível graças ao apoio do alto escalão das Forças Armadas, que conseguiram estabelecer influência concreta no governo Chávez, assumindo postos chave e impactando na política doméstica e externa do presidente:

A acentuação e aprofundamento da tomada de decisões de política externa nas mãos do executivo, apesar de uma característica preexistente da formulação e implementação da política externa venezuelana, gerou uma tendência (continuando a partir de 2015-2016) de evitar ou eliminar a consulta ou a construção de consenso em nível nacional com diversos setores da sociedade venezuelana, exceto as forças armadas e alguns setores do chavismo que, em geral, tendem a cumprir as diretrizes presidenciais (Serbin, 2011). A extensa permeação da política externa bolivariana pelas forças armadas tem sido evidente tanto na crescente participação de oficiais militares de alto escalão na formulação e execução da política externa, como nos focos e concepções desenvolvidos - predominantemente geopolíticos e militares - com respeito às questões da agenda regional e internacional, incluindo os acordos comerciais, pois estão relacionados, em boa parte, à aquisição de armas (SERBIN; SERBIN PONT, 2016, p. 278, tradução nossa)³¹.

³¹Do original, em inglês: The accentuation and deepening of foreign policy decision-making in the hands of the executive, even though a pre-existing trait of Venezuelan foreign policy formulation and implementation, has generated a tendency (continuing as of 2015-2016) to avoid or eliminate consultation or the construction of consensus at the national level with diverse sectors of the Venezuelan society, except the armed forces and some sectors of chavismo which, in general, tend to comply with and carry out presidential directives (Serbin 2011). The extensive permeation of Bolivarian foreign policy by the military has been evident both in the increased participation of high-ranking military officials in the formulation and execution of foreign policy as well as in the foci and conceptions developed—predominantly geopolitical and military—with respect to issues on the regional and international agenda, including commercial accords, since those are in good part related to the acquisition of arms (SERBIN; SERBIN PONT, 2016, p. 278).

As teorias que mobilizamos no Capítulo 1 mostram-se satisfatórias para compreender a política externa venezuelana. Como apontado por Moravcsik (1997) e Milner (1997), é possível que, havendo um viés institucional, certos grupos consigam fazer com que seus interesses sejam colocados acima do bem-estar da maioria da sociedade. No nosso entendimento, foi isso que ocorreu com as Forças Armadas da Venezuela, que ganharam ampla influência política e ganhos econômicos com o governo Chávez e sua política externa bolivariana e antiestadunidense. No próximo capítulo, buscaremos demonstrar como essa configuração doméstica mantém-se no governo de Nicolás Maduro, o que explica a continuidade da política externa venezuelana.

3. AS RELAÇÕES VENEZUELA – ESTADOS UNIDOS NO CONTEXTO DO GOVERNO MADURO (2013-2018)

Este capítulo é destinado a analisar a política externa de Nicolás Maduro, em especial suas relações com os Estados Unidos e a sustentação doméstica de seu governo. Como será apresentado, a política externa venezuelana manteve postura semelhante à da Era Chávez, mas enfrentou adversidades externas e internas. A abundância de iniciativas existentes nos anos de prosperidade chavista não encontram paralelo no período Maduro. A agenda externa do país foi largamente tomada pela crise doméstica que marca o primeiro mandato de Maduro. Associada à reversão do fenômeno da “Onda Rosa” na América Latina, a Venezuela perdeu espaço de projeção em sua região. Mesmo na América Central e no Caribe, a diplomacia do petróleo começa a apresentar sinais de esgotamento. A despeito desses constrangimentos, Maduro manteve a posição antiestadunidense do país, permeada por acusações de golpismo por parte de Washington. Nesse sentido, este capítulo diferencia-se do anterior por dedicar mais espaço a explicar e analisar a dinâmica política doméstica e como ela reflete na atuação internacional do país. Como afirmado na Introdução deste trabalho, a hipótese explicativa da continuidade da política externa está relacionada com a base de apoio interna de Maduro. A *Fuerza Armada Nacional Bolivariana* e o *Partido Socialista Unido de Venezuela* seguem sendo os grupos mais influentes no governo. Nossa análise deu prioridade à FANB, visto que os militares, em particular, vêm expandindo sua presença para atividades econômicas do país, além da influência política que já possuíam.

3.1 O primeiro mandato de Nicolás Maduro: da sucessão de Hugo Chávez à reeleição

Em outubro de 2012, Hugo Chávez foi reeleito com 55,07% dos votos. O segundo colocado foi o candidato Henrique Capriles, da coalizão *Mesa de la Unidad Democrática*, do partido *Primero Justicia*, que obteve 44,31% (CNE, 2012). Entretanto, Chávez faleceu em março de 2013, em decorrência de um câncer, antes mesmo de tomar posse. Seu vice-presidente, Nicolás Maduro, assumiu o poder interinamente até que fossem realizadas novas eleições, em abril de 2013. Escolhido como sucessor de Chávez, Maduro conseguiu derrotar Capriles novamente, com 50,61% dos votos, contra 49,12% de seu opositor (CNE, 2013). A vitória apertada motivou o questionamento dos resultados, levando Capriles a convocar

protestos de rua contra uma suposta fraude eleitoral e a pedir que o Conselho Nacional Eleitoral fizesse uma recontagem dos votos. Contudo, a violência nesses protestos fez com que o candidato derrotado recuasse em suas posições (MARTINEZ; PEDROSO, 2016, p. 102).

Em fevereiro de 2014, entretanto, uma nova onda de protestos ocorreria no país, iniciada por grupos estudantis. A pauta inicial das manifestações foi a criminalidade urbana, tendo como motivação uma tentativa de estupro na *Universidad de Los Andes, San Cristóbal*, no estado de *Táchira*, fronteira com a Colômbia. Entretanto, o movimento tomou um rumo mais crítico ao governo de Maduro como um todo, além de ter se espalhado para o estado de Mérida e outras regiões do país. Além da criminalidade, protestava-se contra a corrupção, a inflação, o desabastecimento de produtos básicos e os apagões elétricos. Foram realizados atos de vandalismo por parte dos manifestantes, depredando prédios públicos e lançando coquetéis *molotov* contra a polícia (MEZA, 2014). O governo reagiu convocando marchas em apoio ao chavismo, o que levou ao choque entre manifestantes nas ruas. Assim, os protestos de 2014 foram mais violentos que em 2013, trazendo também uma forte repressão policial e resultando na morte de 43 pessoas. Ademais, essa onda de manifestações foi liderada pela classe média:

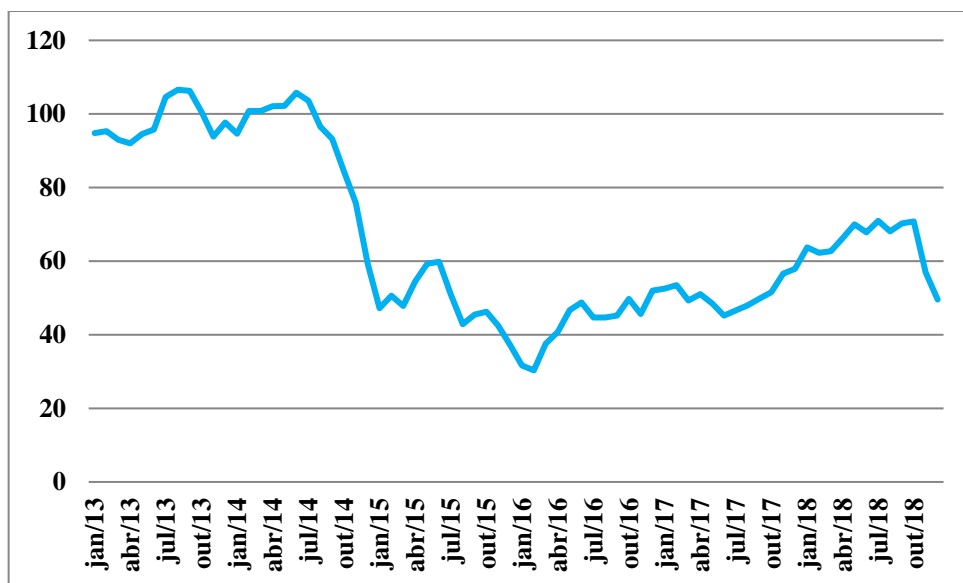
O arranque das manifestações em universidades e nas ruas, num total de 19 municípios, apresenta uma forma original de protesto contra as políticas do Governo e a revolução bolivariana. Contrariamente aos protestos do *Caracazo* de 1989, estas manifestações são constituídas por membros da oposição e população descontente oriunda de classes socioeconomicamente favorecidas. Paralelamente, observou-se a organização de *guarimbas* ou bloqueios de estrada em bairros com setores das classes média e alta em jurisdições opositoras, demonstrando o peso do discurso político e social divisionista no reforço de um clima de desordem (BERNARDES, 2015, p. 137).

As diferentes estratégias da oposição com estes protestos fez surgir uma divisão no campo opositor. Henrique Capriles permaneceu como uma opção mais moderada e defensora dos canais institucionais à disposição como forma de se opor ao governo Maduro. De outra parte, despontaram lideranças mais radicais, que defenderam a desobediência civil e a saída imediata do presidente através do movimento *#LaSalida*. Entre essas lideranças destacam-se: Leopoldo López, do partido *Voluntad Popular*; María Corina Machado, à época deputada independente; e Antonio Ledezma, prefeito do Distrito Metropolitano de Caracas, do partido *Alianza Bravo Pueblo*. Os protestos culminaram com a prisão de Leopoldo López,

acusado de incitar a violência nos protestos e condenado a quase 14 de prisão³² (BERNARDES, 2015, p. 136-138).

O ano de 2014 também foi o momento de queda livre do preço internacional do petróleo, como mostrado no gráfico abaixo. A pequena melhora do preço em 2018 foi temporária e o barril depreciou-se ao final desse ano, mantendo as perspectivas para o mercado energético incertas.

Gráfico 3 - Preço do Barril de Petróleo em US\$ (2013-2018)



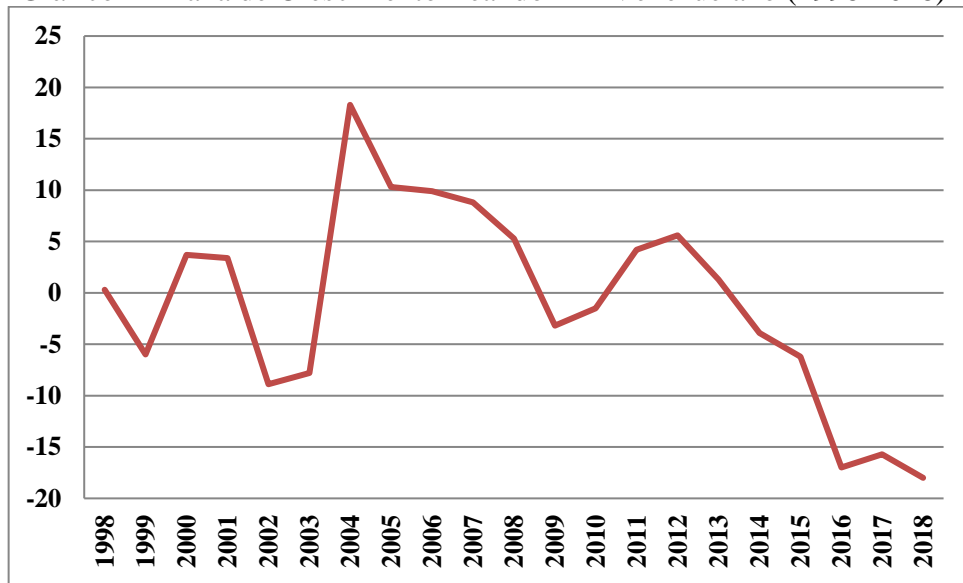
Nota: Foi utilizado como referência o preço do petróleo bruto negociado em West Texas Intermediate (WTI), da região do Golfo do México, onde estão as principais refinarias compradoras da Venezuela.

Fonte: Energy Information Administration , 2018. Elaboração do autor.

Contudo, a economia venezuelana já apresentava sinais de crise desde antes do fim do ciclo de alta das *commodities*. Após a posse de Maduro, em 2013, o governo optou pela manutenção de um câmbio artificialmente valorizado, o que levou à formação de um mercado paralelo de dólares no país a uma taxa muito mais elevada. O ano de 2013 também foi o último ano de crescimento do Produto Interno Bruto, ou seja, cinco dos seis anos do governo Maduro (2013-2018) são de recessão econômica.

³²Corina Machado, por sua vez, perdeu o mandato de deputada. Em março de 2014, ela participou de uma reunião da OEA como parte da delegação do Panamá, onde pretendia usar do espaço para criticar Maduro. O governo a acusou de ter assumido a função de “embaixadora suplente” do Panamá e demandado uma intervenção estrangeira na Venezuela. Ledezma, por fim, foi preso em 2015 acusado de tramocar um golpe contra o governo Maduro (CHARLEAUX, 2016).

Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Real do PIB Venezuelano (1998-2018)



Fonte: International Monetary Fund, 2019b. Elaboração do autor.

Os venezuelanos também começaram a conviver com a escassez de produtos alimentícios e de necessidade básica, o que minou as conquistas sociais do chavismo. O problema da falta de produtos não está apenas ligado ao preço do petróleo, mas à necessidade da sociedade venezuelana importar praticamente tudo aquilo que consome, dado sua economia rentista. Tal dependência do petróleo não se alterou durante o bolivarianismo (NAGEL, 2013).

A versão do governo diante do desabastecimento, contudo, é outra. O chavismo acusa o empresariado do país de contrabandear e reter de maneira intencional os produtos mais procurados, tanto para lucrar com a venda ilícita como para afetar o regime e sua popularidade, ao que Nicolás Maduro refere-se como “guerra econômica”. Segundo essa versão, as empresas privadas sempre estiveram contra o bolivarianismo e, aglomeradas na *Fedecámaras* e na *Consecomercio*, estariam articulados com partidos de oposição e com empresas multinacionais que exportam para a Venezuela, de modo a gerar escassez de produtos e instabilidade política no país. De acordo com notícias da rede de televisão multiestatal *Telesur*, o empresariado lucra com o desabastecimento ao oferecer ao consumidor substitutos próximos dos produtos em falta. Como apenas o preço dos produtos principais é controlado, logra-se uma margem de lucro muito maior na venda do produto alternativo (TELESUR, 2015)³³.

³³Um exemplo disso foi a chamada “guerra do pão”. Em 2017, o governo desapropriou temporariamente quatro padarias de Caracas e as entregou aos *Comités Locales de Abastecimiento y Producción* (CLAPs). Segundo o

Essa interpretação da crise econômica como uma batalha dentro de uma grande guerra contra a burguesia nacional e, também, contra o imperialismo americano, dá o tom do discurso do governo diante de praticamente qualquer crítica, raramente admitindo a necessidade de mudanças. Em uma entrevista ao jornal britânico *The Guardian*, em 2014, Maduro afirmou que "Nós estamos enfrentando [...] a síntese de todos os modelos golpistas contrarrevolucionários que foram tentados durante quinze anos contra a revolução bolivariana" (MADURO, 2014, tradução nossa)³⁴. Questionado se o caso venezuelano poderia ser um novo exemplo de Revolução Colorida³⁵, semelhante ao que havia ocorrido na Ucrânia, Maduro respondeu que a crise no país:

Faz parte do esquema de guerra não convencional que os Estados Unidos aperfeiçoaram ao longo das décadas. Pela via de criar problemas econômicos, trata de criar problemas sociais, aborrecimento, insatisfação política e justificar, por esse clima, um conjunto de ações que eles tentam apresentar como protesto na sociedade civil. Eles tentam vender para o mundo que na Venezuela os protestos são uma espécie de primavera (MADURO, 2014, online, tradução nossa)³⁶.

O desabastecimento, somado a desequilíbrios fiscais e cambiais, contribuiu para que a inflação na Venezuela atingisse níveis incomuns, chegando a quase um milhão por cento em 2018, como mostrado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Taxa de Inflação Anual
- Preços Médios ao Consumidor
(1998-2018)

ANO	TAXA
1998	35,8

governo, os padeiros estavam deixando de produzir pães comuns e fabricando outro tipo de produto que, não controlado, poderia ser vendido mais caro para driblar a inflação. Os padeiros, contudo, afirmavam que não tinham farinha para produção do pão comumente produzido (MEZA, 2017).

³⁴Do original, em espanhol: "Nosotros estamos enfrentando [...] la síntesis de todos los modelos golpistas contrarrevolucionarios que se han intentado durante quince años contra la Revolución Bolivariana" (MADURO, 2014).

³⁵Expressão usada para se referir a manifestações contra governos de viés antiestadunidense, por vezes resultando em sua queda, com a ascensão de governos pró-Occidente. O caso ucraniano é conhecido como Revolução Laranja, contando com uma série de protestos entre 2004 e 2005, nos quais o resultado das eleições presidenciais foi questionado. Autores críticos da política externa americana, como Moniz Bandeira (2013, p. 107-109), consideram que protestos como no caso da Ucrânia tiveram relevante financiamento americano e inspiração teórica na obra do cientista político Gene Sharp (2010), *From Dictatorship to Democracy*.

³⁶Do original, em espanhol: Forma parte del esquema de guerra no convencional que los Estados Unidos han perfeccionado lo largo de décadas. Por la vía de crear problemas económicos, tratar de crear problemas de carácter social, molestia, insatisfacción política y justificar, por ese clima, un conjunto de acciones que tratan de presentar como protesta en la sociedad civil. Tratan de vender al mundo que en Venezuela los protestos son una especie de primavera (MADURO, 2014, online).

1999	23,6
2000	16,2
2001	12,5
2002	22,4
2003	31,1
2004	21,7
2005	16
2006	13,7
2007	18,7
2008	31,4
2009	28,6
2010	29,1
2011	27,1
2012	21,1
2013	38,5
2014	57,3
2015	111,8
2016	254,4
2017	493,6
2018	929789,5

Fonte: International Monetary Fund, 2019a. Elaboração do autor.

Durante o ano de 2015, os protestos continuaram, mas não com a mesma intensidade, paralelamente à deterioração econômica do país. Nas eleições legislativas de dezembro desse ano, a coalizão opositora *Mesa de la Unidad Democrática* logrou conquistar a maioria dos assentos da Assembleia Nacional, totalizando 112 deputados e deputadas, contra 55 da coalizão governista, para a legislatura de 2016 a 2021. A eleição legislativa de 2015 foi a primeira derrota eleitoral do chavismo desde 1998³⁷. Na perda da maioria legislativa, o Tribunal Supremo de Justiça se tornaria a principal instituição de apoio do Poder Executivo, criando diferentes impasses com a Assembleia Nacional nos anos seguintes (LÓPEZ MAYA, 2017, p. 48).

Logo em abril de 2016, a oposição deu início ao processo de um referendo revogatório para encerrar o mandato de Maduro, mecanismo previsto pela Constituição para qualquer cargo eletivo. A oposição conseguiu recolher o número exigido de assinaturas, correspondente a 1% do eleitorado, porém o processo foi suspenso na sua segunda fase, em outubro de 2016, pelo Conselho Nacional Eleitoral, após juízes de tribunais regionais indicarem a suspeita de

³⁷A única exceção foi um referendo acerca da possibilidade de reeleição presidencial indefinida, realizada em 2007 por Hugo Chávez, no qual a proposta foi rejeitada.

fraude nas assinaturas (ALBUQUERQUE, 2017, p. 6). A oposição reagiu dando início ao que chamou de “juízo político e penal” de Maduro, dispositivo não previsto na Constituição, para apurar seu envolvimento na suspensão do referendo revogatório, classificado como um golpe de Estado por opositores. Uma agenda de manifestações foi anunciada contra a decisão do CNE, assim como uma greve nacional. O Ministro da Defesa, Vladimir Padrino López, veio a público reiterar o apoio das Forças Armadas a Maduro.

Em paralelo a tais acontecimentos, uma frente internacional buscava articular uma Mesa de Diálogo para a crise venezuelana, formada pela Santa Sé, os ex-presidentes Rodríguez Zapatero (Espanha), Martín Torrijos (Panamá), Leonel Fernández (República Dominicana) e o Secretário Geral da UNASUL, Ernesto Samper. As tentativas de diálogo ocorreram entre outubro e dezembro de 2016, quando a oposição deixou a mesa de negociação porque, em sua visão, não havia progresso em andamento e o governo não apresentava sinais de cumprir qualquer acordo (LÓPEZ MAYA, 2017, p. 50).

Desse modo, a sociedade venezuelana chegou a 2017 em um contexto de alta polarização política e em franca crise econômica e social. As eleições para governadores, que normalmente seriam realizadas em dezembro de 2016, foram adiadas para o ano seguinte. A Constituição estabelece que os mandatos governamentais sejam de quatro anos, mas não estabelece datas específicas para realização de eleições. O partido do governo controlava 20 dos 23 estados do país e, segundo a oposição, atrasou as eleições com receio de perder grande parte desses governos estaduais, dada sua impopularidade. O Conselho Nacional Eleitoral afirmava que a razão do atraso era orçamentária e o governo falava em uma suposta “guerra econômica” empreendida pelo setor privado, assim como associava a crise aos baixos preços do petróleo (BBC, 2016).

Nesse contexto, o ano de 2017 seria o palco da maior onda de protestos opositores, que durariam quatro meses. O gatilho para essas manifestações foi a suspensão de parte dos poderes da Assembleia Nacional pelo Tribunal Supremo de Justiça, no dia 29 de março. O TSJ afirmou que a Assembleia Nacional funcionava em situação de desacato, porque havia empossado três deputados cuja eleição tinha sido impugnada por fraude eleitoral. A decisão do TSJ também suspendeu a imunidade parlamentar dos deputados e transferiu parte dos poderes da Assembleia à Maduro. A reação doméstica e internacional foi intensa, gerando críticas de diversos países. A Procuradora Geral da República, Luisa Ortega Díaz, afirmou que a decisão era uma ruptura da ordem constitucional. O Secretário Geral da OEA, Luis Almagro, classificou o ato como um “autogolpe” do governo venezuelano. O presidente

Maduro convocou o Conselho de Defesa do país e, após deliberação, pediu ao TSJ que revisse sua decisão, o que ocorreu três dias depois da suspensão inicial (DEUTSCHE WELLE, 2017c).

Contudo, o impacto na oposição deu forças para que se iniciassem quatro meses de protestos contra o governo, com frequência quase diária. Os manifestantes acusavam Maduro de implantar paulatinamente um regime autoritário no país, com apoio do Poder Judiciário. Em paralelo a isso, a crise venezuelana era levada para dentro da OEA, onde o Secretário Geral pedia que o Conselho Permanente discutisse a situação no país e aplicasse a Carta Democrática Interamericana à Venezuela e a suspendesse da OEA por ruptura da democracia. Maduro considerou essa iniciativa uma ingerência inaceitável nos assuntos internos do país. Por isso, declarou a saída do país da organização ao final de abril. Após cerca de um mês de protestos, Maduro anunciou também a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para reescrever a Constituição de 1999, elaborada no começo do governo de Hugo Chávez (SANTOS; WEBER, 2017, p. 6).

A decisão de reescrever as leis fundamentais do país foi altamente polêmica. Quando Chávez fez o mesmo, em 1999, realizou inicialmente um plebiscito para consultar a população sobre o desejo de uma ANC e, depois de pronta, submeteu-a a um referendo para aprová-la, processo não feito por Maduro. A Constituição de 1999 afirma, em seu Artigo 348, que a iniciativa de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte pode ser feita pelo presidente com seu Conselho de Ministros, mas não especifica como devem ser eleitos os constituintes. Dessa maneira, além da falta de uma justificativa concreta para a ANC, o sistema de voto em si também foi criticado pela oposição³⁸.

Segundo Maduro, a ANC serviria para trazer a paz de volta ao país, melhorar as leis e tornar as *misiones* de Chávez parte da Constituição. Mais do que isso, serviria para eleger poderes que não fossem baseados em partidos ou elites, como fora a ANC de 1999, realizada sob um sistema político em decadência. A nova ANC, pelo contrário, teria bases comunais, como declarou Maduro:

Eu convoco uma Constituinte cidadã, não uma Constituinte de partidos ou elites, uma Constituinte cidadã, trabalhadora, comunal, campesina, uma Constituinte

³⁸Os 545 assentos disponíveis foram distribuídos da seguinte forma: 364 pelo voto territorial, 173 por setores sociais e 8 por comunidades indígenas. A proporcionalidade demográfica não foi respeitada, dando o mesmo peso de voto a todas as cidades do país, independente do tamanho populacional. Segundo a oposição, o chavismo é mais forte nas cidades pequenas e rurais. Os votos setoriais, por sua vez, referem-se a grupos como estudantes, camponeses, empresários e trabalhadores, o que levou a que uma parcela relevante da população votasse duas vezes – pelo voto territorial e setorial (G1, 2017).

feminista, da juventude, dos estudantes, uma Constituinte indígena. Mas acima de tudo, irmãos, uma Constituinte profundamente trabalhadora, decisivamente trabalhadora, profundamente comunal. Eu convoco os comuneros [sic], as missões (EL NACIONAL, 2017b, online, tradução nossa)³⁹.

O governo Maduro sofreu muita pressão internacional entre a convocatória da ANC, em 29 de março, e a realização da votação, em 30 de julho, ocupando lugar de destaque nos noticiários e recebendo apelos para que revisse sua decisão. Internamente, os protestos perduraram por todo esse período e foram reprimidos pelos corpos de segurança do Estado, como a Guarda Nacional Bolivariana e o Serviço Bolivariano de Inteligência, mas também por grupos civis armados, os chamados *colectivos bolivarianos* (FORO PENAL VENEZOLANO, 2017)⁴⁰.

A despeito das críticas e da oposição nas ruas, o governo Maduro resistiu e realizou a ANC, elegendo uma totalidade de constituintes governistas, visto que a oposição decidiu não participar do processo. A empresa responsável pela eleição, *Smartmatic*, informou que houve uma diferença de mais de um milhão de votos entre o número de eleitores contabilizado e aquele que o governo anunciou como tendo comparecido às urnas (EL NACIONAL, 2017a). Desde 2004, a empresa providenciou a plataforma tecnológica para 14 eleições na Venezuela, mas essa foi a primeira vez que apontou discrepâncias no resultado das eleições. Após o anúncio da *Smartmatic*, o CNE rechaçou a possibilidade de fraude nas urnas e encerrou o contrato com a empresa. Os constituintes tomaram posse normalmente e elegeram Delcy Rodríguez como presidente, que fora chanceler de Maduro desde dezembro de 2014 até às vésperas da eleição constituinte. A primeira ação da ANC foi destituir a Procuradora Geral da República, Luisa Ortega Díaz, que vinha se tornando uma voz dissonante dentro do governo. Díaz acusava Maduro de violações de direitos humanos, corrupção, crimes de lesa-humanidade e fraude eleitoral. A Procuradora já havia tido seus bens congelados pela justiça e sido proibida de sair do país. Após a ANC, refugiou-se na Colômbia.

Depois da eleição dos constituintes, o calendário eleitoral da Venezuela foi rapidamente retomado, convocando-se eleições para governadores em outubro. A oposição,

³⁹Do original, em espanhol: Convoco una Constituyente ciudadana, no una Constituyente de partidos ni élites, una Constituyente ciudadana, obrera, comunal, campesina, una Constituyente feminista, de la juventud, de los estudiantes, una Constituyente indígena. Pero sobre todo, hermanos, una Constituyente profundamente obrera, decisivamente obrera, profundamente comunal. Convoco a los comuneros, a las *misiones* (EL NACIONAL, 2017, online).

⁴⁰Para maiores informações sobre a quantidade e frequência de protestos no governo Maduro, recomenda-se o *Observatorio Venezolano de Conflictividad Social* (2019). Para estatísticas sobre infrações de direitos humanos cometidas pelo Estado venezuelano na repressão a manifestantes, recomenda-se o *Foro Penal Venezolano* (2017), que possui relatórios mensais sobre presos, feridos, mortos e outros aspectos da situação humanitária na Venezuela.

organizada na *Mesa de la Unidad Democrática*, esperava uma vitória esmagadora contra o governo, mas obteve apenas cinco dos 23 estados do país (CNE, 2017). Logo após as eleições de governadores, foram convocadas eleições de prefeitos para dezembro. Dado o resultado nas eleições estaduais, os três principais partidos de oposição decidiram não participar: *Acción Democrática*, *Voluntad Popular* e *Primero Justicia*. Alguns partidos opositoristas participaram, com destaque para *Copei*, *Un Nuevo Tiempo* e *Avanzada Progresista*. Este pleito acentuou a diferença de estratégia entre os partidos de oposição, visto que muitos não participaram. Além disso, no dia da eleição, Maduro afirmou que: "Partido que não participou hoje e pediu o boicote às eleições, não pode mais participar" (MADURO *apud* MANETTO, 2017, online, tradução nossa)⁴¹.

Na esfera econômica da crise venezuelana, a situação agravou-se ao final de 2017. Em novembro, três agências classificadoras de risco declararam o país em *default* devido ao atraso parcial da dívida da estatal PDVSA (BOECHAT, 2017). Além disso, a produção de petróleo no país atingiu o nível mais baixo em 28 anos (EL NACIONAL, 2017c). Como uma medida de fazer frente à desvalorização cambial e à inflação, o governo anunciou a criação de uma criptomoeda, o *petro*. A moeda virtual está lastreada nos recursos naturais do país: petróleo, gás, ouro e diamante. Além da questão inflacionária, o *petro* buscava driblar as sanções financeiras dos Estados Unidos, buscando novas formas de financiar o país (EL PAÍS, 2017)

Em paralelo à crise econômica e às eleições estaduais e municipais, acontecia uma nova rodada de negociações entre o governo e a oposição na República Dominicana, mediada pelo presidente espanhol Rodríguez Zapatero. No ano de 2018 deveria ocorrer uma eleição presidencial, sendo que Maduro já indicara desejo de concorrer à reeleição. A oposição colocava uma série de condições para participar do pleito: liberação de presos políticos, abertura de um canal humanitário, nomeação de um novo Conselho Nacional Eleitoral, possibilidade de voto no exterior, presença de observadores internacionais, acesso equilibrado aos meios de comunicação, reversão da impugnação de candidaturas e uma votação feita no segundo semestre de 2018. As negociações não avançaram e as eleições foram convocadas para maio de 2018 (MOLEIRO, 2018b).

⁴¹Do original, em espanhol: "Partido que no haya participado hoy, no puede participar más" (MADURO *apud* MANETTO, 2017, online).

A maior parte dos partidos da MUD já vinha mostrando desejo de boicotar mais uma eleição como forma de protesto, mas de todo modo foi impedida pelo Tribunal Superior de Justiça de apresentar um candidato único. Maduro soube explorar as divisões na oposição e assinou um acordo com alguns partidos menores para que participassem da disputa: *Avanzada Progresista*, *Copei* e *Movimiento al Socialismo*. Maduro foi reeleito com 67,84% dos votos, seguido por Henri Falcón, com 20,93% dos votos, Javier Bertucci, com 10,82% e Reinaldo Quijada, com 0,39% (CNE, 2018). Bertucci foi o único candidato que reconheceu o resultado do pleito, marcado pelo comparecimento de cerca de 45% do eleitorado e de diferentes denúncias de fraudes e tentativas de comprar ou coagir eleitores, principalmente os mais pobres e beneficiários de programas sociais (WEBER, 2018a, p. 17).

Após a reeleição, Maduro buscou enfrentar a grave situação econômica do país, que terminaria 2018 em seu quinto ano de contração. Os ministérios foram remodelados e o presidente anunciou um “*paquetazo*” econômico. O pacote de medidas incluiu: uma reforma monetária que eliminou cinco zeros das cédulas antigas e lastreou as novas moedas no *petro* (a criptomoeda do país); um projeto de lei para alterar o regime cambial e estimular a circulação de moeda estrangeira no país; a entrega ao Banco Central de reservas petrolíferas certificadas; um decreto exonerando de impostos uma série de produtos; um censo do transporte público e privado para reorganizar a distribuição de combustíveis, e possivelmente o reajuste do preço da gasolina. O último reajuste da gasolina havia sido feito em fevereiro de 2016, o primeiro em 20 anos, enquanto que o câmbio era monopolizado pelo governo desde 2003 (SIERRA, 2018).

Em agosto de 2018, ocorreu um atentado contra Maduro durante um evento militar em Caracas. O governo acusou a oposição de conspirar contra sua vida, auxiliado pelos Estados Unidos e pela Colômbia. Seus rivais apontaram que o ocorrido foi mal explicado e forjado pelo governo para fortalecer o discurso de que a oposição é violenta. No mês seguinte, Maduro fez um discurso na ONU negando a existência de uma crise humanitária no país e que esta seria uma farsa criada pela imprensa internacional para justificar uma intervenção no país. Entretanto, o ano de 2018 terminou com a Venezuela aceitando um pacote de ajuda humanitária da ONU pela primeira vez, com recursos voltados a áreas da saúde e combate à fome, que cresceram rapidamente em seu mandato (CONJUNTURA LATITUDE SUL, 2018, n. 11, p. 5).

3.2 Os dilemas da oposição venezuelana

A oposição ao chavismo organiza-se desde 2008 na *Mesa de la Unidad Democrática* (MUD). De acordo com Bernardes (2015, p. 132), é equivocada a interpretação de que a MUD seja formada apenas por partidos e movimentos de direita, pois seria um conjunto heterogêneo de correntes políticas cujo único consenso claro é a oposição ao chavismo. Dentro da MUD existiriam desde socialistas e socialdemocratas a liberais econômicos e conservadores, assim como aqueles participantes do frustrado golpe de Estado de 2002. A oposição na Venezuela enfrenta um dilema recorrente entre, de um lado, competir com o bolivarianismo dentro das instituições fundadas em 1999 e, de outro, boicotar tais instituições e rejeitar a participação em eleições. A formação de uma coalizão eleitoral não é tarefa fácil, considerando as diferenças entre os partidos opositoristas.

Os nomes mais relevantes da oposição sob o governo Maduro foram os de Henrique Capriles e Leopoldo López. Capriles foi candidato a presidente contra Hugo Chávez, em 2012, e contra Nicolás Maduro, em 2013, derrotado em ambos os pleitos. Governador do estado de Miranda desde 2008, Capriles define-se como um político de centro-esquerda e admirador do brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Ele buscou um discurso mais moderado nas eleições de 2012 e prometeu governar sob a Constituição de 1999, assim como manter as políticas sociais de Chávez, as chamadas *misiones*. Como já afirmado, recuou no chamado a manifestações, em 2013, e também se distanciou de outros setores da oposição em 2014, quando defendeu vias institucionais de oposição a Maduro. Contudo, constam registros de sua participação no golpe de 2002, quando ainda era prefeito da cidade de Baruta, assim como de Julio Borges, presidente de seu partido, *Primero Justicia*, que presidiu a Assembleia Nacional em 2017. Além disso, Henrique Capriles foi proibido pela Controladoria Geral da República de exercer cargos públicos por 15 anos (VIANA, 2017). Sua candidatura à presidência foi, possivelmente, o ponto mais próximo de estabelecer uma liderança nacional como alternativa ao chavismo.

Leopoldo López, do *Voluntad Popular*, por sua vez, tornou-se o nome da oposição mais conhecido do país durante os protestos de 2014⁴². Sua esposa, Lilian Tintori, tem assumido uma intensa agenda de oposição ao governo e a favor de sua libertação, inclusive

⁴²Em 30 de abril de 2019, Leopoldo López seria libertado de sua prisão domiciliar por um grupo de militares contrários a Maduro. A iniciativa foi liderada por Juan Guaidó, deputado que se autoproclamou presidente em janeiro de 2019 e pertence ao mesmo partido de López.

em nível internacional, na região latino-americana, nos Estados Unidos e na Europa, tendo sido recebida por presidentes e políticos de diversos países. O governo de Maduro classifica Leopoldo López como líder de um movimento de extrema direita e apoiado pelos Estados Unidos (BREUER, 2015, p. 24).

A despeito da existência de nomes mais jovens, como Capriles e López, a oposição ao chavismo mantém fortes laços com as elites do sistema político que precedeu Hugo Chávez. Atualmente, o segundo maior partido de oposição é o *Acción Democrática* (AD), que governou a Venezuela desde 1958 em alternância com o *Comité de Organización Política Electoral Independiente*. É nesse sentido que o chavismo busca associar a oposição atual com as velhas elites do *puntofijismo* e com o golpe de 2002. Assim, embora haja rejeição ao governo de Maduro, esta não foi integralmente capitalizada pela oposição, que também não goza de plena legitimidade frente à população e mantém-se ainda muito fragmentada. A convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a posterior reeleição de Maduro deixou a oposição desnordeada entre a participação e o boicote. Em particular, ocorreu o enfraquecimento da coalizão tradicional, a *Mesa de la Unidad Democrática*, que foi impedida de participar nas eleições presidenciais.

Além disso, há o surgimento de outras alianças, como a *Concertación por el cambio*, criada por Henri Falcón e que inclui pequenos partidos que o apoiaram nas eleições presidenciais de maio, quando foi derrotado, e o *Soy Venezuela*, da ex-deputada María Corina Machado, que tem uma postura mais intransigente e independente. A própria MUD criou um novo grupo em março de 2018, a *Frente Amplio Venezuela Libre*, que inclui não apenas partidos de oposição, mas também chavistas descontentes, organizações civis, sociais, religiosas e acadêmicas. Ademais, cabe citar o papel de crescente relevância dos exilados políticos, que ajudam a potencializar a dimensão internacional da crise na Venezuela. Até o final do primeiro mandato de Maduro, nenhum desses grupos conseguiu despontar como líder da oposição (MOLEIRO, 2018a).

3.3 Política externa e relações com os Estados Unidos

Após sua primeira eleição, Nicolás Maduro apresentou o *Plan de la Patria: Segundo Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2013-2019)*, contendo os objetivos para seu primeiro mandato. O texto inclui cinco grandes “objetivos históricos”,

sendo dois deles relacionados à política externa. O terceiro objetivo é “Transformar a Venezuela em uma potência social, econômica e política dentro da grande potência nascente da América Latina e do Caribe, para garantir a criação de uma zona de paz em nossa América” e o quarto é "Contribuir para o desenvolvimento de uma nova geopolítica internacional na qual tome corpo um mundo multicêntrico e pluripolar que permita alcançar o equilíbrio do universo e garantir a paz planetária" (VENEZUELA, 2013, p. 13, tradução nossa⁴³).

O documento também reafirma o desejo de aprofundar a integração regional e a importância da ALBA-TCP, da UNASUL, do MERCOSUL e da CELAC. Aponta também a intenção de elevar a um nível superior as alianças estratégicas com China, Rússia, Brasil, Bielorrússia e Irã (VENEZUELA, 2013, p. 104). A leitura do sistema internacional que pode ser deduzida desse documento é de que o mundo seguiria a trajetória de descentralização econômica e política que o governo Chávez usufruía no passado. Ou seja, as metas colocadas no tocante às relações internacionais do país apostavam na continuidade da emergência de novas potências econômicas, com as quais a Venezuela poderia construir relações estratégicas e, através disso, reduzir a influência de outras potências no país.

Embora praticamente não cite os Estados Unidos no texto, fica subentendido que livrar-se da dependência americana seja um objetivo profundo da política externa de Nicolás Maduro. Há repetidas referências a um sistema neocolonial de dominação imperial, que precisaria ser combatido "eliminando ou reduzindo a níveis não vitais a relação econômica e tecnológica do nosso país com os centros de dominação imperial, entre outros propósitos" (VENEZUELA, 2013, p. 13)⁴⁴. Em contrapartida, uma das metas econômicas é exatamente aumentar o intercâmbio comercial com países emergentes, como a China e a Índia. Em suma, pode ser observado que Maduro pretendia, basicamente, dar continuidade à política externa chavista sem nenhuma inflexão significativa e que, além disso, havia uma perspectiva otimista para os anos que se seguiriam na economia nacional e na arena internacional. Contudo, o cenário externo seria bastante distinto daquele vivenciado pelo governo Chávez e

⁴³Do original, em espanhol: Convertir a Venezuela en un país potencia en lo social, lo económico y lo político dentro de la gran potencia naciente de América latina y el Caribe, que garanticen la conformación de una zona de paz en nuestra América. Contribuir al desarrollo de una nueva geopolítica internacional en la cual tome cuerpo un mundo multicéntrico y pluripolar que permita lograr el equilibrio del universo y garantizar la paz planetaria (VENEZUELA, 2013, p. 13).

⁴⁴Do original, em espanhol: “eliminando o reduciendo a niveles no vitales e o relacionamiento económico y tecnológico de nuestro país con los centros imperiales de dominación, entre otros propósitos” (VENEZUELA, 2013, p. 13).

as relações com os Estados Unidos entrariam em um espiral de tensões do qual ainda não saíram.

3.3.1 Relações entre Maduro e Obama (2013-2016)

Antes de ser de fato eleito presidente da Venezuela, Nicolás Maduro assumiu interinamente o cargo, entre outubro de 2012 e abril de 2013, em razão da doença de Hugo Chávez. Desde então, a relação de Maduro com os Estados Unidos é conflituosa. No dia da morte de Chávez, o presidente interino expulsou dois oficiais da aeronáutica dos EUA do país, acusados de espionagem e, na sequência, sugeriu que o câncer de Chávez havia sido fruto de uma conspiração de seus inimigos (RUSSIA TODAY, 2013). Do lado americano, a autoridade de Maduro sempre foi questionada. O presidente Barack Obama negou-se a reconhecer oficialmente a reeleição de Maduro em 2013, demonstrando preocupação com a repressão policial a protestos contrários ao governo, que pediam a recontagem dos votos. Maduro lamentou a declaração, dizendo que Obama estava dando um “sinal verde para a direita fascista atacar o povo da Venezuela” (ABC NEWS, 2013, online, tradução nossa).

A despeito disso, um encontro oficial entre o Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, e o chanceler venezuelano, Elías Jaua, em junho de 2013, durante a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, motivou otimismo acerca da relação entre os dois países. Esperava-se que ambos recuperassem os laços e voltassem a ter embaixadores em suas capitais, o que não ocorria desde 2010. O último encontro de alto nível havia acontecido em 2009, quando Obama e Chávez tiveram um breve encontro na V Cúpula das Américas. Embora a declaração conjunta de Kerry e Jaua tenha sido no sentido de dar um recomeço à relação bilateral, nada disso ocorreu (SANDOVAL, 2013). Meses depois, Maduro expulsou três diplomatas americanos do país, acusados de sabotar a malha elétrica e a economia venezuelana, em conluio com a oposição (ELLSWORTH; CHINEA, 2013). A relação continuaria deteriorada, seguindo o exemplo do período em que Chávez estava vivo.

Como afirmado na seção anterior, o ano de 2014 presenciou protestos da oposição na Venezuela e causaram a morte de 43 pessoas. Esses eventos também tiveram repercussão na relação entre Washington e Caracas. Em dezembro de 2014, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o *Venezuela Defense of Human Rights and Civil Society Act*, que requeria ao presidente Obama que impusesse sanções individualmente direcionadas contra pessoas que

tivessem reprimido protestos antigoverno e estimulado a violência na Venezuela (USA, 2014).

Em março de 2015, uma ordem executiva do presidente Obama classificou a situação na Venezuela como ameaça “incomum e extraordinária” à segurança nacional dos Estados Unidos (USA, 2015). O documento fazia referência a: violação de direitos humanos, enfraquecimento da democracia, perseguição a oponentes, ameaça à liberdade de imprensa, perseguição a opositores políticos, corrupção pública e repressão a protestos, especialmente no ano de 2014. Por isso, Obama declarou emergência nacional para lidar com essa suposta ameaça, dando início a uma série de sanções individuais contra altos funcionários envolvidos nos atos acima. As medidas envolveram o congelamento de ativos financeiros e a negação ou cancelamento de vistos de viagem. Com essa ordem executiva, os Estados Unidos impuseram sanções a seis agentes de segurança e um promotor de justiça envolvidos na repressão a protestos de 2014.

Segundo Camilleri (2018), as sanções foram o tom da política de Obama para a Venezuela:

Nos últimos dois anos de governo, o governo Obama adotou uma abordagem multitarefa para a Venezuela, que incluiu sanções individuais, diplomacia multilateral (principalmente através da OEA), apoio a negociações entre o governo venezuelano e a oposição política e a defesa pública dos direitos humanos e da ordem constitucional - incluindo o referendo revogatório (CAMILLERI, 2018, p. 193, tradução nossa)⁴⁵.

Foi esse o contexto herdado por Donald Trump, que levaria as relações entre os dois países a uma nova fase de tensões, incluindo um discurso intervencionista partindo diretamente do novo presidente.

3.3.2 Relações entre Maduro e Trump (2016-2018)

A vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais de 2016 foi razoavelmente bem recebida pelo governo venezuelano. Segundo Colmenares (2018, p. 18-19), Nicolás Maduro deu uma série de sinais de que a relação com Trump poderia ser melhor do que fora com Obama. O presidente venezuelano chegou a dizer que havia uma campanha de ódio da mídia internacional contra Trump e que o novo mandatário poderia rever os erros de Bush e Obama porque, segundos suas palavras à época “pior que Obama não será, é a única coisa que me

⁴⁵Do original, em inglês: In its final two years in office, the Obama Administration pursued a multi-track approach to Venezuela that included individual sanctions, multilateral diplomacy (mainly through the OAS), support for negotiations between the Venezuelan government and political opposition, and public advocacy for human rights and constitutional order—including the recall referendum (CAMILLERI, 2018, p. 193).

atrevo a dizer” (EL COMERCIO, 2017, online, tradução nossa)⁴⁶. Mais do que isso, nos primeiros meses do mandato de Trump, em 2017, Maduro aventou a possibilidade de um acordo comercial com os EUA para fornecimento de alimentos à Venezuela. A despeito dessas circunstâncias, que poderiam indicar um redirecionamento da política externa venezuelana e americana, as relações com Washington entrariam em sua pior fase desde o início do chavismo, trazendo de volta à América Latina, a partir do ano de 2017, o antigo fantasma da intervenção estrangeira. O momento talvez se assemelhe, em algum nível, ao início do governo Obama, quando também pareceu existir o desejo de uma relação menos conflituosa por parte de Chávez que, entretanto, ficou bem abaixo das expectativas.

O governo do republicano Donald Trump manteve e ampliou a política de sanções a funcionários venezuelanos. O Departamento do Tesouro havia congelado ativos de apenas sete pessoas sob o governo Obama. Sob Trump, mais 73 pessoas sofreriam sanções entre maio de 2017 e março de 2019, segundo dados oficiais (CRS, 2019). Nesse grupo, incluem-se autoridades do Poder Executivo, do Conselho Nacional Eleitoral, magistrados do Tribunal Supremo de Justiça, militares e outros líderes políticos. Trump também começou a fechar o cerco ao círculo íntimo de Nicolás Maduro. Em fevereiro de 2017, foi alvo de sanções o Vice-Presidente do país à época, Tareck El Aissami, acusado de envolvimento com narcotráfico internacional. No mesmo mês, Trump decidiu receber pessoalmente Lilian Tintori, esposa de Leopoldo López. A recepção de Tintori por Trump foi um evento simbólico da postura que o governo americano adotaria nos meses seguintes e uma inflexão em relação a Obama (NAKAMURA, 2017).

O uso das sanções como ferramenta de política externa atingiu um novo patamar quando o próprio Maduro foi alvo delas. O Departamento do Tesouro dos EUA impôs a sanção um dia após a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, em julho de 2017, acusando Maduro de tentar implantar um regime autoritário no país através da reescrita da Constituição de 1999. Os Estados Unidos criticaram a realização da ANC desde seu princípio e a consideraram ilegítima (USA, 2017). A ANC mostrou-se um divisor de águas na posição estadunidense visto que, a partir de então, Trump passaria a falar abertamente sobre a possibilidade de intervenção, a exemplo do que afirmou em agosto de 2017:

Temos tropas em todo o mundo em lugares muito distantes. A Venezuela não está muito longe e as pessoas estão sofrendo e morrendo [...]. Temos muitas opções para

⁴⁶Do original, em espanhol: “Peor que Obama no será, es lo único que me atrevo a decir” (EL COMERCIO, 2017, online).

a Venezuela, incluindo uma possível opção militar, se necessário (DEUTSCHE WELLE, 2017a, online, tradução nossa)⁴⁷.

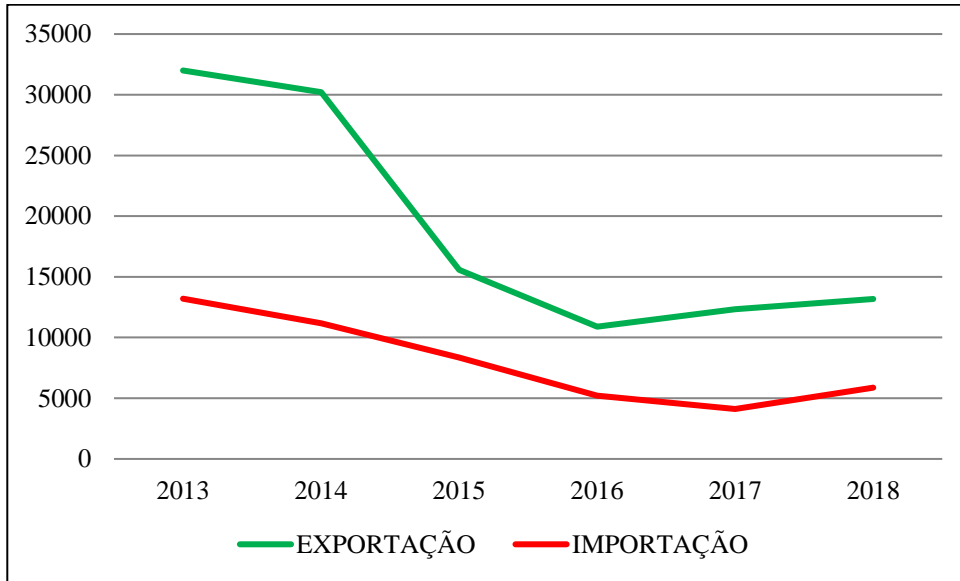
O presidente Trump nunca recuou dessa posição e frequentemente a reafirma como uma possibilidade. As declarações de Trump foram rechaçadas largamente pelos países latino-americanos, que reafirmaram a necessidade de uma saída pacífica. O Vice-Presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, fez uma viagem ao Panamá, Colômbia, Chile e Argentina logo após a fala de Trump, onde a sugestão de intervenção militar foi categoricamente rejeitada (LONDOÑO, 2017).

No mês de agosto de 2017 também foram feitas inovações no que tange às sanções, atacando pela primeira vez as fontes de financiamento do governo e da estatal PDVSA. O objetivo do pacote de restrições foi cortar o acesso a novos créditos de investidores dos EUA e ao mercado financeiro americano como um todo. A subsidiária Citgo foi proibida de distribuir seus lucros ao governo venezuelano, embora ainda possa operar dentro do território dos EUA. Em 2018, novas restrições foram anunciadas para impedir transações com a nova moeda digital bolivariana, o *petro*, que havia sido criada exatamente para driblar as sanções (CRS, 2019, p. 29). O conjunto de sanções piorou a situação fiscal de Caracas. Poucos meses depois, a dívida venezuelana entraria em *default* parcial e Maduro anunciaria o refinanciamento e reestruturação da dívida externa.

Segundo o Observatório de Complexidade Econômica (2017), a Venezuela figura como quinto país que mais exporta petróleo bruto para os Estados Unidos. Os principais países de origem do petróleo bruto usado pelos EUA são Canadá, México, Arábia Saudita e Iraque, nessa ordem. Se tomarmos apenas o comércio de petróleo refinado, a Venezuela cai para a 11ª posição. O gráfico abaixo demonstra a tendência de queda no fluxo comercial entre os dois países a partir do ano de 2014:

⁴⁷Do original, em inglês: We have troops all over the world in places that are very far away. Venezuela is not very far away and the people are suffering and they're dying [...]. We have many options for Venezuela including a possible military option if necessary (DEUTSCHE WELLE, 2017a, online).

Gráfico 5 - Exportação e Importação Venezuela - Estados Unidos (2013-2018)



Nota: Valores em milhões de dólares.

Fonte: United States Census Bureau, 2018. Elaboração do autor.

A política de sanções individuais continuaria em 2018, incluindo o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Diosdado Cabello, seguido pela esposa de Maduro, Cilia Flores, e pela nova Vice-Presidente, Delcy Rodríguez (CRS, 2019, p. 28). O governo Trump também não reconheceu a reeleição de Maduro, ocorrida em maio de 2018, classificando o pleito como fraudulento (USA, 2018). Na opinião de Colmenares (2018, p. 22), os Estados Unidos vinham mantendo uma posição branda em relação à Venezuela no governo Obama e, por isso, a ameaça de uso da força e o uso de sanções financeiras representariam uma tendência de endurecimento da política externa americana para Caracas e uma alteração importante em relação ao período Obama. Camilleri (2018, p. 190) argumenta em sentido oposto, afirmando que sanções mais duras são uma evolução natural da política anterior. Contudo, aponta que a ideia de uma intervenção militar fez com que o apoio multilateral à liderança de Trump na crise seja menor do que poderia ser.

3. 4 A dimensão internacional da crise venezuelana

Para compreender o cenário regional no qual se insere a crise venezuelana, é necessário recordar que os anos de maior prosperidade do bolivarianismo na Venezuela foram de um contexto externo bastante favorável. Hugo Chávez foi o primeiro de uma série de líderes regionais progressistas eleitos na primeira década do século XXI, em um fenômeno conhecido como Onda ou Maré Rosa (PANIZZA, 2006, p. 1). Esses países, assim como a Venezuela, também se beneficiaram do ciclo de alta dos preços de *commodities*, refletindo em anos de crescimento econômico e melhora de indicadores sociais (CEPAL, 2014). Particularmente, multiplicaram-se os mecanismos institucionais de integração regional, dentre os quais merece destaque a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), criada em 2004, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008 e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), no mesmo ano.

É em oposição ao dinamismo político desses líderes e ao desenvolvimento da integração que se coloca o momento abrangido por este capítulo: o primeiro mandato de Nicolás Maduro. Parte dos países em questão não é mais governada pelo mesmo partido. Destaque-se a eleição de Maurício Macri, na Argentina, no final de 2015 e o controverso processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016. Ainda em 2018, Jair Bolsonaro venceu as eleições presidenciais brasileiras, numa campanha em que a crise venezuelana foi usada como um exemplo de fracasso do socialismo. Na vizinha Colômbia, Ivan Duque chegaria à presidência, com um discurso mais duro que seu antecessor em relação a Maduro.

A importância dessas mudanças é, em primeiro lugar, a perda de apoio regional ao governo de Nicolás Maduro em um momento crítico. As viradas políticas na América Latina têm conduzido ao isolamento diplomático da Venezuela, tendo em vista que as instituições mencionadas acima se encontram esvaziadas do papel político que dispunham (VELASCO, P; 2019, p. 6-7). A UNASUL, especialmente, fora essencial na mediação de outras crises na região, o que vem se perdendo nos últimos anos⁴⁸. A diplomacia brasileira, em particular, já vinha reduzindo seu ativismo internacional e disposição em mediar conflitos desde o primeiro

⁴⁸Em abril de 2018, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru suspenderam sua participação no UNASUL por tempo indeterminado, justamente em virtude do impasse com o governo venezuelano acerca da escolha de um novo secretário geral para a instituição.

mandato de Dilma Rousseff (CERVO; LESSA, 2014). Por isso, neste momento, não se delineia uma liderança clara na América Latina, muito menos na crise venezuelana. Alguns presidentes tiveram momentos de destaque ao se pronunciarem sobre a Venezuela, especialmente ao longo do ano de 2017, porém nenhum deles converteu-se em uma busca sistemática por alguma forma de articulação regional que trouxesse uma pacificação negociada ao país. Assim, mostra-se clara a falta de um grupo que goze de legitimidade tanto diante da oposição como do governo para levá-los ao diálogo.

Tal vácuo de liderança permitiu que outros países ensaiassem um maior protagonismo na região. O primeiro deles foi a Argentina de Mauricio Macri, que defendeu a suspensão da Venezuela do MERCOSUL logo após sua eleição. Esse objetivo foi alcançado em dezembro de 2016, porque o país não tinha internalizado acordos e tratados técnicos do bloco dentro do prazo estabelecido, de quatro anos. Por exemplo, o Acordo de Complementação Econômica, que inclui a tarifa externa comum e a eliminação de barreiras tarifárias com os demais membros do bloco, não havia sido implementado pela Venezuela. Em agosto de 2017, uma nova suspensão seria feita, mas com motivações políticas mais claras. Neste caso, foi aplicada a Cláusula Democrática do Protocolo de Ushuaia, que prevê que rupturas democráticas sejam punidas com suspensão. A ruptura em questão teria sido a realização da Assembleia Nacional Constituinte, somada a outras críticas a Maduro, como prisões políticas e atraso nas eleições regionais (WEBER, 2018b, p. 27).

Mesmo governos que mantinham proximidade ao bolivarianismo, como é o caso do Equador, passou a moderar suas declarações em relação a Maduro, criticando a repressão aos protestos no país e pedindo respeito aos direitos humanos. Essa mudança na postura do Equador relaciona-se com a política interna do país após a eleição de Lenín Moreno, em 2017, sucessor de Rafael Correa e a aparente *policy switch* feita pelo novo presidente em uma série de questões, dentre as quais a política externa (IVES, 2018).

A estratégia de isolamento mais clara formou-se com a criação do Grupo de Lima, em agosto de 2017, liderada pelo presidente peruano, Pedro Pablo Kuczynski, que fez algumas das críticas mais duras a Nicolás Maduro⁴⁹. No momento de sua criação, o Grupo de Lima contava com a participação de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica,

⁴⁹Kuczynski, contudo, renunciaria à presidência peruana em março de 2018 para evitar um processo de impeachment.

Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia⁵⁰. Tais países buscaram dar uma resposta regional à crise venezuelana, motivados pela realização da ANC. Na prática, o grupo emitiu apenas declarações criticando ou deslegitimando o governo Maduro em cada evento político de relevância desde 2017. Nesse sentido, não só não reconheceram a Constituinte, como também não aceitaram a reeleição de Maduro, em maio de 2018. Após esse pleito, passaram também a abrir espaço para sanções econômicas, recomendando que cada país adotasse medidas domésticas em seus sistemas financeiros para que impedissem novos empréstimos ao governo Maduro. Assim, conduziram a Venezuela ao isolamento diplomático, rejeitando opções alternativas e a busca por novas rodadas de negociações entre o governo e a oposição (WEBER, 2018b, p. 27-28)⁵¹.

O México de Enrique Peña Nieto também buscou articular, sem sucesso, a maioria de votos necessária para uma resolução mais dura sobre a questão dentro da Assembleia Geral da OEA, em 2017. Nessa votação, mostrou-se ainda presente a força da diplomacia do petróleo venezuelano, que logrou bloquear tal resolução através do apoio de países centro-americanos e caribenhos, zona tradicional de influência da Venezuela. A OEA tornou-se, certamente, o espaço mais dinâmico de debate sobre a crise venezuelana, com importante participação de seu Secretário Geral, Luis Almagro, que se referiu ao episódio de suspensão dos poderes legislativos da Assembleia Nacional como um “autogolpe” de Maduro. A OEA retoma, assim, o papel que vinha tendo a UNASUL na última década de foro para debate político regional. A insistência em discutir a questão foi tratada pelo governo venezuelano como ingerência em seus assuntos internos, levando a Venezuela a anunciar sua retirada da OEA (SANTOS; WEBER, 2017, p. 6-10). Após a reeleição de Maduro, a Venezuela já não conseguiria bloquear esse tipo de votação, o que resultou em uma resolução da Assembleia Geral da OEA que pediu a aplicação da Carta Democrática da OEA e pode levar à sua suspensão do organismo (OEA, 2018, p. 209).

Além das iniciativas acima mencionadas, que dizem respeito ao governo venezuelano e seu isolamento regional, Nicolás Maduro foi pessoalmente denunciado diante do Tribunal Penal Internacional (TPI) por Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Canadá. A denúncia refere-se a crimes de lesa humanidade e violação de direitos humanos, supostamente

⁵⁰O México deixaria de assinar as declarações do Grupo de Lima após a posse de Andrés Manuel López Obrador, em dezembro de 2018. López Obrador defende uma saída negociada para a crise venezuelana, ao lado do governo uruguaio.

⁵¹As negociações só foram retomadas em maio de 2019 e foram intermediadas pela Noruega (CONJUNTURA LATITUDE SUL, 2019, n. 5, p. 7).

cometidos desde 2014, com a repressão a manifestações de rua e perseguição a opositoristas (EL NACIONAL, 2018).

Com o agravamento da crise econômica, da criminalidade e da instabilidade política, cerca de 10% da população da Venezuela decidiu deixar o país. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o número de migrantes chegou a três milhões de pessoas em 2018. A maior parte deles, 2,4 milhões, permaneceu na América Latina, destinando-se especialmente à Colômbia e ao Peru (ACNUR, 2018).

Para além da perspectiva regional, cabe mencionar a atuação de dois países fora da região latino-americana que têm influência na crise venezuelana. A China consolida cada vez mais sua projeção econômica sobre a Venezuela, não apenas concedendo empréstimos e linhas de crédito a Caracas em troca de petróleo, mas também vendendo produtos industrializados ao país e realizando investimentos infraestruturais e energéticos. Para a Venezuela, a China desempenha um papel de contraposição ou mesmo tentativa de substituição à dependência comercial que o país tem com os Estados Unidos. Da parte chinesa, há interesse na América Latina como um todo, região na qual o país vem investindo intensamente nos últimos, especialmente em infraestrutura e na exploração de recursos naturais. Contudo, a China não demonstra interesse pelas cruzadas ideológicas de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, nem pela polarização interna e externa características do período bolivariano. Sua prioridade é uma fonte estável de recursos energéticos e o cumprimento futuro de seus contratos, o que pode tornar-se uma preocupação caso a oposição chegue ao poder no futuro. Estima-se que os empréstimos da China à Venezuela sejam de 62 bilhões de dólares. Esse valor é quase 40% de tudo que Pequim emprestou à toda a América Latina na última década. Aproximadamente um terço desse montante ainda precisa ser pago, sendo a maioria em exportação de petróleo. À medida que a China se tornou o maior credor externo da Venezuela, sua relevância na crise do país é crucial, mesmo que publicamente não se envolva nela (GALLAGHER; MYERS, 2017).

Outro ator extrarregional de relevância é a Rússia, que vem buscando uma reaproximação com a América Latina, processo no qual a Venezuela é um dos países de maior destaque. Não apenas pelo interesse em manter os preços do petróleo elevados, mas também pela rivalidade com os Estados Unidos, a parceria é profícua para ambos os países. A Venezuela se engajou na compra de armas russas e na realização de exercícios navais conjuntos. Os dois países assinaram 51 acordos de cooperação, com ênfase na área técnico-

militar, incluindo a venda de helicópteros e aviões bombardeiros de combate, além de rifles e produção de munição na Venezuela (ROMERO; MIJARES, 2016, p. 184). Em dezembro de 2018, Vladimir Putin e Nicolás Maduro reafirmaram sua parceria em um encontro em Moscou, anunciando um novo pacote de investimento da ordem de seis bilhões de dólares nas áreas de mineração e petróleo, assim como a realização de manobras militares com o uso de bombardeiros russos em território aéreo venezuelano (G1, 2018).

Embora a relação da Venezuela com a China e a Rússia venha desde o governo Chávez, a importância desses países mostra-se mais clara justamente na crise venezuelana. Com o estrangulamento das fontes de crédito da Venezuela, ambos têm contribuído para aliviar a situação fiscal do governo. Enquanto a China permanece como fiador econômico e segundo maior importador de petróleo do país, a Rússia é quem tem se posicionado mais fortemente em defesa do mandato de Maduro e feito demonstrações públicas de sua aliança militar com Caracas.

3. 5 Grupos de interesse e sustentação doméstica do governo Maduro

Nesta seção, avaliaremos dois grupos principais de apoio a Nicolás Maduro: seu próprio partido, o *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV), e a *Fuerza Armada Nacional Bolivariana*.

3. 5. 1 As cisões no chavismo sob Nicolás Maduro

Primeiramente, cabe avaliar a coesão interna do PSUV, especialmente após a morte de seu líder, Hugo Chávez, em 2013. Ao contrário de Chávez, Maduro não é um militar e não participou do golpe de 1992. Maduro foi maquinista de metrô e sindicalista até ingressar de fato na política como deputado constituinte, tendo sido presidente da Assembleia Nacional entre 2005 e 2006, cargo deixado para ser chanceler do país até 2013, quando concorreria à presidência. Assim, mais do que falta de carisma, Maduro também não tem os mesmos laços políticos que Chávez possuía e outros chavistas possuem com a hierarquia militar.

O segundo nome mais forte do chavismo é Diosdado Cabello, um militar que acompanhou Chávez ao longo de toda sua trajetória política, tendo ocupado diversos

ministérios e cargos eletivos, como deputado, governador e vice-presidente. Por vezes, Cabello já foi apontado pela imprensa como o homem forte do governo (EL PAÍS, 2017; CHARLEAUX, 2017) ou como quem controla os militares (VIANA, 2017). Outras análises afirmam que Cabello disputa internamente a liderança com Maduro e que a eleição de Delcy Rodríguez, ex chanceler de Maduro, para a presidência da Assembleia Nacional Constituinte, seria uma vitória de Maduro sobre Cabello, dada a proximidade de Rodríguez com o presidente. Publicamente, contudo, Maduro, Cabello e Rodríguez seguem alinhados politicamente, assim como outro militar com relevância política, o Ministro da Defesa, Vladimir Padrino López, que ocupa o cargo desde 2014.

De acordo com Martinez e Pedroso (2016, p. 107), o Poder Executivo passou a ser mais permeável a distintas posições dentro do chavismo após a posse de Maduro, abrindo espaço também para críticas públicas, especialmente no que tange à condução da economia. Como afirmado anteriormente, o ano de 2014 marcou uma divisão crescente na oposição a Maduro, entre alas mais moderadas e radicais. Esse ano também foi marcado por cisões no PSUV, com a saída de nomes representativos do chavismo, que se mostravam contrários a Maduro em alguns pontos. Um deles foi Jorge Giordani, Ministro do Planejamento de maneira quase ininterrupta desde 1999. Giordani deixou o cargo em junho de 2014 com uma carta pública em que criticou a política econômica do novo presidente, o descontrole fiscal do governo e as nomeações de quadros inexperientes (GIORDANI, 2014). Ademais, insinuava uma aproximação de Maduro com setores rentistas, dizendo que:

[...] a política em relação aos agentes privados é no mínimo confusa e as pressões desses agentes parecem abrir caminho para a reinstalação de mecanismos financeiros capitalistas que satisfaçam as tentativas de recapturar o excedente de petróleo pela via financeira (GIORDANI, 2014, online, tradução nossa)⁵².

Alguns meses após a carta de Giordani, o grupo *Marea Socialista* (MS) retirou-se do PSUV, tendo sido a primeira cisão partidária desde sua fundação. A MS surgiu como uma corrente sindical em 2007 e participou da fundação do PSUV. Declara-se não estalinista, não autoritária e como a vanguarda da esquerda no país (MAREA SOCIALISTA, 2019). Permanecendo fiel na defesa da revolução bolivariana, a MS tornou-se a face mais visível do “chavismo crítico”. Atualmente, o grupo é composto por sindicalistas, acadêmicos, intelectuais e coletivos que se definem como à esquerda do chavismo. Segundo a *Marea*

⁵²Do original, em espanhol: [...] la política frente a los agentes privados es al menos confusa y las presiones de esos agentes parecen abrir camino a la reinstalación de mecanismos financieros capitalistas que satisfagan los intentos de recapturar excedente petrolero por la vía financiera (GIORDANI, 2014, online).

Socialista, o chavismo estaria recebendo a adesão de forças à direita do movimento original, não apenas de socialdemocratas e reformistas, mas também mais conservadoras e reacionárias, associadas à chamada boliburguesia, a burguesia do bolivarianismo (BREUER, 2015, p. 21):

O que também é evidente, é que a oposição de direita tradicional (há os que consideram que o Governo-PSUV já é outra direita) está dividida em suas táticas já que uma parte (liderada por Henri Falcón) assumiu uma atitude mais conciliatória, enquanto que a outra tem uma linha conspirativa-insurreccional à sombra dos Estados Unidos e dos governos mais direitistas da região. Esta fração da direita venezuelana, que esteve nucleada na ex-MUD agora está principalmente na Frente Ampla, partidários do que chamam “unidade nacional contra a ditadura” (MAREA SOCIALISTA, 2018).

As críticas feitas pela MS no momento de sua saída foram de que Maduro não enfrentava a corrupção em seu governo e de que estaria tomando um rumo contrário à revolução, assim como dando sinais de autoritarismo. A corrente também criticou a existência de sectarismo dentro do PSUV e falta de espaço para críticas internas. Desde então, foi negada sua constituição como partido político pelo *Consejo Nacional Electoral*. A MS também foi contrária à suspensão do referendo revogatório em 2016, que poderia interromper o mandato de Maduro. O grupo vem buscando formar uma alternativa ao madurismo, através da *Plataforma Del Pueblo em Lucha y del Chavismo Crítico*, ainda sem sucesso. Nas eleições presidenciais de 2018, decidiram apoiar Reinaldo Quijada, do partido *Unidad Política Popular 89* (UPP 89), que terminou a eleição em quarto lugar e 0,39% dos votos (CNE, 2018).

Outro político relevante no campo crítico a Maduro é Rafael Ramírez, presidente da PDVSA entre 2004 e 2014 e representante da Venezuela na ONU entre 2015 e 2017. Apelidado de “czar do petróleo”, também deixou o cargo por criticar o governo (RAMÍREZ, 2019). À semelhança de Jorge Giordani, Ramírez aponta uma guinada na política econômica do país, criticando, de um lado, um pacote liberal de reformas lançado após a reeleição e, de outro, o aumento das formas de controle social:

Maduro se autoproclamou como filho de Chávez e começou a fazer exatamente o oposto. Sustento que uma coisa é o ‘madurismo’ e outra, o chavismo. Mas é preciso ver os fatos. Destruíu nossa indústria de petróleo, é culpa dele, sua responsabilidade, e destruiu em menos de quatro anos. Destruíu nossa economia. Além disso, Maduro, especialmente depois do seu anúncio de 16 de agosto, tentou implantar à força um pacote econômico que seria a inveja de qualquer programa neoliberal no mundo. Não há paixão, as pessoas sabem que Maduro não representa Chávez. O que aconteceu é que ele investiu muito dinheiro para estabelecer mecanismos de controle social, o que Chávez nunca teria feito, como a questão da caixa CLAP [*Comités Locales de Abastecimiento y Producción*], o tema do chamado cartão da pátria, os bônus. Criou uma estrutura que nada tem a ver com o chavismo (RAMÍREZ, 2019, online).

As críticas mais recentes a Maduro partiram de Luisa Ortega Díaz, Procuradora Geral da República por quase dez anos (2008-2017), quando foi destituída pela Assembleia Nacional Constituinte. Ortega Díaz é uma chavista histórica, mas que passou a questionar o governo pela repressão e violência nos protestos, assim como pela suspensão dos poderes da Assembleia Nacional no final de março de 2017, e pela convocação da Constituinte sem uma consulta à população em abril do mesmo ano. Seus bens haviam sido congelados em junho e ela fora também proibida de sair do país. Ela acabou refugiando-se na Colômbia e agora coopera com diferentes países em operações de combate à corrupção que envolvem o governo Maduro.

Giordani, Ramírez e Ortega Díaz colocam-se como parte do que seria o “chavismo originário” ou “chavismo crítico”, buscando manter intacta a imagem de Chávez, mas se distanciando do “madurismo”. Segundo eles, o único erro de Chávez teria sido optar por Maduro como seu sucessor (MARTIZ, 2019). Além dos políticos citados, que ocupavam cargos no Poder Executivo e no Poder Cidadão (análogo ao Ministério Público), também houve cinco parlamentares que abandonaram a coalizão do PSUV. Quatro deles retiraram-se em agosto de 2017, motivados pela realização da Constituinte, discordando da maneira com que ela foi convocada. O grupo criou uma nova ala na Assembleia Nacional, intitulada *Bloque de Parlamentarios Socialistas*. Uma quinta deputada abandonou a coalizão em 2018, criticando a política econômica e o sectarismo do governo Maduro, mas se manteve independente (MORILLO, 2017; LEON, 2018).

Outros sinais de fratura dentro do chavismo vêm do eleitorado e podem indicar uma tendência. Uma pesquisa do *Proyecto de Integridad Electoral Venezuela* do *Centro de Estudios Políticos de la Universidad Católica Andrés Bello*, feita em de abril de 2015 aponta para o surgimento de novas identidades políticas no país. Uma delas é o “chavismo não madurista”, ou seja, cidadãos venezuelanos que simpatizam com o legado de Chávez, mas rejeitam cada vez mais seu sucessor. Segundo a pesquisa, 16,4% do eleitorado total estaria nessa categoria, o que corresponde a 52% dos eleitores chavistas (BRICEÑO, 2015, p. 1). A tendência apontada pela pesquisa comprovou-se nas eleições legislativas no final de 2015, quando o PSUV obteve apenas 32,93% dos votos e perdeu a maioria dos assentos para a oposição (CNE, 2015).

Não ocorreu, entretanto, um encontro das lideranças políticas chavistas acima mencionadas com a parcela da população descontente com Maduro. Ou seja, ainda não se vislumbra uma espécie de “terceira via” na Venezuela que logre disputar o legado de Chávez

com o madurismo. Como mencionado, a *Marea Socialista* não conseguiu preencher esse espaço. A oposição tradicional a Maduro vinha buscando adaptar seu discurso eleitoral para essa parcela do eleitorado: o candidato à presidência em 2012 e 2013, Henrique Capriles, derrotado tanto por Chávez quanto Maduro, fez acenos aos beneficiários das políticas sociais chavistas, defendendo sua manutenção, mas não obteve a maioria dos votos.

O desempenho eleitoral do PSUV pode refletir o desencanto da população com o governo, como mostrado na tabela abaixo. Nicolás Maduro recebeu, em 2013, 600 mil votos a menos que Chávez havia recebido em 2012, contra o mesmo candidato, Henrique Capriles. Capriles, por sua vez, alavancou seu eleitorado em mais de 770 mil pessoas no mesmo período (seis meses) entre as duas eleições (CNE, 2012; 2013). No último pleito presidencial, em 2018, Henri Falcón tentou se colocar como uma opção moderada e diferente da tradicional, inclusive por já ter feito parte do PSUV. Contudo, apenas 45% dos eleitores compareceram às urnas, diferente dos 80% em 2013. Nessa ocasião Maduro recebeu mais de 1.300.000 votos a menos do que quando foi eleito pela primeira vez, mas, porcentualmente, obteve mais de 67% dos votos, dada a alta abstenção (CNE, 2018). Desse modo, a estratégia de lançar um nome alternativo a Maduro ainda não surtiu efeito, seja na oposição tradicional, seja através de políticos mais próximos do chavismo⁵³. Mais do que isso, pela primeira vez em duas décadas a oposição lançou um candidato que não obteve mais de 30% dos votos para presidente. Desde 1998, a corrida presidencial é altamente polarizada entre o chavismo e outro candidato, com terceiros candidatos que conquistam montantes irrisórios do eleitorado. Na última eleição, em 2018, a falta de um candidato claro de oposição levou à divisão de votos entre Henri Falcón (20,93%) e Javier Bertucci (10,82%), segundo e terceiro colocados, respectivamente.

⁵³Com a recente autoproclamação do deputado Juan Guaidó como presidente interino, em janeiro de 2019, a polarização política no país aumentou. Guaidó pertence ao partido *Voluntad Popular*, que sempre defendeu posições mais radicais contra Maduro e é também o partido de Leopoldo López. A oposição moderada saiu perdendo com a estratégia de Guaidó, que não foi um movimento articulado com os outros partidos opositoristas (G1, 2019). Por outro lado, novos agrupamentos do que seria o chavismo crítico despontaram após os eventos de janeiro, embora pouco organizados em uma frente única (MOLEIRO, 2019).

Tabela 2 – Resultados de Eleições Presidenciais (1998-2018)

Ano	Eleito	Votos	%	2º Colocado	Votos	%	Abstenção
1998	Hugo Chávez	3.673.685	56,2	Henrique Römer	2.613.161	39,97	36,55%
2000	Hugo Chávez	3.757.773	59,76	Arias Cárdenas	2.359.459	37,52	43,59%
2006	Hugo Chávez	7.309.080	62,84	Manuel Rosales	4.292.466	36,9	25,3%
2012	Hugo Chávez	8.191.132	55,07	Henrique Capriles	6.591.304	44,31	19,51%
2013	Nicolás Maduro	7.587.579	50,61	Henrique Capriles	7.363.980	49,12	20,32%
2018	Nicolás Maduro	6.248.824	67,84	Henri Falcón	1.927.958	20,93	53,93%

Fonte: CNE, 1998; 2000; 2006; 2012; 2013; 2018. Elaboração do autor.

Diante das cisões dentro do PSUV, o rumo tomado pelo governo não tem sido de buscar repactuar sua própria base partidária ou conciliar diferenças. Como apresentado na seção seguinte, a crise política levou Maduro a ampliar o espaço dos militares no governo através de nomeações para cargos políticos e mesmo privilégios em atividades de caráter econômico.

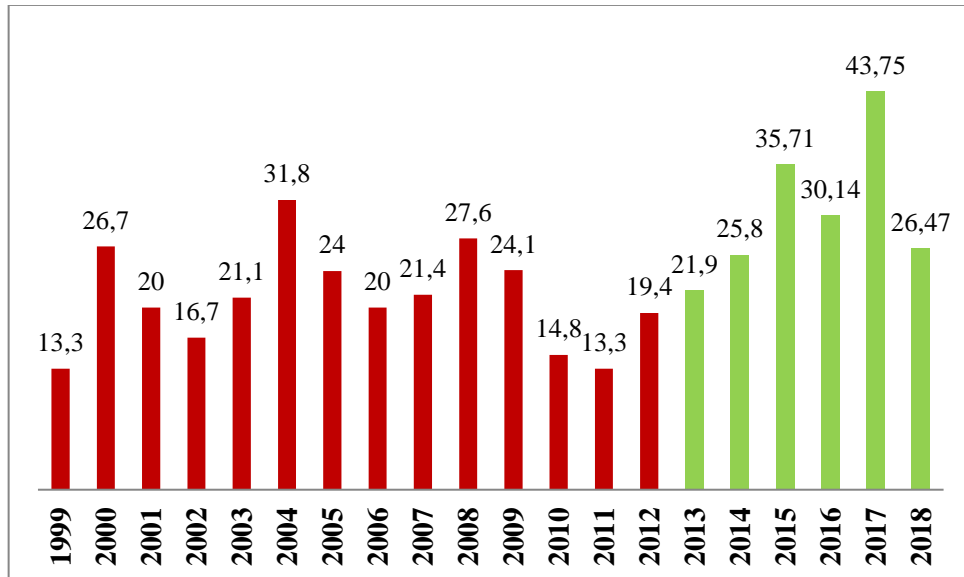
3. 5. 2 O crescimento do poder político e econômico dos militares

A importância dos militares na sustentação do governo de Nicolás Maduro é por vezes negligenciada pela literatura acadêmica e pela cobertura midiática. Ao longo dos protestos de 2017, que duraram meses, a crise econômica e a insatisfação nas ruas foram apresentados como indicadores de uma queda iminente do governo⁵⁴. Contudo, o protagonismo crescente das Forças Armadas na vida política da Venezuela pode apontar para um cenário distinto, no qual não haverá mudança no grupo que governa o país sem apoio militar. O gráfico abaixo demonstra o espaço ocupado pelos militares no gabinete ministerial ao longo dos mandatos de Hugo Chávez, em vermelho, e Nicolás Maduro, em verde. O auge da participação militar em ministérios foi 2017, chegando a mais de 40%. A média dos 14 anos de governo Chávez é de 21,01%, enquanto os seis anos do primeiro mandato de Maduro apresentam a proporção média de 30,62%. Ou seja, existe uma clara tendência de aumento de postos do Executivo dirigidos por militares. Além dos cargos que são nomeados pelo presidente, há também uma

⁵⁴Essa apresentação pelos principais veículos midiáticos voltaria a se repetir a partir de janeiro de 2019, quando o deputado Juan Guaidó se autoproclamou presidente interino do país, gerando uma onda de reconhecimento e apoio internacional. Houve a expectativa de que o governo Maduro desmoronaria em alguns dias, o que não ocorreu.

presença significativa de militares em cargos eletivos: sete dos 19 governadores eleitos pelo PSUV em 2017 são militares, em sua maioria do Exército.

Gráfico 6 - Porcentagem de militares em cargos de ministro (1999-2018)
*média anual



Fonte: Control Ciudadano, 2018 ; Von Bergen, 2015. Elaboração do autor.

Como afirmando no capítulo anterior, mudanças institucionais no tocante ao papel político dos militares vêm desde o governo de Hugo Chávez. De acordo com Romero (2016, p. 65), o sistema político que precedeu o chavismo tinha como uma de suas bases a neutralidade das Forças Armadas diante do resultado das eleições. Essa suposta neutralidade já não se observava no ano de 1992, quando duas tentativas de golpe de Estado abalaram a democracia venezuelana, uma delas liderada por Chávez. Após sua eleição e, principalmente, após a tentativa de golpe frustrada em 2002 que teve apoio de um setor do exército, Hugo Chávez passou a modificar a estrutura militar do país através de uma depuração da instituição contra os participantes do golpe, e também através de uma nova doutrina militar, que incluía a politização constante dos soldados como parte atuante, não neutra nem autônoma, do processo revolucionário:

A Força Armada Nacional Bolivariana, como se chama desde 2005, sofreu uma profunda mudança como instituição e em relação à sua doutrina desde 1999, quando deixou de ser uma instituição autônoma, para se tornar o corpo armado do processo chavista. De fato, quando o então presidente da Venezuela Hugo Chávez reiterou que suas forças armadas eram chavistas, ele não dizia nada de estranho. A organização militar foi "colonizada" por um grupo de militares aposentados e ativos que são a favor da revolução bolivariana. É neste contexto que as Forças Armadas se tornam uma questão prioritária para o governo de Maduro, numa época em que se

gera uma grande incerteza sobre a era pós-Chávez (ROMERO, 2016, p.77, tradução nossa)⁵⁵.

Embora já fosse possível observar a influência dos militares no governo de Hugo Chávez, é importante destacar que o governo de Nicolás Maduro não representa meramente um “chavismo sem Chávez”. Passados mais de seis anos na presidência, Maduro se provou um político mais habilidoso do que se imaginara, mesmo que sem o carisma de seu antecessor. Tanto do ponto de vista da existência de uma crise com novos componentes, quanto do ponto de vista da direção autoritária que o governo vem tomando, há diferenças importantes entre os dois presidentes. Sob Maduro, a influência dos militares na política continuou, mas se expandiu para outras áreas, como a condução da economia. A escolha feita por Maduro diante da crise econômica não foi a de implementar reformas, mas de ampliar o sistema de controles sobre a economia nacional. Com a continuação da crise, foi levado a ceder cada vez mais espaços de poder econômico para os militares, de modo não visto no período anterior:

[C]om o presidente Maduro, seu papel tornou-se predominante, pois militares ativos e aposentados receberam o controle do setor elétrico, do metrô de Caracas, das empresas de alumínio, ferro e aço no sul do país, bem como portos e aduanas. A partir de 2013, foram formadas quatro empresas militares: o *Banco de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana* (BANFANB), um canal de televisão (TVFANB), EMILTRA para o transporte de carga por via aérea, marítima e terrestre e a empresa agrícola AGROFANB. (JÁCOME, 2018, p. 125-126, tradução nossa, grifo nosso)⁵⁶.

Mesmo sem apresentar resultados na recuperação econômica do país após a criação das empresas acima, Maduro ampliou a atuação dos militares em 2016, desta vez em setores ainda mais estratégicos. Foi criada a *Compañía Anónima Militar de Industrias Minera, Petrolífera y de Gas* (CAMIMPEG), que firmou acordos com a PDVSA e deve ter um papel importante no Arco Mineiro do Orinoco. O Arco foi estabelecido por decreto em 2016 e compreende cerca de 13% do território nacional. A exploração de minérios como ouro, diamantes, coltan, bauxita e cobalto vem sendo anunciada pelo governo como uma alternativa

⁵⁵Do original em espanhol: La Fuerza Armada Nacional Bolivariana, tal como se le conoce desde el año 2005 ha experimentado un profundo cambio como institución y en relación a su doctrina desde el año 1999, al dejar de ser una institución autónoma, para convertirse en el cuerpo armado del proceso chavista. De hecho, cuando el entonces presidente de Venezuela Hugo Chávez reiteró que sus fuerzas armadas eran chavistas, no estaba diciendo algo extraño. La organización militar se ha “colonizado” por un grupo de militares retirados y activos que están a favor de la revolución bolivariana. Es dentro de este contexto que la Fuerza Armada se convierte en un tema prioritario para el gobierno de Maduro, en el momento en que se genera una gran incertidumbre sobre la era post-Chávez (ROMERO, 2016, p. 77).

⁵⁶Do original, em espanhol: [C]on el presidente Maduro su papel pasó a ser predominante, ya que se les otorgó a militares activos y retirados el control del sector eléctrico, el metro de Caracas, las empresas de aluminio, hierro y acero en el sur del país, así como los puertos y las aduanas. A partir de 2013, se conformaron cuatro empresas militares: el Banco de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana (BANFANB), un canal de televisión (TVFANB), EMILTRA para transporte de carga por aire, mar y tierra y la empresa agrícola AGROFANB (JÁCOME, 2018, p. 125-126).

promissora para superar a dependência histórica do rentismo petrolero (JÁCOME, 2018, p. 126).

O auge do protagonismo dos militares em matéria econômica, entretanto, veio com a nomeação de Manuel Quevedo, major-general da Guarda Nacional Bolivariana, para a presidência da PDVSA e para o Ministério de Petróleo e Energia, em 2017. Na época, a decisão foi justificada por Maduro como uma forma de combater a corrupção na PDVSA, visto que nos meses anteriores havia ocorrido uma onda de demissões de funcionários corruptos. Também foram entregues a militares o comando das pastas de Comércio Exterior e Investimentos Internacionais, Habitação e Transporte (DEUTSCHE WELLE, 2017b).

A influência dos militares também se manifesta no controle da distribuição de alimentos. Desde 2016, a *Gran Misión Abastecimiento Soberano y Seguro* importa e distribui alimentos dentro do país através dos *Comités Locales de Abastecimiento y Producción* (CLAPs), que entrega cestas com produtos essenciais às famílias em regiões pobres a preços subsidiados. Inicialmente pensados como uma forma de organização comunitária para fazer frente ao desabastecimento, os CLAPs tornaram-se uma das ferramentas mais importantes de manutenção da fidelidade política nas camadas menos favorecidas da população. Os CLAPs estão sob o comando direto do Ministro da Defesa, Vladimir Padrino López. Ademais, com a criação do *Plan Rubro por Rubro*, o governo colocou um general à frente da distribuição de cada produto específico, de produtos alimentícios a bens essenciais, como produtos de higiene. Desse modo, os militares têm um papel relevante não apenas na alta política e no comando da economia nacional, mas também na vida cotidiana da população (VIANA, 2017). A cooptação desse grupo também teve impactos sobre a própria instituição militar:

Em conclusão, a Venezuela tornou-se um exemplo claro dos riscos que se enfrentam quando a institucionalidade militar é submetida à ideologização e convertida em fator de apoio a um determinado projeto político. Em primeiro lugar, lealdades políticas e ideológicas podem gerar indisciplina e quebra de hierarquia; da mesma forma, geram um esquema interno na instituição de "amigo / inimigo", o que leva a atritos e divisões; e, finalmente, a inteligência passa a ter um papel preponderante de controle (JÁCOME, 2018, p. 124-125, tradução nossa)⁵⁷.

De fato, não apenas os militares adentraram na política, como a sociedade venezuelana passou por um processo de militarização. Além das forças tradicionais (Exército, Marinha e

⁵⁷Do original, em espanhol: En conclusión, Venezuela se ha convertido en un claro ejemplo de los riesgos que se enfrentan cuando la institucionalidad militar es sometida a la ideologización y convertida en un factor de apoyo para determinado proyecto político. En primer término, las lealtades políticas e ideológicas pueden generar indisciplina y quiebre de la jerarquía; asimismo, generan un esquema interno en la institución de «amigo/enemigo», que lleva a fricciones y divisiones; y, por último, la inteligencia pasa a tener un papel preponderante de control (JÁCOME, 2018, p. 124-125).

Aeronáutica), a Venezuela possui diferentes corpos de segurança, com funções diferentes. A Guarda Nacional Bolivariana (GNB) é a força policial de uso cotidiano para preservação da ordem interna e monitoramento de fronteiras. É também a que mais atua na repressão a protestos contrários ao governo, acusada de uma série de delitos. Embora tenham ocorrido distintas rebeliões internas nos últimos anos, os integrantes da GNB teriam muito a temer no caso de queda do governo Maduro, dadas as acusações de violação de direitos humanos, corrupção e narcotráfico. As acusações mais extremas afirmam até mesmo a existência de uma organização criminosa dentro da FANB, o "*Cartel de Los Soles*", em referência às estrelas douradas usadas pela Guarda Nacional Bolivariana em suas ombreiras. *Los Soles* seria um cartel de cocaína que operaria em conjunto com guerrilhas e paramilitares na fronteira com a Colômbia. Políticos e militares de proeminência nacional, como Diosdado Cabello e Tareck El Aissami, fariam parte do grupo (DIEHL, 2019). Algumas dessas acusações chegam ao círculo familiar de Maduro. Em 2015, dois sobrinhos da primeira-dama, Cilia Flores, foram presos no Haiti e levados aos Estados Unidos pela *Drug Enforcement Administration* (DEA), onde seriam julgados e condenados pela tentativa de transportar 800 quilos de cocaína para o território americano (FAUS, 2016). A despeito das acusações e indícios, não há provas do envolvimento direto do governo no narcotráfico.

No governo Maduro, também foram criadas novas ações na área da segurança. Desde 2015, com a criação da *Operación de Liberación y Protección del Pueblo* (OLP), cresceram as denúncias de excessos policiais pelas forças de segurança, muitas vezes com o rosto coberto. As referidas operações atuam cercando determinadas zonas urbanas e checando os antecedentes das pessoas no perímetro cercado. Em 2017, Nicolás Maduro criou uma Força de Ações Especiais (FAES), para combater o crime organizado e o terrorismo, mas que são acusados de agir contra civis simpáticos à oposição, intimidando cidadãos em suas residências e mesmo os executando extrajudicialmente. Com o declínio da popularidade de Maduro, eclodiram protestos em bairros considerados bastiões históricos do chavismo, e que agora se tornam alvo de ações das FAES e da OLP (ANDREANI, 2018, p. 48).

O aspecto mais claro da militarização da sociedade venezuelana, contudo, está na Milícia Nacional Bolivariana (MNB), criada em 2008 por Chávez e subordinada diretamente à presidência. Formada por voluntários civis que recebem treinamento militar regularmente, o grupo teria crescido de 430 mil para 1,6 milhão entre abril e dezembro de 2018, segundo o próprio Maduro. O presidente refere-se à MNB com frequência para sustentar o enraizamento

que o bolivarianismo teria na população, disposta a defender a soberania nacional de qualquer ataque externo (GARCÍA, 2019).

Além da MNB, os chamados *colectivos bolivarianos* são outra face da militarização da sociedade venezuelana. Criados ainda em 2001 para promover a democracia participativa e as políticas sociais em nível local, os *colectivos* se tornaram cada vez mais importantes na distribuição de alimentos e remédios em suas comunidades e, também, no choque com opositores em manifestações. A oposição acusa o governo de ter armado tais grupos, transformando-os em um braço paramilitar do bolivarianismo, responsáveis por reprimir protestos e mesmo de sequestrar e matar opositores. Contudo, como não se trata de uma força de segurança formal, o governo não assume responsabilidade sobre a atuação dos *colectivos*, que parecem ter atingido certa autonomia diante dos políticos locais ao qual eram originalmente vinculados. Assim, a atuação desses grupos é contraditória:

[...] segundo alguns, são organizações comunitárias que trabalham em favor de seus bairros; segundo outros, são paramilitares controlados e dirigidos pelo Estado; para outros, são grupos anárquicos que açoitam impunemente não apenas manifestantes da oposição durante as marchas, mas também seus próprios vizinhos, e que controlam na base do terror e da violência o descontentamento popular que não para de explodir em bairros populares apesar da crise (VELASCO, A; 2017, p. 5, tradução nossa)⁵⁸.

O processo de militarização da sociedade venezuelana é crescente. A baixa separação entre as funções de segurança e defesa e a busca pela união cívico-militar, presente desde o início do chavismo, colocam a Venezuela em uma situação fértil para o aumento da violência política e possivelmente um conflito civil. Os *colectivos* e a Milícia Nacional Bolivariana não são grupos homogêneos ou necessariamente fiéis ao governo, o que lança questionamentos sobre o papel que essa face civil, mas militarizada, desempenharia diante do colapso do Estado e da desorganização das Forças Armadas, caso a crise no país chegue a esse ponto.

⁵⁸Do original, em espanhol: [...] según algunos, son organizaciones comunitarias que trabajan en favor de sus barrios; según otros, se trata de paramilitares controlados y dirigidos por el Estado; para otros más, son grupos anárquicos que azotan impunemente no solo a manifestantes opositores durante las marchas, sino también a sus propios vecinos, y que controlan a punta de terror y violencia el descontento popular que no termina de estallar en barrios populares pese a la crisis (VELASCO, 2017, p. 5).

3. 6 Uma política externa inalterada em um contexto de crise

Como se observa pelas seções anteriores deste capítulo, o governo de Nicolás Maduro é, principalmente, um governo sob crises constantes e recorrentes. O período de bonança petroleira, avanços sociais e prestígio internacional da Era Chávez contrastam com o isolamento internacional e a contestação doméstica enfrentados pelo sucessor de Hugo Chávez. Entretanto, as linhas gerais da política externa de Maduro permaneceram inalteradas. Como apresentado no início deste trabalho, a hipótese que apresentamos para explicar essa continuidade está nos grupos de interesse que encontram espaço na gestão de Maduro e asseguram que suas preferências sejam respeitadas na execução da política externa.

Ainda são muito incipientes os trabalhos que versam sobre a transição entre Chávez e Maduro. Romero e Mijares (2016, p. 167), por exemplo, sustentam que há muitas dificuldades para que a política externa de Maduro continue sendo expansiva como no período Chávez: fragmentação sociopolítica interna, tensões regionais e a dinâmica do mercado de energia atuariam como obstáculos para uma atuação internacional mais assertiva. Por outro lado, essas dificuldades atuariam como um estímulo para uma crescente centralização interna de poder. A tendência de centralização estaria relacionada com a sustentação de Maduro dentro do próprio chavismo, dada sua falta de experiência militar e carisma pessoal. A legitimidade de Maduro está largamente baseada na continuação do legado de Chávez, o que inclui a política externa buscada por seu antecessor. Entretanto, dadas as mudanças domésticas e internacionais, tal continuidade coloca-se como uma “necessidade tóxica” para Maduro. Por isso, na visão desses autores:

A "doutrina Maduro" é uma sobrevivência do regime político chavista sob condições adversas, por isso assume uma configuração defensiva, em vez de uma ofensiva, retrai-se em vez de ser assertiva, submetendo-se às suas reais possibilidades em uma fase pós-carismática e com rendimentos de petróleo declinantes (ROMERO, MIJARES, 2016, p. 190)⁵⁹.

Em nossa interpretação, embora seja um fato a necessidade de Maduro lutar pela sua sobrevivência política, como apontado pelos autores, sua política externa não é apenas reativa ou defensiva diante do contexto internacional. O que é intrigante é que, diante de tamanhas adversidades, Maduro não tenha apresentado algum nível de reorientação que reduzisse os

⁵⁹Do original, em inglês: ‘Maduro’s doctrine’ is a survival from the Chavista political regime under adverse conditions, for it assumes a defensive configuration, instead of an offensive one, it retracts instead of being assertive, submitting itself to its real possibilities in a post-charismatic and falling oil incomes phase (ROMERO, MIJARES, 2016, p. 190).

custos da política externa bolivariana e sua postura antiestadunidense. Foi durante o período Maduro que Irã e Cuba melhoraram suas relações com Washington, dois parceiros importantes da Venezuela e que por décadas foram tratados como párias por Washington. Para além de algumas poucas declarações de Maduro em relação a Obama e Trump, não há nenhum indício evidente de que Caracas cogite uma normalização política com os Estados Unidos, hoje seu maior inimigo público – e, paradoxalmente, principal parceiro comercial. Ou seja, fossem os estímulos externos, tanto da economia internacional, como das mudanças políticas regionais e globais, poderíamos esperar alguma inflexão no bolivarianismo, o que não ocorreu. Uma normalização com Washington poderia trazer alívio econômico à Venezuela em matéria de comércio e investimentos, além de uma reversão do atual isolamento internacional.

Carlos Romero (2016, p. 79-80) observa que Maduro não só continuou, como aprofundou a política externa de Chávez, com aumento de viagens do presidente e de diplomatas, celebração de acordos bilaterais e apoio a organizações regionais. Em 2014, a Venezuela conseguiu eleger-se membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para um mandato de dois anos, objetivo no qual Chávez fracassou em 2006. A Venezuela também foi bem sucedida, em boa parte do primeiro mandato de Maduro, em bloquear tentativas dentro da OEA para condenar ou criticar o governo através de resoluções.

Passados seis anos de governo do presidente Nicolás Maduro (2013-2018), completando assim um mandato e tendo sobrevivido a distintas crises, não se pode mais afirmar que se trata de um governo frágil. A despeito do crescimento da oposição, que conquistou a maioria dos votos na eleição parlamentar de 2015, e também de uma crítica de amplos setores da sociedade, inclusive dos mais pobres, Maduro manteve-se no cargo. Nesse sentido, até o momento, o madurismo apresentou claras condições de se manter no poder.

A hipótese explicativa que propusemos está à luz de abordagens teóricas liberais apresentadas no Capítulo 1. A política externa de Chávez mantém-se sob Maduro porque grupos de interesse que ganharam espaço político e econômico anteriormente também continuam entrincheirados no governo atual. Eles lograram fazer com que uma política externa favorável a seus interesses permaneça inalterada. Tais grupos são, principalmente, o alto escalão da *Fuerza Armada Nacional Bolivariana* e o *Partido Socialista Unido de Venezuela*, sendo que nosso trabalho deu prioridade analítica à FANB.

Uma explicação complementar seria a de que Maduro mantém uma política externa antiestadunidense tendo em vista a disputa de poder interno. Ou seja, seu discurso seria

voltado também a seu eleitorado e à manutenção do mesmo repertório de Hugo Chávez. Poderíamos, então, estender a interpretação de Pedroso (2018, p. 26-27) em relação ao governo Chávez, também para o governo Maduro. Assim, a ideia de um inimigo externo e a manutenção de uma relação de inimizade com os Estados Unidos seria conveniente ao projeto político de Maduro e à sua disputa com a oposição doméstica.

A tendência autoritária de Nicolás Maduro também auxilia a compreender sua política externa. Como apresentado, a Venezuela encontra-se isolada diplomaticamente, foi duplamente suspensa do MERCOSUL, está sob sanções econômicas de seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos, e com dificuldade de acesso a fontes de financiamento externo. Estima-se que esse cenário tenha levado cerca de 10% de sua população a emigrar. Assim, cada vez mais a política externa bolivariana gera impactos sobre a população, afetada pela crise econômica. Então, por que não há sinais de mudança? As inovações institucionais herdadas da Era Chávez e a introdução de novas alterações, dentre as quais se destacam os privilégios econômicos para militares e a realização da Assembleia Nacional Constituinte, permitem que os grupos de interesse citados definam os rumos do governo e sua política externa, mesmo que esta venha com crescentes custos para a sociedade venezuelana em geral.

Como afirmado no Capítulo 1, uma política externa arriscada pode ser explicada a partir da constatação de que determinados grupos, mesmo que pouco representativos da maior parte da sociedade, são aqueles mais bem posicionados nas instituições políticas:

Assim, o comportamento agressivo - o recurso voluntário à política externa dispendiosa ou arriscada - é mais provável em instituições não democráticas ou desiguais nas quais os indivíduos privilegiados podem facilmente repassar os custos para os outros (MORAVCSIK, 1997, p. 531, tradução nossa)⁶⁰.

Instituições pouco democráticas ou regimes híbridos, que combinam traços autoritários com democráticos, são mais suscetíveis à representação enviesada de determinados grupos, suas preferências e interesses (MILNER, 1997, p. 18). Se há forte viés na representação política, tais grupos podem capturar as instituições governamentais, fazendo valer seus interesses e repassando os custos de suas decisões a outros atores sociais. O processo constituinte pelo qual passa a Venezuela desde 2017, proposto sem justificativas, escancara o desejo do governo Maduro de fazer uma manobra política para solapar a

⁶⁰Do original, em inglês: If, following assumption 1, most individuals and groups in society, while acquisitive, tend also to be risk-averse (at least where they have something to lose), the more unbiased the range of domestic groups represented, the less likely they will support policies that impose high net costs or risks on a broad range of social actors. Thus aggressive behavior—the voluntary recourse to costly or risky foreign policy—is most likely in undemocratic or inequalitarian polities where privileged individuals can easily pass costs on to others (MORAVCSIK, 1997, p. 531).

Assembleia Nacional, de maioria opositora. A Constituinte, por sua vez, elegeu uma totalidade de políticos pró-governo.

Os ganhos com a política externa bolivariana são especialmente significativos para as Forças Armadas. Como já afirmado, o protagonismo dos militares manifesta-se desde a ocupação de cargos de alta visibilidade, como a presidência da PDVSA, como em atividades mais rotineiras do dia a dia da população. Assim, estão presentes, no controle de portos e aeroportos, na importação e distribuição de comida, no setor bancário e de mineração. Uma fonte abundante de recursos é também o câmbio paralelo. Os militares têm acesso a dólares pelo câmbio oficial, artificialmente valorizado, e os vendem por um valor muito mais elevado. Como mencionado, membros do Poder Executivo, do Conselho Nacional Eleitoral, magistrados do Tribunal Supremo de Justiça, militares e outros líderes políticos foram alvo de sanções individuais pelo governo americano. Mais do que isso, existem crescentes denúncias de associação com o tráfico de drogas e o contrabando de variados produtos, como armas, combustível e alimentos (JÁCOME, 2018; STEFANONI, 2017; THE ECONOMIST, 2017). Ademais, as violações de direitos humanos ocorridas nos últimos anos foram protagonizadas pelos militares e abrem espaço para futuras condenações⁶¹.

Em suma, os militares teriam vantagens a perder e riscos a correr em uma eventual queda de Nicolás Maduro. Assim como outros membros do PSUV, há militares que foram pessoalmente alvos de sanções pelos Estados Unidos ou que enfrentam denúncias de envolvimento com o narcotráfico. Uma normalização das relações com Washington possivelmente passaria pela apuração dos crimes cometidos pelos militares e membros do governo, o que torna tal reorientação externa pouco provável. Esses grupos precisam da manutenção do governo atual como uma maneira de proteger seus interesses e evitar futuras condenações na justiça. Assim, a política externa de Maduro segue as linhas gerais da Era Chávez, mesmo que em condições altamente adversas, mantendo o antagonismo com os Estados Unidos e a defesa do bolivarianismo como prioritárias.

⁶¹A defesa de uma Lei de Anistia para os militares é uma das principais bandeiras de Juan Guaidó, que busca atrair as Forças Armadas para que ajudem a derrubar Maduro e implantar um governo de transição (SINGER; MOLEIRO, 2019). Para uma análise sobre o impasse venezuelano após a ascensão de Guaidó e considerações sobre cenários hipotéticos para o futuro do país, recomendamos Hirst *et al* (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve diferentes motivações. A principal delas foi o paradoxo apresentado pela significativa continuidade entre Chávez e Maduro. Sob intensa contestação interna e externa, Maduro permaneceu em sua posição antiestadunidense promovendo diferentes momentos de tensão com seu maior parceiro comercial, os Estados Unidos. Tais atritos têm custos para a economia da Venezuela e sua população, mas a postura externa segue intocada, mesmo sob ameaças de intervenção militar e diferentes tipos de sanções internacionais. Por isso, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: por que, diante de tamanhas adversidades internas e externas, Nicolás Maduro manteve sua estratégia de ruptura com os Estados Unidos? Colocando de outro modo: por que não buscou reorientar e moderar sua política externa em relação aos Estados Unidos? A hipótese que apresentamos é a de que a política externa da Venezuela se manteve porque os grupos de interesse domésticos que sustentam Maduro são os mesmos da Era Chávez. Destacam-se o *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV) e a *Fuerza Armada Nacional Bolivariana* (FANB), para a qual dedicamos maior atenção analítica.

Outra motivação importante foi a de reunir e sistematizar informações, dados e análises sobre um período polêmico e ainda pouco estudado na história da Venezuela: o governo de Nicolás Maduro. Dada a proximidade temporal desse governo, ainda são incipientes os trabalhos acadêmicos que analisam detidamente o primeiro mandato de Maduro. Por suceder Hugo Chávez, é difícil abordar a política externa e doméstica de Maduro sem recorrer a expressões como “pós-Chávez” ou “chavismo sem Chávez”, dado o peso que o ex-presidente teve na revolução bolivariana por mais de 14 anos. Neste trabalho, buscamos levantar novas questões sobre a Venezuela sem Chávez, tratando de registrar esse denso período de crises e identificar tendências que não existiam sob o governo Chávez, ou que apenas mostraram sua devida importância após sua morte. Ou seja, buscamos contribuir para a produção acadêmica sobre a política externa da Venezuela, partindo do que outros autores já realizaram. Dentro desse propósito, tivemos vários resultados: constatamos a existência de chavistas que não se identificam com Maduro e se opõem a ele, buscando resgatar o que atribuem ser o verdadeiro legado de Chávez; identificamos um crescente papel econômico dos militares, para além do papel político que já possuíam; observamos também a guinada autoritária de Maduro, embora as inovações institucionais mais relevantes para essa guinada já tivessem sido feitas por Chávez.

No primeiro capítulo desse trabalho, apresentamos um breve panorama das teorias que analisam a política externa, buscando demonstrar que há limitações importantes na tradição realista e que ela não seria adequada para o caso venezuelano. Dessa maneira, optamos pelas abordagens liberais de Andrew Moravcsik e Helen Milner, cuja ênfase está nos grupos de interesse e no posicionamento desses grupos nas instituições políticas de um determinado país. Assim, atestamos que, a depender do arranjo institucional, uma política externa arriscada e de alto custo para a maioria da sociedade será mantida, se em benefício daqueles grupos que se encontram no poder ou possuem influência sobre o governo. Esse é exatamente o caso da política externa de Maduro, que tem muitos custos para a sociedade em geral, mas segue inalterada em seus princípios gerais.

No segundo capítulo, tratamos do governo Chávez (1999-2013), além de apresentarmos de modo abreviado algumas características históricas da política externa venezuelana. Pudemos concluir que a posição externa de Chávez não foi antiestadunidense desde sua origem, mas passou por uma radicalização após a tentativa de golpe de 2002. Esse foi um divisor de águas na história recente da Venezuela, desencadeando transformações na estrutura das Forças Armadas e uma crescente centralização política em torno do presidente, que ocorreram juntamente com indicadores sociais positivos, sucessivas vitórias nas urnas e uma política externa de prestígio na região latino-americana e no mundo. O ciclo de alta do preço do petróleo foi o grande propulsor desse momento de bonança para Chávez, fornecendo as bases materiais para uma política externa ousada.

No terceiro e último capítulo, mostramos que o cenário acima descrito desapareceu rapidamente após a chegada de Maduro ao poder: declínio do preço do petróleo, perda de aliados regionais e a primeira derrota eleitoral parlamentar da história do chavismo, em 2015. Mesmo assim, a política externa não se alterou: o antagonismo com os Estados Unidos e a defesa da revolução bolivariana seguem firmes. Como afirmado, encontramos a explicação para isso na dependência que Maduro tem com os grupos que o apoiam. Tanto políticos do PSUV como membros da FANB foram sancionados pelos Estados Unidos e são acusados de tráfico de drogas, corrupção e lavagem de dinheiro. Apesar das vantagens econômicas e políticas obtidas por esses grupos sob o bolivarianismo, correm o risco de serem levados à justiça se Maduro for derrubado. Assim, com um conjunto de incentivos positivos e negativos a tais grupos, o governo venezuelano mantém-se, mesmo que sobre bases cada vez mais precárias. Tal interpretação está alinhada à abordagem teórica liberal, que enfatiza o papel das instituições políticas e dos grupos de interesse domésticos na política externa de um país.

A despeito do contexto crítico, é preciso enfatizar que o governo Maduro continua dispondo de mecanismos para sua manutenção no poder, seja via apoio político e coercitivo dos militares, seja via apoio econômico-financeiro de parceiros externos. O futuro do país também depende do quanto a Assembleia Nacional Constituinte irá alterar a Constituição atual e qual o lugar da oposição no sistema político que surgirá do processo constituinte. Ou seja, cabe a questão de se haverá espaços institucionais para exercício da oposição política ou se haverá uma maior radicalização e aumento da violência nas ruas.

Em 2019, novos acontecimentos levaram a Venezuela a um patamar de crise não visto ao menos desde 2002, quando Hugo Chávez chegou a ser removido do poder temporariamente. Em janeiro de 2019, o deputado Juan Guaidó auto-proclamou-se presidente do país e em seguida foi empossado pela Assembleia Nacional da Venezuela, como presidente interino. Uma onda de reconhecimentos e apoio internacional a Guaidó se seguiu, incluindo os Estados Unidos, a maior parte da América Latina e a União Europeia. A expectativa de que o governo Maduro desmoronasse em poucas horas foi intensa, mas não se confirmou. Em fevereiro, os Estados Unidos patrocinaram a entrada de ajuda humanitária forçada no país através da Colômbia e do Brasil, gerando atritos nas fronteiras desses países. Guaidó classificou a tentativa de entrada como “Dia D” em sua cruzada contra o governo. Maduro ordenou o fechamento das fronteiras com ambos os vizinhos territoriais para evitar a entrada da ajuda, que afirmou se tratar de um “show” cujo propósito verdadeiro seria intervir militarmente no país. Um novo pico da crise ocorreu no dia 30 de março, quando Guaidó anunciou a fase final da “*Operación Libertad*” através de um vídeo com um grupo de militares e o opositor Leopoldo López, que estava em prisão domiciliar. Guaidó afirmou que tinha conseguido o apoio definitivo dos militares para remover Maduro do poder, chamando a população para apoiá-lo. Ainda que esse tenha sido o ponto mais alto da crise recente, também é o início do que parece ser o fracasso da estratégia de Guaidó, visto que suas promessas não se cumpriram.

O conjunto de acontecimentos resumidos acima reforça a correção da hipótese que apresentamos neste trabalho. Demonstram, principalmente, que os militares seguem ao lado de Maduro, mesmo nos momentos mais difíceis. Seja pelas vantagens que o governo oferece, ou pelos receios que um governo de oposição desperte, as Forças Armadas ainda sustentam o governo atual. O discurso de Guaidó, que estabelece ultimatoss como “Dia D” e “*Operación Libertad*”, acabou gerando frustração dentro e fora da Venezuela. Mesmo que possua o apoio de parte significativa da população – estimativa muito difícil de mensurar neste contexto polarizado – ainda lhe faltaria uma adesão maior por parte dos militares. Em maio, veio a

público a tentativa de negociação entre governo e oposição, mediada pela Noruega. Embora não seja a primeira tentativa de diálogo, uma saída política como essa poderia levar a uma distensão da crise no país, à qual se sucedessem outros avanços, principalmente na recuperação econômica. Não desejamos, contudo, ao pontuar tais considerações, afirmar que o governo Maduro seja inabalável. Nossa hipótese aponta para os grupos que o sustentam, mas a crise cada vez mais severa pode fragilizar a base de apoio do presidente e levar a uma reviravolta no futuro.

Por fim, nossa pesquisa suscitou questões relevantes, que ainda carecem de aprofundamento e atenção para seu desenvolvimento futuro. Uma delas diz respeito às relações civil-militares na Venezuela. Dada a importância obtida pelas Forças Armadas no país, seria interessante que a continuação deste trabalho avaliasse com mais profundidade: as alterações jurídicas no tocante ao papel dos militares na sociedade venezuelana; suas relações com o *Partido Socialista Unido de Venezuela*; suas relações com atividades ilícitas, como tráfico de drogas; seu papel na repressão a protestos; e sua transformação em um grupo de relevância econômica crescente. Outra questão que se mostra cada vez mais crucial na crise do país é a relação da Venezuela com potências extrarregionais. Para compreensão da conjuntura atual e formulação de cenários hipotéticos, é necessário pesquisar o papel de países como China e Rússia, visto que se tornam cada vez mais determinantes na sobrevivência do governo Maduro. A dedicação a tais temas será essencial para aprofundar a compreensão sobre a situação na Venezuela, estabelecendo quais são os condicionantes desse processo e possibilidades de resolução da crise no futuro.

REFERÊNCIAS

- ABC NEWS. Obama Talks (but Doesn't) About Venezuela and Maduro. **ABC News**, 6 maio 2013. Disponível em: https://abcnews.go.com/ABC_Univision/ABC_Univision/obama-refuses-recognize-venezuela-president/story?id=19118176. Acesso em: 13 mar. 2019.
- ACNUR. Número de refugiados e migrantes venezuelanos chega a 3 milhões. **ACNUR**, 09 nov. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/11/09/numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes/>. Acesso em: 03 fev. 2019.
- ALBUQUERQUE, Marianna. Crise Política na Venezuela: Maduro e o “chavismo sem Chávez”. **Boletim OPSA**, n. 1, p. 5-7, jan./mar., 2017. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Boletim_OPSA_2017_n1.pdf. Acesso em: 03/02/2019.
- ANDREANI, Fabrice. Las vías enmarañadas del autoritarismo bolivariano. **Nueva Sociedad**, n. 274, mar./abr. 2018. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/2.TC_Andreani_274.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BARROS, Pedro Silva. Venezuela: Mudanças e Perspectivas – A Razão Chavista. In: **Venezuela: Mudanças e Perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 57-116.
- BBC. El CNE aplaza por seis meses las elecciones regionales en Venezuela. **BBC**, 18 out. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37699764>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- BENZI, Daniele; ZAPATA, Ximena. Geopolítica, economía y solidaridad internacional en la nueva cooperación sur-sur: el caso de la Venezuela Bolivariana y Petrocaribe. **América Latina Hoy**, n. 63, p. 65-89, 2013.
- BERNARDES, Bruno Gonçalves. A Venezuela numa encruzilhada a nova bipolarização no contexto pós-Chávez. **Relações Internacionais**, n. 46, p. 125-141, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n46/n46a08.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- BOECHAT, Yan. Venezuela entra em processo de calote ao deixar de pagar juros da dívida. **Folha de São Paulo**, 15 nov. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/11/1935570-venezuela-entra-em-processo-de-calote-ao-deixar-de-pagar-juros-da-divida.shtml>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- BREUER, Hildebrand. ¿Éramos felices sin saberlo? Viejas y nuevas fracturas en la sociedad venezolana. **Nueva Sociedad**, n. 257, maio/jun. 2015. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/COY2_Breuer_257.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.
- BRICEÑO, Héctor. **Chavistas no maduristas. Los nuevos actores políticos. Parte 1**. Política UCAB, 4 jun. 2015. Disponível em: <https://politikaucab.net/2015/06/04/chavistas-no-maduristas-los-nuevos-actores-politicos-parte-1/>. Acesso em: 17 maio 2019.

BRICEÑO-RUÍZ, José. Venezuela and South-South Cooperation: Solidarity or Realpolitik?. In: BERGAMASCHI, Isaline; MOORE, Phoebe; TICKNER, Arlene B. **South-South Cooperation: Beyond the Myths**. London: Palgrave Macmillan, 2017, p. 173-196.

BURGES, Sean W. Building a global southern coalition: the competing approaches of Brazil's Lula and Venezuela's Chávez. **Third World Quarterly**, v. 28, n. 7, p. 1343-1358, set. 2007.

CAMILLERI, Michael J. Evolution or Revolution? U.S. Policy on Venezuela from Obama to Trump. **Pensamiento Proprio**, Buenos Aires, v. 47, p. 189-206, jan.-jun. 2018. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2018/09/012-CamilleriEdit.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CARLSNAES, Walter; GUZZINI, Stefano. **Foreign Policy Analysis**. London: SAGE, 2011.

CEPAL. **Integração Regional: por uma estratégia de cadeias de valor inclusivas**. Santiago: CEPAL, 2014.

CERVO, Amado Luiz. Brazil in South America: three conflicting ideas. **The Brazilian Economy**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 27, set. 2009.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, jul.-dec. 2014.

CHARLEAUX, João Paulo. Quantas oposições existem dentro da oposição venezuelana. **Nexo**, 16 jan. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/01/16/Quantas-oposi%C3%A7%C3%B5es-existem-dentro-da-oposi%C3%A7%C3%A3o-venezuelana>. Acesso em: 10 maio 2019.

_____. Quem é Diosdado Cabello, central no chavismo e acusado de corrupção. **Nexo**, 24 ago. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/24/Quem-%C3%A9-Diosdado-Cabello-central-no-chavismo-e-acusado-de-corrup%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 26 abr. 2019.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **O rentismo petrolero e seus impactos para a política externa venezuelana (1927-2013)**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CNE. Elecciones Parlamentarias 2015. **Consejo Nacional Electoral**. 2015. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/divulgacion_asamblea_2015/. Acesso em: 3 fev. 2019.

_____. Elecciones Presidenciales 1998. **Consejo Nacional Electoral**. 1998. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/web/documentos/estadisticas/e98_01.pdf. Acesso em: 27 abr. 2019.

_____. Elecciones Presidenciales 2000. **Consejo Nacional Electoral**. 2000. Disponível em: <http://www.cne.gob.ve/web/documentos/estadisticas/e015.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

_____. Elecciones Presidenciales 2006. **Consejo Nacional Electoral**. 2006. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/divulgacionPresidencial/resultado_nacional.php. Acesso em: 27 abr. 2019.

_____. Elecciones Presidenciales 2012. **Consejo Nacional Electoral**. 2012. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/divulgacion_presidencial_2012/. Acesso: 3 fev. 2019.

_____. Elecciones Presidenciales 2013. **Consejo Nacional Electoral**. 2013. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/divulgacion_presidencial_2013/. Acesso: 3 fev. 2019.

_____. Elecciones Presidenciales 2018. **Consejo Nacional Electoral**. 2018. Disponível em: <http://www.cne.gob.ve/ResultadosElecciones2018/>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Elecciones Regionales 2017. **Consejo Nacional Electoral**. 2017. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/resultados_regionales2017/. Acesso em: 3 fev. 2019.

COLMENARES, Alexis. Las relaciones de Venezuela con Estados Unidos en la era de Trump. **Foreign Affairs Latinoamérica**, v. 18, n. 1, p. 17-24, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://revistafal.com/numeros-anteriores/fal-18-1/>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CONJUNTURA LATITUDE SUL. **Latitude Sul**, n. 5, maio. 2019. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/06/ConjunturaLATSUL_maio_2019.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

_____. **Latitude Sul**, n. 11, nov. 2018. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/01/Conjuntura-Latitude-Sul-n.-11-Novembro-2018.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2019.

CONTROL CIUDADANO. Participación militar en el gabinete ministerial- Infografía. **Asociación Civil Control Ciudadano**, 15 jun. 2018. Disponível em: <https://www.controlciudadano.org/contexto/infografias/participacion-militar-en-el-gabinete-ministerial-infografia>. Acesso em: 27 abr. 2019.

CORONIL, Fernando. **The Magical State: Nature, Money, and Modernity in Venezuela**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

CORRALES, Javier; ROMERO, Carlos A. Regime Type and Venezuela's Foreign Policy: President and Soldiers. In: _____. **U.S.–Venezuela relations since the 1990s: Coping with Midlevel Security Threats**. New York: Routledge, 2013, p. 117-138.

CRS. Venezuela: background and U.S. relations. **Congressional Research Service**, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/row/R44841.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

DEUTSCHE WELLE. Donald Trump says military option for Venezuela's Nicolas Maduro on the table. **Deutsche Welle**, 12 ago. 2017a. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2i6RL>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Maduro substitui quatro ministros e presidente da PDVSA. **Deutsche Welle**, 26 nov. 2017b. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2oIUQ>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Supremo da Venezuela devolve funções ao Parlamento. **Deutsche Welle**, 1 abr. 2017c. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2aUcl>. Acesso em: 24 fev. 2019.

DIEHL, Jackson. The real reason Venezuela's Maduro survives: Dirty Money. **The Washington Post**, 12 maio 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/the-real-reason-venezuelas-maduro-survives-dirty-money/2019/05/12/ba96413e-7263-11e9-8be0-ca575670e91c_story.html. Acesso em: 16 maio 2019.

EL COMERCIO. Maduro sobre Trump: "Peor que Obama no será". **El Comercio**, 17 jan. 2017. Disponível em: <https://elcomercio.pe/mundo/actualidad/maduro-trump-peor-obama-sera-232349>. Acesso em: 13 mar. 2019.

EL NACIONAL. Las palabras del director ejecutivo de Smartmatic sobre la ANC. **El Nacional**, 2 ago. 2017a. Disponível em: http://www.el-nacional.com/noticias/politica/las-palabras-del-director-ejecutivo-smartmatic-sobre-anc_196745. Acesso em: 24 fev. 2019.

_____. Maduro convocó una Constituyente "comunal". **El Nacional**, 1 maio 2017b. Disponível em: http://www.el-nacional.com/noticias/gobierno/maduro-convoco-una-constituyente-comunal_179943. Acesso em: 24 fev. 2019.

_____. Por primera vez en 28 años petróleo cae a menos de dos millones diarios. **El Nacional**, 13 nov. 2017c. Disponível em: http://www.el-nacional.com/noticias/petroleo/por-primera-vez-anos-petroleo-cae-menos-dos-millones-diarios_211491. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Qué implica que seis países hayan pedido a la CPI investigar a Maduro. **El Nacional**, 27 set. 2018. Disponível em: http://www.el-nacional.com/noticias/bbc-mundo/que-implica-que-seis-paises-hayan-pedido-cpi-investigar-maduro_253402. Acesso em: 03 fev. 2019.

_____. Trasladaron al general Baduel a cárcel de máxima seguridad en Fuerte Tiuna. **El Nacional**, 12 jun. 2019. Disponível em: http://www.el-nacional.com/noticias/politica/trasladaron-general-baduel-carcel-maxima-seguridad-fuerte-tiuna_285154. Acesso em: 03 ago. 2019.

EL PAÍS. Maduro anunció la creación del petro, la criptomoneda de Venezuela. **El País**, 3 dez. 2017. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/mundo/maduro-creacion-petro-criptomoneda-venezuela.html>. Acesso em: 13 mar. 2019.

ELLSWORTH, Brian; CHINEA, Eyanir. Venezuela expels top U.S. diplomat for fomenting 'sabotage'. **Reuters**, 30 set. 2013. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-usa-idUSBRE98T12M20131001>. Acesso em: 13 mar. 2019.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Petroleum and Other Liquids**. Disponível em: <https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RWTC&f=M>. Acesso em: 12 mar. 2019.

FAUS, Joan. Sobrinhos de Maduro que estão detidos nos EUA admitem fazer parte de rede de narcotráfico. **El País**, 25 jul. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/24/internacional/1469384189_679320.html. Acesso em: 16 maio 2019.

FLORES, Fidel Pérez. Processo decisório da política externa venezuelana: considerações sobre a era chavista. **Observador On-Line - Observatório Político Sul-Americano**, v.10, n.9, p. 1-14, 2015.

FORO PENAL VENEZOLANO. **Reporte sobre la represión del Estado en Venezuela: Julio 2017**. Caracas, 2017. Disponível em: <https://foropenal.com/2017/08/11/julio-2017/>. Acesso em: 24 fev. 2019.

FRÍAS, Hugo Chávez. **Taller de Alto Nivel: “El nuevo mapa estratégico”**. Nov. 2004. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B5LvcFo6F8zsNTA3d0ZmbHhYnFk/edit>. Acesso em: 04 ago. 2019.

FURTADO, Celso. Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais. Caracas, 1974. In: **Ensaio sobre a Venezuela, subdesenvolvimento com abundância de divisas**, p. 35-118. Editora Contraponto, 2008.

_____. O desenvolvimento recente da economia venezuelana. Borrador Preliminar. Caracas, 1957. In: **Ensaio sobre a Venezuela, subdesenvolvimento com abundância de divisas**, p. 118-135. Editora Contraponto, 2008.

G1. Caracas e Moscou farão manobras militares para eventual defesa da Venezuela. **G1**, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/10/caracas-e-moscou-farao-manobras-militares-para-a-eventual-defesa-da-venezuela.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2019.

_____. Declaração de Juan Guaidó e apoio internacional surpreenderam a oposição na Venezuela, diz Henrique Capriles. **G1**, 01 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/01/declaracao-de-juan-guaido-e-apoio-internacional-surpreenderam-a-oposicao-na-venezuela-diz-henrique-capriles.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2019.

_____. Venezuela: veja perguntas e respostas sobre a eleição da Assembleia Constituinte de Maduro. **G1**, 29 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/venezuela-veja-perguntas-e-respostas-sobre-a-eleicao-da-assembleia-constituente-de-maduro.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2019.

GALLAGHER, Kevin P.; MYERS, Margaret. China-Latin America Finance Database. **Inter-American Dialogue**, Washington, 2017. Disponível em: https://www.thedialogue.org/map_list/. Acesso em: 03 fev. 2019.

GARCÍA, Jacobo. Milícia, o exército popular a serviço de Maduro. **El País**, 30 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/29/internacional/1553824596_128119.html. Acesso em: 26 abr. 2019.

GIACALONE, Rita. La Cooperación Sur-Sur en la Agenda de Política Exterior de Brasil, Chile y Venezuela. In: LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos R. S; MUÑOZ, Enara Echart (Eds.). **Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016, p. 143-164.

GIORDANI, Jorge. Entre carniceros y perros de la guerra. **Aporrea**, 04 jan. 2019. Disponível em: <https://www.aporrea.org/tiburon/a273787.html>. Acesso em: 26 abr. 2019.

_____, Jorge. Testimonio y responsabilidad ante la historia. **Aporrea**, 18 jun. 2014. Disponível em: <https://www.aporrea.org/ideologia/a190011.html#sdnotapie12anc>. Acesso em: 26 abr. 2019.

HIRST, Mónica; LUJÁN, Carlos; ROMERO, Carlos; TOKATLIÁN, Juan Gabriel. Venezuela: Hacia una solución política y pacífica. **Friedrich Ebert Stiftung**, maio 2019. Disponível em: <https://files.constantcontact.com/12c1f426001/2c4e9a8c-68ba-43d6-bceb-2b6ede9afad4.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. IMF DataMapper. **Inflation rate, average consumer prices**: Annual percent change: Venezuela. 2019a. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PCPIPCH@WEO/VEN>. Acesso em: 26 abr. 2019.

_____. IMF DataMapper. **Real GDP Growth**: Annual percent change: Venezuela. 2019b. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/VEN. Acesso em: 26 abr. 2019.

IVES, Diogo. Anti-Correa e pró-EUA: o primeiro ano de governo de Lenín Moreno no Equador. **Boletim OPSA**, n. 1, jan./mar., 2018. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2017_n1_jan-mar.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

JÁCOME, Francine. Los militares en la política y la economía de Venezuela. **Nueva Sociedad**, n. 274, mar./abr. 2018. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/8.TC_Jacome_274.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

LEGRO, Jeffrey W.; MORAVCSIK, Andrew. Is Anybody Still a Realist?. **International Security**, v. 24, n. 2, p. 5-55, Fall 1999.

LEON, Ibis. Una quinta diputada chavista se incorporó a la Asamblea Nacional este 10Jul. **Efecto Cocuyo**, 10 jul. 2018. Disponível em: <http://efectococuyo.com/politica/una-quinta-diputada-chavista-se-incorporo-a-la-asamblea-nacional-este-10jul/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 265-303, jul./dez. 2000.

LONDOÑO, Ernesto. In Latin America, Pence Aims to Soften ‘America First’ Message. **The New York Times**, 16 ago. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/08/16/world/americas/latin-america-pence-trump-relations-united-states.html>. Acesso em: 13 mar. 2019.

LÓPEZ MAYA, Margarita. Cronología de los eventos que condujeron a la suspensión del RRP y la Mesa de Diálogo. **Latin American Studies Association Forum**, winter 2017, v. 48, n. 1, p. 47-52. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol48-issue1/Debates-Venezuela-4.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MADURO, Nicolás. 'Que queremos? Paz y amor,' dice Maduro el 'hippy'. **The Guardian**, 8 abr. 2014. Entrevista concedida a Seumas Milne. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/apr/08/el-presidente-de-venezuela-la-musica-de-los-1960s-y-1970s>. Acesso em: 26 abr. 2019.

MANETTO, Francesco. Maduro quiere prohibir a las principales fuerzas de la oposición concurrir a las presidenciales. **El País**, 11 dez. 2017. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2017/12/10/america/1512943574_017452.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

MAREA SOCIALISTA. A grande maioria do povo não está com Maduro nem com a direita tradicional. **Movimento**: crítica, teoria e ação, 27 maio 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/05/a-grande-maioria-do-povo-nao-esta-com-maduro-nem-com-a-direita-tradicional-e-necessita-de-uma-nova-referencia-politica-alternativa/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

_____. Quiénes somos. **Marea Socialista**, 2019. Disponível em: <http://mareasocialista.org/quienes-somos/>. Acesso em 26. Abr. 2019.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MARTHOZ, Jean-Paul. Venezuela's foreign policy: a mirage based on a curse. **Norwegian Peacebuilding Resource Centre**. Nov. 2014.

MARTINEZ, Alfredo Juan Guevara; PEDROSO, Carolina Silva. Múltiplas arenas em conjuntura internacional: mudanças na América do Sul sob a perspectiva da Venezuela pós-Chávez. AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**: Abordagens e Processos. São Paulo: Acadêmica, 2016, p. 77-130.

MARTIZ, Valentina Lares. Los chavistas 'originales' que Maduro espantó. **El Tiempo**, 07 dez. 2018. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/mundo/venezuela/los-chavistas-originales-que-maduro-espanto-301930>. Acesso em: 26 abr. 2019.

MEZA, Alfredo. O Governo de Maduro militariza um Estado da Venezuela. **El País**, 20 fev. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/20/internacional/1392871583_553235.html. Acesso em: 26 abr. 2019.

_____. Venezuela trava a 'guerra do pão'. **El País**, 23 mar. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/23/internacional/1490278470_916899.html. Acesso em: 26 abr. 2019.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013.

MILNER, Helen. **Interests, institutions, and information**: domestic politics and international relations. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MONTEIRO, Leonardo Valente. A Política Externa Venezuelana no século XXI – novos olhares, antigas amarras e a integração sul-americana como a principal saída para o desenvolvimento. In: **Venezuela: Mudanças e Perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 117-161.

MOLEIRO, Alonso. La oposición venezolana sufre un nuevo apagón político. **El País**, 4 jul. 2018a. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2018/07/04/america/1530720584_125908.html. Acesso em: 03 abr. 2019.

_____. Maduro faz concessões à oposição e adia eleições na Venezuela para 20 de maio. **El País**, 2 mar. 2018b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/01/internacional/1519923008_218953.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Quem representa e o que quer o chavismo dissidente na Venezuela. **O Globo**, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/quem-representa-o-que-quer-chavismo-dissidente-na-venezuela-23464294>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MORAVCSIK, Andrew. Taking Preferences Seriously. A Liberal Theory of International Politics. **International Organization**, v. 51, n. 4, p. 513-553, 1997.

MORGENTHAU, H. J. **Politics among Nations: the struggle for power and peace**. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

MORILLO, Carlos. Germán Ferrer y Eustoquio Contreras conforman el nuevo Bloque Parlamentario Socialista. **Asamblea Nacional**, 02 ago. 2017. Disponível em: http://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/_german-ferrer-y-eustoquio-contreras-conforman-el-nuevo-bloque-parlamentario-socialista. Acesso em: 26 abr. 2019.

NAGEL, Juan Cristóbal. This is why there is no toilet paper in Venezuela. **Foreign Policy**, 17 jun. 2013. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2013/06/17/this-is-why-there-is-no-toilet-paper-in-venezuela/>. Acesso em: 03 abr. 2019.

NAKAMURA, David. How an Oval Office meeting led to a Trump tweet that changed U.S. policy toward Venezuela. **The Washington Post**, 6 out. 2017. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/politics/how-an-oval-office-meeting-led-to-a-trump-tweet-that-changed-us-policy-toward-venezuela/2017/10/06/87e9b178-a52b-11e7-ade1-76d061d56efa_story.html?noredirect=on&utm_term=.3246ef4c424e. Acesso em: 13 mar. 2019.

NEVES, Rómulo Figueira. **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana**. Brasília: FUNAG, 2010.

NEXO. Um histórico visual da queda do preço do petróleo. **Nexo**, 18 jan. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/18/Um-hist%C3%B3rico-visual-da-queda-do-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo>. Acesso em: 04 ago. 2019.

OEA. **Quadragesimo Oitavo período ordinário de sessões**. Organização dos Estados Americanos, 2018. Disponível em: http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_18/AG07745P03.doc. Acesso em: 27 abr. 2019.

OECD. **Observatory of Economic Complexity**. 2017. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/usa/>. Acesso em: 17 maio 2019.

OJEDA MEDINA, Tahina. Experiencias venezolanas de cooperación sur-sur. In AYLLÓN, B.; SURASKY, J. (eds.). *La cooperación Sur-Sur en Latinoamérica: Utopía y Realidad*. Madrid: La Catarata, 2010, p. 153-175.

OLIVEIRA, Renata Peixoto de. **Velhos fundamentos, novas estratégias?** Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010). 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OVCS. **Conflictividad Social en Venezuela 2018**. Observatorio Venezolano de Conflictividad Social, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodeconflictos.org.ve/tendencias-de-la-conflictividad/conflictividad-social-en-venezuela-2018>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PANIZZA, Francisco. La marea rosa. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 8, 2006.

PEDROSO, Carolina Silva. **Os Projetos Políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do Século XXI**. São Paulo: Unesp, 2014.

_____. **Entre o Bolivarianismo e a Adesão à Hegemonia: a relação de Venezuela e Estados Unidos durante o Chavismo (1999-2013)**. 393f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas - UNESP, UNICAMP e PUC-SP, São Paulo, 2018.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e Política Doméstica: a Lógica dos Jogos de Dois Níveis. **Revista de Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

RAMÍREZ, Rafael. Rafael Ramírez: “Maduro está destroçando o país. Acabou o tempo dele”. **El País**, 07 fev. 2019. Entrevista concedida a Francesco Manetto. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/07/internacional/1549511929_933938.html. Acesso em: 26 abr. 2019.

ROMERO, Carlos Antonio. Crisis Política y Transiciones en Venezuela. **Cadernos Prolam - USP**, v. 15, n. 27, p. 64-87, 2016.

_____. Dos etapas en la política exterior de Venezuela. **Revista Politeia**, n. 30, p. 319-343, 2003.

_____. La política exterior de la Venezuela bolivariana. **Plataforma Democrática**. Working Paper n. 4, jul. 2010.

_____. Venezuela y Estados Unidos: ¿una relación esquizofrénica?. **Nueva Sociedad**, n. 206, p. 78-93, nov./dez. 2006.

ROMERO, Carlos; MIJARES, Víctor M. From Chávez to Maduro: Continuity and Change in Venezuelan Foreign Policy. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 165-201, jan./abr. 2016.

ROSE, Gideon. Review: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, p. 144-172, oct. 1998.

RUSSIA TODAY. Venezuela expels two US embassy officials amid Chávez cancer conspiracy. **Russia Today**, 5 mar. 2013. Disponível em: <https://www.rt.com/news/venezuela-chavez-diplomat-us-873/>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SANDOVAL, Pablo Ximénez de. US and Venezuela agree to “move forward” to fix soured bilateral ties. **El País**, 6 jun. 2013. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2013/06/06/inenglish/1370541303_376755.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

SANTOS, Leandro Wolpert dos; WEBER, Leonardo Albarello. A crise venezuelana e a polarização política na OEA. **Boletim OPSA**, n. 2, p. 6-10, abr./jun. 2017. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Boletim_OPSA_2017_N2-Abr-Jun.pdf. Acesso em: 13 mar. 2019.

SARAIVA, Miriam; BRICEÑO-RUIZ, J. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 1, p. 149-166, jan.-jun. 2009.

SCHWELLER, Randall. A Neoclassical Realist Theory of Underbalancing. **International Security**, v. 29, n. 2, p. 159-201, Fall 2004.

SERBIN, Andrés; SERBIN PONT, Andrei. The Bolivarian Republic of Venezuela: the Limits of Ideological Diplomacy and Regional Leadership. In: BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne (Edt.). **Diplomatic Strategies of Nations in the Global South: The Search for Leadership**. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

SHARP, Gene. **From Dictatorship to Democracy**. Boston: The Albert Einstein Institution, 2010. Disponível em: <https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2013/09/FDTD.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

SIERRA, Manuel Felipe. “Paquetazo” A Lo Maduro. **El Universal**, 29 jul. 2019. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/politica/16199/paquetazo>. Acesso em: 28 abr. 2019.

SILVA, Fabrício P. Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas. **Observador On-Line**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 12, 2014.

SINGER, Florantonia; MOLEIRO, Alonso. Juan Guaidó usa lei de anistia para atrair militares à oposição a Maduro. **El País**, 28 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/27/internacional/1548621248_688539.html. Acesso: 03 fev. 2019.

STEFANONI, Pablo. El retroceso nacional-stalinista. **Nueva Sociedad**, ago. 2017. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/el-retroceso-nacional-estalinista/>. Acesso em: 17 maio 2019.

TELESUR. Esto es lo que pasa con el desabastecimiento en Venezuela. **Telesur**, 19 jan. 2015. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/analisis/Esto-es-lo-que-pasa-con-el-desabastecimiento-en--Venezuela-20150115-0062.html>. Acesso em: 03 abr. 2019.

THE ECONOMIST. Nicolás Maduro tries to make thugocracy permanent in Venezuela. **The Economist**, 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2017/07/29/nicolas-maduro-tries-to-make-thugocracy-permanent-in-venezuela>. Acesso em: 17 maio 2019.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **Trade in Goods with Venezuela**. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c3070.html>. Acesso em: 12 fev. 2019.

USA. Executive Order 13692, 8 de março de 2015. Blocking Property and Suspending Entry of Certain Persons Contributing to the Situation in Venezuela. **Federal Register**, v. 80, n. 47. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/13692.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Public Law 113–278, 18 de dezembro de 2014. Venezuela Defense of Human Rights and Civil Society Act of 2014. **Congressional Record**, v. 160, 2014. Disponível em: https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/venezuela_publ_113_278.pdf. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Un Unfair, Unfree Vote in Venezuela. **U.S. Department of State**, 21 maio 2018. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary/remarks/2018/05/282303.htm>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. **Venezuela's Illegitimate National Constituent Assembly**. U.S. Department of State, 03 ago. 2017. Disponível em: <https://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2017/08/273024.htm>. Acesso em: 13 mar. 2019.

VALENTE, Leonardo. **Inimigos sim, negócios à parte**: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VELASCO, Alejandro. Chavismo en crisis, chavismo en disputa. **Nueva Sociedad**, n. 271, set./out. 2017. Disponível: http://nuso.org/media/articles/downloads/COY_Velasco_271.pdf. Acesso: 26 abr. 2019.

VELASCO, Paulo Afonso. A falência das instituições regionais diante da crise venezuelana. **Boletim OPSA**, n. 2, abr./jun., 2019. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_N2_abr-jun-v2.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. 1999.

_____. **Constitución de la República de Venezuela**. 1961.

_____. **Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación: 2001-2007**. 2001.

_____. **Plan de la Patria**: Segundo Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación: 2013-2019. 2013.

_____. **Proyecto Nacional Simón Bolívar**: Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación: 2007-2013. 2007

VIANA, Natália. Venezuela sem fake news. **Pública**, 13 jun. 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/06/venezuela-sem-fake-news/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

VILLA, Rafael Duarte. Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez. **Cuadernos del Cendes**. Ano 21, n. 55, p. 21-45, jan./abr. 2004.

_____. Venezuela: Mudanças Políticas na Era Chávez. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 153-172, 2005.

VON BERGEN, Franz. Militares controlan más ministerios con Maduro que con Chávez. **El Nacional**, 25 out. 2015. Disponível em: http://www.el-nacional.com/siete_dias/Militares-controlan-ministerios-Maduro-Chavez_0_725927455.html. Acesso em: 27 abr. 2019.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WEBER, Leonardo Albarello. Eleições na Venezuela. **Boletim OPSA**, n. 2, abr./jun., 2018a. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2018_n02-abr-jun.pdf. Acesso em: 03 fev. 2019.

_____. Eleições na Venezuela: uma análise do não reconhecimento da vitória de Maduro pelo governo brasileiro. **Revista Sapientia**, n. 33, p. 26-29, jul./ago., 2018b. Disponível em: <https://www.cursosapientia.com.br/admimg/siteRevistas/revista-sapientia-edicao-33.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.

_____. **Relações em Eixo e Integração Produtiva na América do Sul: Argentina, Brasil e Venezuela**. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Graduação em Relações Internacionais – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140606/000988878.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 ago. 2019.

WILPERT, Gregory. **Changing Venezuela by Taking Power**: the history and policies of the Chávez government. London: Verso, 2007.

WOHLWORTH, William. Realism and the End of the Cold War. **International Security**, v. 19, n. 3, p. 91-129, Winter 1994.

ZAKARIA, Fareed. **From Wealth to Power**: The Unusual Origins of America's World Role. Princeton: University Press, 1998.